UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA

RENATA LEMOS PETTA

A memória dos moradores do Araguaia sobre "Osvaldão": liderança, luta e resistência!

São Paulo

2017

RENATA LEMOS PETTA

A memória dos moradores do Araguaia sobre "Osvaldão": liderança, luta e resistência!

Versão Corrigida

Dissertação apresentada a Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa Mudança Social e Participação Política

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 15.12.2016. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH\SP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de Concentração:

Mudança Social e Participação Política

Orientadora:

Prof^a. Dra. Soraia Ansara

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Petta, Renata Lemos

A memória dos moradores do Araguaia sobre "Osvaldão" :
liderança, luta e resistência! / Renata Lemos Petta; orientadora,
Soraia Ansara. – São Paulo, 2017
106 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-
Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola
de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
em 2016

Versão corrigida

1. Guerrilha - Brasil. 2. Guerrilha do Araguaia. 3.
Movimentos sociais - Década de 70 - Brasil. 4. Camponeses -
Brasil. 5. Guerrilheiros - Brasil. 6. Costa, Osvaldo Orlando da.
7. História oral. 8. Memória social. I. Ansara, Soraia, orient. II.
Título

CDD 22.ed. — 303.640981

Nome: PETTA, Renata Lemos

Título: A memória dos moradores do Araguaia sobre "Osvaldão": liderança, luta e resistência!

Dissertação apresentada a Escola de Artes,
Ciências e Humanidades da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Mestre em
Ciências pelo Programa Mudança Social e
Participação Política

Área de Concentração:

Mudança Social e Participação Política

Aprovado em:

15/12/2017

Banca examinadora

Prof. Dra.: Soraia Ansara

Instituição: Centro Universitário Estácio Radial

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dra.: Andréa Viude

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.: Eduardo Viveiros

Instituição: Centro Universitário Estácio Radial

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dra.: Bruna Suruagy

Instituição: Universidade Presbiteriana Mackenzie

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Ao meu vô Arnaldo, que me ensinou a gostar dos “causos”

Para Arthur, meu amor

Agradecimentos

Começo agradecendo a Professora Soraia Ansara a quem devo a oportunidade de fazer a dissertação. Suas orientações e compromisso foram fundamentais durante o processo.

Aos Professores Eduardo Viveiros e Andrea Viude pelas contribuições na qualificação e a disponibilidade.

A Bruna Suruagy preciso fazer uma distinção. Além de suas contribuições na banca de qualificação foi uma grande incentivadora no início dessa jornada.

Aos amigos e funcionários dos Programa de Participação Política e Mudança Social pela acolhida.

À Fundação Mauricio Grabois e a Direção do PCdoB por me apresentar Osvaldão e toda história da Guerrilha.

A Vandrê, Tininha, Fabio, André e Paulo Fonteles parceiros desse projeto lindo chamado “Osvaldão”. Obrigada!

Sobre os agradecimentos afetivos começo agradecendo Flávia Matos, amiga de “infância” e de todas as horas imprescindível para conseguir chegar até aqui.

Aos amigos: Fernando Henrique, Flavinha, Jéssica, Cristiane Batista, Laís pela companhia nos momentos de descanso e por tudo que representam para mim

A Czekay pelo apoio e ajuda na qualificação!

Ao Julio, pela amizade e incentivo.

Ao Compadre Fernando e a Comadre Ana que no meio desse turbilhão me deram a alegria de ser madrinha de Antônio

Finalmente, à família:

A Família Tirone, pelas companhias aos domingos e que mesmo sem saber pessoas importantes nesse processo.

Para Mãe e Pai, fonte inesgotável de inspiração

Para Ti, Lê, Gustavo, Maria, Pedro, Antônio, Chicolico e Gui. Sem o amor de vocês nada seria possível.

Aos moradores do Araguaia pela generosidade de compartilhar suas histórias.

*“ Os cientistas dizem que somos feitos de átomos, mas um
passarinho me contou que somos feitos de histórias “*

Eduardo Galeano

“ Dizem que Osvaldão não morreu

Virou toco

Virou pedra

Virou vento dirigido ”

(Frase extraída do Documentário “Osvaldão”)

RESUMO

PETTA, Renata Lemos. **A memória dos moradores do Araguaia sobre Osvaldão: liderança, luta e resistência!** 2017. 106f. Dissertação. (Mestrado em Mudança Social e Participação Política). Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Versão Corrigida

A presente pesquisa trata de analisar a memória dos camponeses do Araguaia sobre um de seus principais Guerrilheiros “Osvaldão”. A partir da participação da autora da pesquisa em um documentário intitulado “Osvaldão”, foram coletadas entrevistas e através delas identificamos as memórias “míticas” em torno do personagem supracitado. Essas memórias revelam um homem com qualidades extraordinárias e até sobrenaturais. Nosso objetivo é analisar que elementos propiciaram essa memória “mítica” e como ela permanece presente entre os moradores do Araguaia. Com as contribuições de Martín-Baró (1988; 1990; 1997), Halbwachs (1990; 2004) e Seligmann-Silva (2008) compreendemos as relações de trauma e as diferentes estratégias da memória para garantir a própria sobrevivência de quem lembra. A simbolização e a criação do mito surgem então como necessidade para conseguir dar sentido onde não se tem. Essa possibilidade de criação simbólica, de resistência e também o intenso sentimento de solidariedade entre os moradores e “Osvaldão” funcionam como referências da memória. Em Benjamin, por exemplo, compreendemos que os componentes miraculosos das narrativas funcionam como fatores que atuam de modo a fixarem e perpetuarem estas mesmas narrativas. Nas entrevistas realizadas, percebemos o intenso afeto dos moradores com “Osvaldão”, o trauma das vivências na guerra e a criação do mito como estratégia não só de sobrevivência e resistência dos moradores como também de “Osvaldão”.

Palavras Chaves: Memória. Mito. Guerrilha. Araguaia. Trauma. Memórias Traumáticas, História oral.

ABSTRACT

PETTA, Renata Lemos. **The memory of the residents of the Araguaia about Osvaldão: leadership, fight and resistance!** 2017. 106f. Dissertation (Master of Science) – School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2016. Corrected version.

This research is to analyze the memory of the Araguaia peasants about one of its main fighters "Osvaldão". From the author's participation in the research to produce the documentary entitled "Osvaldão", interviews were collected and, through them, the "mythical" memories around the aforementioned character could be identified. These memories reveal a man with extraordinary and even supernatural qualities. In this context, our goal is to analyze the elements that constructed this "mythical" memory and how it remains present among the residents of the Araguaia. The contributions from Martín-Baró (1988; 1990; 1996), Halbwachs (1990; 2004) and Seligmann-Silva were essential to understand the trauma relationships and the different strategies of the memory to ensure the survival of those who remember. Consequently, the symbolization and the creation of the myth emerge as a need to produce meanings. This possibility of symbolic creation, resistance, and the intense feeling of solidarity among the residents and "Osvaldão" function as memory references. In Benjamin, for example, we understand that the miraculous components of the narrative function as fixers and perpetuators of the narrative itself. Through the interviews we noticed the intense affection of the residents in relation to "Osvaldão", the trauma of the war experiences and the creation of the myth as a survival strategy not only of the residents, but also of "Osvaldão".

Keywords: Memory. Myth. Fighters. Araguaia. Trauma. Trauma Memory. Oral History.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	08
1.1	Trajetória da pesquisa	08
1.2	Situando a Guerrilha.....	11
1.2.1	“Osvaldão”: O comandante da Guerrilha.....	13
1.3	Percorrendo a Literatura.....	15
2	SITUANDO O TERRITÓRIO: O BICO DO PAPAGAIO	23
2.1	Um pouco da história do povoamento	23
2.2	O camponês e a terra.....	25
2.3	Os mitos amazônicos.....	28
3	A GUERRILHA DO ARAGUAIA E A TRAJETÓRIA DE “OSVALDÃO”.....	31
3.1	“Osvaldão” na Guerrilha do Araguaia.....	35
4	TRAUMA, MEMÓRIA E MITO.....	44
4.1	A memória coletiva.....	44
4.2	Os traumas da guerra.....	48
4.2.1	As dimensões da guerra.....	49
4.2.2	O trauma psicossocial.....	51
4.3	Trauma, Memória e Mito.....	53
4.4	Os Narradores do Araguaia.....	56
5	METODOLOGIA.....	58
5.1	Memória e História Oral: marco teórico da pesquisa.....	58
5.2	História Oral.....	59
5.3	Documentário como fonte.....	60
5.3.1	Surge o mito.....	64
5.3.2	Pós-filmagem.....	66
6	A MEMÓRIA COLETIVA DOS MORADORES: DISCUSSÃO DOS DELATOS.....	67

6.1	Os moradores e a memória sobre a Guerrilha.....	68
6.1.1	Os moradores: lembranças da pré-guerrilha.....	68
6.1.2	A aproximação com os guerrilheiros.....	70
6.1.3	1.1. A memória traumática da “guerra”	74
6.2	Os moradores e a memória sobre “Osvaldão”.....	80
6.2.1	A importância de “Osvaldão” para a guerrilha: o afeto dos moradores.....	80
6.2.2	Cuidado com “Osvaldão”!.....	83
6.2.3	A construção do mito “Osvaldão”.....	84
6.2.3.1	A força física	84
6.2.3.2	O conhecimento da mata.....	85
6.2.3.3	Os mitos amazônicos	87
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
	BIBLIOGRAFIA.....	95

1 INTRODUÇÃO

1.1. Trajetória da pesquisa

Esta pesquisa surge de um convite em 2013 para a produção de um documentário sobre um dos Guerrilheiros do Araguaia, chamado Osvaldo Orlando da Costa, o “Osvaldão”. Esse filme nasceu da entrega de uma gravação contendo imagens de “Osvaldão” no período em que ele estudou na Tchecoslováquia e que antecede sua ida ao Araguaia. Em posse dessa gravação e com esse material em mãos, os diretores do filme, em conjunto com a Fundação Maurício Grabois¹, resolveram registrar a sua trajetória de vida.

O interesse por esse tema está intimamente ligado à minha trajetória pessoal. Por ser filha de pais que militaram em grupos de esquerda na época da Ditadura Militar (1964-1985), a Guerrilha do Araguaia sempre esteve presente em nossas conversas familiares. Existia dentro de mim uma grande expectativa em conhecer esse universo repleto de histórias e “heróis”. O “Osvaldão”, por ter se tornado o principal líder popular da guerrilha, era uma figura sempre lembrada nessas conversas.

Formamos, então, uma equipe composta pelos diretores do filme (ao total são quatro diretores) e por um membro da Comissão Nacional da Verdade do Estado do Pará que nos ajudou a estabelecer contato com os moradores da região. Partimos para o Araguaia (região do Bico do Papagaio) em busca das histórias e memórias da guerrilha e do personagem em destaque, o “Osvaldão”.

A região do Araguaia, também denominada de Bico do Papagaio, recebeu esse nome devido ao seu formato geográfico constituído pelo encontro dos rios Araguaia e Tocantins, formando uma espécie de bico, semelhante ao da ave (papagaio). Essa localidade corresponde ao sul do Maranhão, sul do Pará, norte de Goiás e atualmente Estado do Tocantins. Passamos por quatro cidades que compõem a região do Araguaia: Marabá, Palestina, Brejo Grande e Xambioá. Estas cidades foram escolhidas pois seus moradores conviveram diretamente com “Osvaldão”. Eles, em sua maioria, são oriundos de estados nordestinos e possuem como ocupação central a “lida” na terra, de maneira que são homens e mulheres marcados pelo trabalho e pela vida na roça.

¹A Fundação Maurício Grabois é uma instituição de pesquisa ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a qual, em seu estatuto, tem como prioridade difundir e pesquisar o marxismo-leninismo.

Quando chegamos à supracitada região, não tínhamos um roteiro definido, na medida em que queríamos apenas entrevistar moradores que tiveram algum contato com a guerrilha e particularmente com o “Osvaldão”. Nosso principal intuito era coletar e reunir as memórias destes moradores, sem nos preocuparmos objetivamente se estas lembranças eram factíveis ou não, mas apenas registrá-las para o documentário.

Durante nosso trajeto no Araguaia nos deparamos com a dificuldade de contatar alguns moradores, pois muitas pessoas que viveram durante aquela época já morreram; dessa forma, optamos por entrevistar seus familiares. Entretanto, aqueles que nos confiaram suas memórias não o fizeram sem nos indagar sobre o que pretendíamos fazer com elas e, por isso, tornou-se necessário esclarecer que pretendíamos produzir um filme e materiais que registrassem essa história para que as novas gerações e os brasileiros em geral pudessem conhecê-la.

À medida que adentrávamos estas quatro cidades e conversávamos com seus moradores, foi possível perceber a intensidade do trauma gerado pela “guerra” - pois é assim que eles lembram a Guerrilha – e a forte memória sobre aquele acontecimento. Essas memórias eram contadas por aqueles que viveram o período, como também pelas gerações mais novas que não tinham vivenciado a guerrilha. Os relatos são marcados por pausas, silêncios, desconfianças dos interlocutores (nossa equipe) e sofrimento.

Constatamos em vários momentos olhares receosos dos moradores, uma vez que muitos resistiam ao falar com nossa equipe e respondiam apenas “venha mais tarde”, “eu não sei de nada”, “fulano é quem sabe”, exemplos de algumas expressões que ouvimos.

Este silêncio é interpretado por Pollack que afirma: “essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos” (POLLACK, 1989, p. 6).

Mesmo com tantos obstáculos, conseguimos entrevistar todos os atores envolvidos, tais como camponeses que conheciam o “Osvaldão” ou sabiam de histórias sobre ele; soldados que participaram da guerrilha; os chamados “mateiros”, camponeses conhecedores da mata; e índios que habitam a região do Araguaia e tiveram contato com o “Osvaldão”. Consideramos que essa vasta gama de histórias oriundas de diferentes atores era importante para o documentário, pois enriqueceria o olhar sobre a trajetória de vida de nosso personagem objeto desta pesquisa.

Ao longo das entrevistas percebemos que todos esses personagens tinham um

traço comum que era retratar o horror de viver uma situação como aquela. Tal fato nos comoveu bastante e a cada entrevista este terror era evidenciado. À medida que falavam, verificávamos que vários moradores haviam sofrido torturas físicas e psicológicas por parte do Exército durante a Guerrilha. Quando lembravam se emocionavam muito, sensibilizando toda a equipe.

Ficamos na região durante 15 dias e obtivemos mais de vinte horas gravadas, constituindo assim um registro de depoimentos riquíssimos para o documentário.

Além de contar as histórias de terror devido à participação naquele episódio e o trauma por ela gerado, os moradores do Bico do Papagaio, quando perguntados sobre “Osvaldão”, diziam que ele era destacado por ser o mais corajoso e carinhoso com a população. Ele era lembrado sempre por sua força física – media dois metros de altura – e por ser muito generoso. Vários são os relatos de suas benfeitorias, tais como conseguir remédios, ou de como ensinava as letras para as crianças. Pudemos perceber, dessa forma, uma grande afeição dos moradores por ele.

Para Silva (2008), a presença dos guerrilheiros trouxe várias influências na vida cotidiana dos moradores. Em sua dissertação “A Guerra Silenciada: Memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia”, o autor aponta que os jovens passaram a realizar aquilo que o Estado não oferecia (assistência médica, alfabetização, entre outros) e com isso conquistaram a simpatia dos moradores. Assim, antes do início da guerrilha a convivência entre os moradores e os jovens era muito boa e havia também ajuda de ambas as partes.

Outro aspecto notado e que nos encantou foram as memórias que revelavam a grandiosidade de “Osvaldão”. Ouvimos diferentes histórias sobre suas qualidades que guardavam traços extraordinários. Além disso, ouvimos lendas e “mitos” sobre o “herói” da guerrilha. As histórias, que são inúmeras, relatam um “Osvaldão” forte e poderoso, um homem “encantado”. Os relatos que colhemos diziam ainda que, em circunstâncias de perigo, “Osvaldão” virava macaco, onça, árvore ou podia até ficar invisível. Além disso, era o “protetor” da floresta.

Percebemos inicialmente que essas histórias míticas contadas e lembradas pelos moradores guardavam muitas semelhanças como o universo cultural daquela região. Dessa forma, descobrimos também que a região do Bico do Papagaio - que se circunscreve na região amazônica - é povoada de lendas e mitos que são transmitidas oralmente de geração a geração.

Em uma primeira pesquisa sobre o universo cultural da Amazônia percebemos

que em várias lendas está presente a figura do “encantado”. Para Ferretti (2008, p.1) são “seres invisíveis à maioria das pessoas ou algumas vezes visíveis a certo número delas e que tiveram vida terrena e desapareceram misteriosamente, ‘sem morrer’”. Essa transformação em animal às vezes aparece na mitologia como estratégia para vencer a morte feita pelo próprio “encantado”.

Essa experiência suscitou a seguinte indagação: Como se constituiu a memória coletiva de Osvaldão? Sem a pretensão de responder exatamente a essa pergunta, mas sim contribuir para a sua análise, esta pesquisa pretende reconstruir a memória coletiva dos moradores do Araguaia sobre Osvaldão.

1.2 Situando a Guerrilha

Devido à complexidade do golpe de 1964, Mansan (2009) propõe que ele seja concebido, para efeitos de explicação, por meio de quatro tipos de causas: econômicas; políticas; sociais; e ideológicas. No plano econômico, diz o autor, foi adotado o golpe como solução ao “declínio do ciclo econômico”. Na verdade, existia um descontentamento com a crescente interferência do Estado na economia, o que dificultava a ação do capital multinacional.

No plano político houve a ruptura do chamado pacto populista². A esquerda brasileira através de jornalistas, intelectuais e do próprio Partido Comunista Brasileiro (PCB)³ adotou a tática de apoio ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), irritando os setores conservadores: “as viagens diplomáticas de Goulart à URSS e à China aumentavam a antipatia dos setores anticomunistas. Cindia-se assim o pacto populista” (MANSAN, 2009, p. 61). Quando Goulart assume, o cenário de insatisfação perante os setores mais à esquerda da sociedade brasileira estava consolidado.

No plano social, a mobilização de setores das classes dominadas marcou um quadro de efervescência nacional. Após a apresentação das chamadas “reformas de base”, os sindicatos, as ligas camponesas e o movimento estudantil se fortaleceram. No sentido oposto, a elite conseguiu mobilizar a classe dominante e articular diversos

²O Pacto populista foi a aliança entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). De 1945 a 1961, o PSD estivera à frente do jogo político-partidário, com significativo apoio do PTB. Sendo ambos partidos getulistas, fundados a partir de estruturas do Estado Novo (o PSD era ligado aos antigos interventores e às oligarquias agrárias regionais, enquanto o PTB vinculava-se principalmente aos sindicatos), correspondiam, grosso modo e respectivamente, à direita e à esquerda dos setores getulistas da sociedade brasileira (MANSAN, 2009, p. 60).

³ Fundado em 1922, o PCB é o partido mais antigo do Brasil. Em 1962 há uma cisão e é criado o PCdoB.

grupos. Seria justamente essa “ação de classe” para a conquista do Estado que definiu o golpe de 1964.

No plano ideológico, o centro desta dimensão está na Doutrina de Segurança Nacional⁴, cujo documento foi utilizado como um instrumento de legitimação e de justificativa das classes dominantes. Para Alves (1989), essa doutrina originou a ideologia de segurança nacional: o anti-comunismo, o anti-trabalhismo, o moralismo religioso, e tinha como objetivo a perpetuação do período ditatorial.

Em 1964, quando é oficialmente instaurada a ditadura militar no Brasil, o momento é caracterizado por forte repressão aos movimentos sociais e exclusão da participação política, de modo que para estabelecer tal aparato repressivo as eleições para presidente foram realizadas de maneira indireta e implementou-se a dissolução dos partidos políticos. Além disso, vários parlamentares federais e estaduais tiveram seus mandatos cassados, cidadãos tiveram seus direitos políticos e constitucionais cancelados e os sindicatos e associações do movimento social receberam intervenção do governo militar.

A esquerda brasileira, oposição ao regime militar, se dividia e não sabia ao certo qual caminho seguir. Para alguns grupos políticos era preciso um intenso trabalho de conscientização e organização política da população para, pacificamente, derrotar o Governo Militar. Já para outros partidos e grupos, a situação vivida no Brasil, à época, parecia confirmar que as transformações políticas só seriam possíveis por meio da luta armada.

À medida que as perseguições políticas se acirravam na cidade, o PCdoB⁵, influenciado pela Revolução Chinesa, que tinha como lema “a conquista da cidade pelo campo”, enviou, entres os anos de 1966 a 1970, cerca de 70 militantes, em sua maioria jovens, para a região do Rio Araguaia. O objetivo consistia em conquistar a população local para a consciência socialista e depois expandir para o resto do Brasil até a derrubada dos militares.

A Guerrilha do Araguaia foi, então, um movimento político no começo da década de 1970 que surgiu para enfrentar a ditadura militar. Ela ocorreu na divisa dos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins, conhecido como Bico do Papagaio.

⁴ Tanto a ação política quanto a difusão ideológica promovidas pela Escola Superior de Guerra (ESG) foram baseadas na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND). Ela era utilizada pelos membros da ESG e referia-se especificamente à adaptação ao Brasil da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) estadunidense (MANSAN, 2009, p. 63).

⁵ O PCdoB é partido político brasileiro de esquerda que surgiu em 1922 e se originou na cisão do PCB em 1962. Em seu programa, descreve-se como tendo orientação marxista-leninista.

De 1972 até 1974, o Exército Brasileiro enviou cerca de cinco mil soldados para a região do Araguaia, realizando três operações⁶ com vistas a reprimir a Guerrilha. Cerca de 60 guerrilheiros foram mortos e até hoje seus corpos não foram encontrados.

Para Campos Filho (2012), apesar das três operações feitas pelo Exército, a Guerrilha do Araguaia deve ser estudada por meio da sua divisão em duas fases distintas. Ao longo da primeira fase, é possível dizer que houve uma guerra com o engajamento dos dois lados. Nesta fase, mesmo com todo o aparato militar do Exército Brasileiro e com a pouca preparação dos guerrilheiros, estes lograram infligir várias derrotas nas tropas militares. A segunda fase, entretanto, é marcada pelo aniquilamento de todos os participantes.

Silva (2008), por sua vez, denomina a ação dos agentes do Estado como um “teatro de horror”. Aponta, nesse sentido, que “outra forma de causar medo à população se dava através do que denominamos do ‘teatro do terror’, pois a punição aos guerrilheiros não acontecia apenas no ato da execução, mas estendia-se na mutilação pós-morte e na apresentação dos corpos aos moradores locais” (SILVA, 2008, p. 89).

1.2.1 “Osvaldão”: O comandante da Guerrilha

Osvaldo Orlando da Costa, chamado de o “Osvaldão”, foi o primeiro militante a chegar à região do Araguaia e era encarregado pelo comando central a liderar um dos focos da Guerrilha. Destacou-se por suas habilidades físicas e por seu carisma. É considerado por muitos estudiosos e pesquisadores o líder mais popular da Guerrilha.

Em um primeiro levantamento da literatura encontramos poucos trabalhos sobre a memória dos moradores do Araguaia⁷, além de não encontramos pesquisas que apresentassem a memória deixada especificamente por “Osvaldão” e, mais do que isso, que atentasse para sua dimensão mítica.

Na análise dos documentos encontrados – tanto os produzidos pela esquerda como também aqueles produzidos pelo Exército – os aspectos míticos e grandiosos da memória, quando citados, são apresentados de forma secundária ou de maneira quase “alegórica”, não apresentando, então, na nossa visão, a dimensão real do fenômeno.

⁶ Durante a guerrilha foram realizadas três campanhas pelas Forças Armadas: a primeira entre abril e junho de 1972; a segunda entre setembro e outubro de 1972; e a terceira entre outubro de 1973 a dezembro de 1974.

⁷ Para mais informações, ver a seção seguinte intitulada de “percorrendo a literatura”.

Além disso, optamos por compreender e pesquisar a memória dos moradores, pois entendemos que esta abordagem permite “dar voz” às pessoas consideradas marginais neste contexto histórico. Esta opção foi incentivada, ainda, pelo reconhecimento de que a maioria dos trabalhos e documentos sobre a Guerrilha do Araguaia oscila entre enfatizar a atuação e visão dos militantes do PCdoB, colocando-os como heróis da história, ou, por outro lado, destacar a visão dos militares que tentavam “desenvolver” o país, os quais, para isso, acreditavam ser necessário acabar com os “estrangeiros” subversivos que queriam implementar o comunismo no Brasil. Assim, temos uma visão ora heroica, ora preconceituosa da guerrilha.

Sobre este aspecto, Halbwachs (1990) considera que a memória coletiva é pensada por meio da seleção, interpretação e transmissão de representações a partir do ponto de vista de um determinado grupo social. Dessa forma, ele acentua o caráter seletivo da memória, ou seja, apresenta uma memória estruturada em classificações.

Pollack (1989), por sua vez, estabelece a noção de “memória enquadrada”, que significa a construção de memórias sociais por agentes diversos, atentando para o trabalho de fabricação e de controle sobre essas memórias. Ele complementa chamando de memórias subterrâneas aquelas que ressurgem para entrar em disputa com a “memória nacional”.

A opção metodológica escolhida, a história oral, está estritamente ligada à nossa justificativa e à relevância de evidenciar as memórias construídas em torno do mito “Osvaldão”. A memória refere-se a uma construção subjetiva do passado, de maneira que na história oral a consideração não só da memória é essencial, como também é tema recorrente nas discussões dessa metodologia de pesquisa (CORRER, 2014, p. 29).

Freitas afirma que “a história oral é um método de pesquisa que utiliza as entrevistas e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana. (...) a história oral é técnica e fonte” (2006, p. 18).

De acordo com Correr (2014, p. 26), “mais do que uma reconstrução fotográfica sobre o passado, a história oral é composta de forma significativa por interpretações, conscientes ou inconscientes, de um passado que pode ser real, vivido, imaginado, projetado ou simplesmente desejado”.

Mccleary (2011 apud CORRER, 2014, p. 27) destaca que a história oral tem como propósito “trazer de volta para a História as muitas vozes que ficaram de fora dos documentos, e deixá-las falarem por si”.

Entendemos, portanto, que essa seria a relevância desta pesquisa: ao estudarmos a memória dos moradores do Araguaia, estamos contribuindo para o registro, a preservação e para dar voz às memórias esquecidas ou marginalizadas pela memória oficial, o que Pollack (1989) denominou de “memórias subterrâneas”. Dessa maneira, valorizando a construção do passado e contribuindo para construção de uma memória política, como aponta Ansara:

Conhecer o passado permite às sociedades não se manterem passivas, aceitando os acontecimentos como uma fatalidade e contribui para que os erros do passado não sejam repetidos. Nesse sentido, o processo de reconstrução de uma memória política rompe com o fatalismo, com o comodismo e torna-se capaz de mudar os rumos da história. (ANSARA, 2001, p. 8).

1.3 Percorrendo a literatura

Ao iniciar nossa pesquisa bibliográfica sobre o conceito de memória optamos por partir da definição clássica de Memória Coletiva de Maurice Halbwachs (1990). Entendemos que esse conceito nos ajudará na compreensão da memória não como um conjunto de memórias individuais, mas como um fenômeno social. Apesar de seus estudos se enquadrarem no campo das Ciências Sociais, Maurice Halbwachs nos traz uma visão psicossocial da memória, a qual se apresenta como de suma importância para a consideração de nosso objeto de análise.

Percebemos, ao ler trabalhos sobre memória, que há um rico debate sobre este tema no campo da História. Autores como Le Goff (1994) e Le Goff e Nora (1976), fazem um intenso debate sobre a legitimidade da memória no campo da historiografia. Além disso, há uma intensa produção no campo da história oral. As autoras Ferreira e Amado (1998), por exemplo, descrevem a intensa discussão sobre as diferentes abordagens presentes nesse campo e sua relação com a memória.

Por nos ajudar no entendimento de nossa problemática e por contribuir para nossa escolha metodológica, entre os autores da história oral nos atentamos para o trabalho de Pollack (1989) e de Portelli (1998), que estabelecem a noção das diferentes memórias enfatizando seu caráter de fabricação e disputa.

Baseado em Contini (1994), Portelli (1998) nos apresenta o conceito de memória dividida; ou seja, a memória que por um lado se apresenta enquanto “memória oficial”

e, por outro, enquanto memória criada e preservada pelos “derrotados” ou “sobreviventes”.

Seguindo esta mesma linha, Pollack (1989), em seu trabalho intitulado *Memória, Esquecimento e Silêncio*, ressalta o papel importante da história oral na luta entre as memórias e identidades. Em suas palavras:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas, que como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas se opõe a memória oficial, no caso da memória nacional. (POLLACK, 1989, p. 2).

Mesmo não sendo do campo da história oral e nem tendo como foco a memória coletiva, Benjamim (1993; 2012), em seu texto, faz uma importante reflexão sobre o ato de narrar e sobre sua ligação com a memória.

Além do campo da História, encontramos importantes trabalhos sobre memória na Antropologia e na Psicologia Social que procuram registrar memórias de grupos e de diversas culturas. Entre eles vale destacar o trabalho de Bosi (1994) com os velhos. Seu trabalho se situa na intersecção entre cultura e memória.

Por entender o contexto de guerra em que estes moradores foram inseridos, utilizaremos as contribuições de Martin Baró (1988) e Seligmann-Silva (2008) que trazem, respectivamente, a noção de trauma e de memória do trauma.

Já sobre a memória da ditadura militar no Brasil, nos últimos anos nos deparamos com uma série de publicações – livros, artigos, reportagens em veículos de comunicação – orientadas pelas mais diversas perspectivas e abordagens. De acordo com Fico (2004), as produções recentes começaram a priorizar as questões subjetivas como as trajetórias de vida, o cotidiano e as emoções, em detrimento das questões mais objetivas.

A construção das memórias desse período é reforçada a partir da instauração da Comissão Nacional da Verdade em 2012, formada com o objetivo de investigar violações cometidas pelo Estado brasileiro durante o período da ditadura militar. Em um trabalho de dois anos a Comissão apresentou um relatório no qual detalha a estrutura de funcionamento da repressão protagonizada à época pelos agentes do Estado. Dessa forma, a Comissão pretende contribuir para a revelação dos crimes praticados e para a preservação da memória política, “contribuindo para o preenchimento das lacunas existentes na história de nosso país em relação a esse período e, ao mesmo tempo, para

o fortalecimento dos valores democráticos” (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 20).

As recentes produções sobre memórias de pessoas que vivenciaram o regime geralmente são feitas por aqueles que sofreram torturas e de alguma maneira foram atingidos pela ação do Estado (em sua maioria militantes de esquerda), ou por aqueles “que estavam do outro lado” e geralmente são escritas para justificar e legitimar suas opções.

Além disso, é bastante ampla a produção acadêmica sobre a Ditadura Militar no Brasil, uma vez que autores expressivos tais como Fico (2004), Skidmore (1988) e Alves (1989) contribuíram imensamente para esse debate.

Destacamos também as contribuições de Ansara (2000, 2008 e 2009) que faz uma análise psicossocial da memória da repressão no Brasil.

Diferentemente dos estudos recentes sobre a ditadura militar, as publicações sobre a Guerrilha do Araguaia privilegiaram os elementos objetivos – os fatos históricos, as estratégias de guerra, etc. – em detrimento dos elementos mais subjetivos, como a memória.

Os estudos e as pesquisas feitos sobre a Guerrilha, em sua maioria, enfocam as diferentes visões do ocorrido a partir das opiniões ora dos guerrilheiros e ora do Exército, além de terem como enfoque os acontecimentos históricos. Essas visões procuram ressaltar o heroísmo dos guerrilheiros, bem como dos militares, e justificar seus erros e fracassos na guerra. Portanto, nossa pesquisa pretende trazer enquanto contribuição para este debate o registro das memórias de outros personagens, que também foram participantes ativos na Guerrilha: os moradores locais.

No que concerne à produção sobre a Guerrilha do Araguaia encontramos poucas publicações. Tal literatura em nossa pesquisa, para efeito de organização, foi dividida em três grupos temáticos.

O primeiro grupo é composto por obras que nos ajudam a entender a guerrilha enquanto acontecimento histórico e nos dão uma visão mais geral e ampla de seus significados. Nesse grupo, a obra de Elio Gaspari (2002), “A ditadura escancarada”, ganha destaque uma vez que é considerada uma grande referência sobre a ditadura militar. Neste volume, Gaspari (2002) dedica um capítulo inteiro sobre a guerrilha com base nos depoimentos de moradores, documentos e áudios secretos do Exército Brasileiro de modo a realizar uma reconstituição dos fatos históricos.

Outra obra que é considerada a principal referência para o estudo da guerrilha é

a Guerrilha do Araguaia: esquerda em armas, de Romualdo Pessoa Campos Filho (2012). Baseada em sua dissertação de mestrado é a primeira tentativa de explicar a guerrilha de uma maneira mais completa. Neste livro, Romualdo faz uma abordagem sobre o contexto histórico brasileiro, a situação das esquerdas e a reconstituição de todas as fases da guerrilha, além de apresentar um valioso acervo de depoimentos dos moradores. Apesar de registrar e mostrar vários relatos das memórias dos moradores, ele enfatiza os aspectos históricos e políticos da Guerrilha.

A Guerra de Guerrilhas, de Fernando Portela (1979), é baseado em uma série de reportagens feitas pelo jornalista e publicadas no Jornal da Tarde, com informações inéditas quando do ano da sua publicação. Foi a primeira publicação sobre a guerrilha em jornais brasileiros e um importante referencial para os estudiosos.

Neste primeiro grupo ainda se destaca a recente publicação do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014). A comissão dedica um capítulo inteiro sobre a Guerrilha e, além de recontar sua história, produz toda uma sistematização de depoimentos e audiências realizadas pela comissão de forma alcançar uma conclusão sobre o verdadeiro número de desaparecidos, contribuindo para a responsabilização do Estado pelos crimes cometidos e pelos corpos desaparecidos.

No segundo grupo estão as obras que revelam documentos e depoimentos do Exército Brasileiro e são importantes no sentido de entendermos a visão e o imaginário do Exército em relação aos guerrilheiros. Nele encontram-se os seguintes documentos:

O livro “Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha”, de Tais Morais e Eumano Silva (2005), revela documentos inéditos omitidos pela ditadura brasileira sobre as operações realizadas durante o combate na selva. Outra obra importante é a “A Lei da Selva: estratégia, imaginários e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia”, de Hugo Studart (2006), a qual também se baseia em uma farta documentação do Exército obtida de forma sigilosa. O autor tenta se aproximar do imaginário dos militares sobre os guerrilheiros e as estratégias de silêncio pactuadas entre eles no pós-guerrilha.

O terceiro grupo é constituído por documentos publicados pelo Pcdob que trazem a versão dos guerrilheiros, com destaque para o “Relatório Arroyo” que foi escrito por Ângelo Arroyo (1996), um dos líderes do Destacamento C⁸ da Guerrilha. Após escapar vivo da guerrilha, Arroyo produziu um relatório sobre suas impressões *in*

⁸ Os guerrilheiros foram divididos em três grupos, denominados destacamentos.

loco. Este relatório está contido em um livro intitulado “Guerrilha do Araguaia”, produzido pelo PCdoB, no qual estão vários tipos de documentos sobre a Guerrilha que também foram usados nesta pesquisa. Outro documento por nós considerado foi o Diário de um guerrilheiro, de Glênio Sá (2004), em que ele retrata o dia a dia da guerrilha.

Do ponto de vista da memória da Guerrilha do Araguaia - nosso objeto de estudo - encontramos apenas dois trabalhos acadêmicos. Em primeiro lugar, a tese de doutorado de Dácia Ibiapina da Silva (2002), “Memórias da Guerrilha do Araguaia: relatos de moradores de Palestina do Pará”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Embora seja uma pesquisa realizada na área de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, esta tese trouxe para o debate sobre a Guerrilha do Araguaia algo não enfatizado pelos trabalhos acadêmicos anteriores – a discussão sobre a memória dos moradores. Dácia optou por pesquisar a memória de moradores de uma cidade da região do Araguaia, utilizando o audiovisual como ferramenta metodológica, fato que carrega muitas semelhanças com nossa pesquisa, pois também utilizaremos como metodologia o aporte da história oral. Outro trabalho acadêmico sobre a Guerrilha do Araguaia que consideramos importante é o de Wellington Sampaio da Silva (2008), “A Guerra Silenciada: memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio”, defendida no curso de História da Universidade Federal de João Pessoa. Nesta pesquisa, Silva (2008) discute o medo e o silêncio dos moradores por meio das estratégias utilizadas pelos militares.

Em nossa pesquisa bibliográfica encontramos poucas informações específicas sobre “Osvaldão”. Apenas uma biografia de Bernardo Joffily (2008) – muito usada para essa pesquisa –, algumas reportagens e depoimentos. O restante são fragmentos dos livros que tratam da guerrilha.

Realizamos também uma busca no Sistema Nacional de Teses e Dissertações, tentando relacionar as palavras “mito” e “memória”. Tal busca deve-se ao fato de tentarmos descobrir se já existiam trabalhos que pudessem nos ajudar a entender a construção de “heróis” e suas implicações na memória. Encontramos 139 resultados.

Esses trabalhos em sua maioria são teses e dissertações no campo da Antropologia. A maioria delas descreve comunidades, tribos e lugares procurando estabelecer ou descrever seus sistemas culturais e suas dinâmicas de preservação da memória. Esse resultado demonstra que apesar dos temas da memória e do mito nos

dias de hoje exigirem uma análise interdisciplinar, como mostrados anteriormente, a Antropologia ainda é a área onde há uma grande concentração destes estudos.

Encontramos também uma extensa literatura no campo das Letras. Percebemos que muitas teses e dissertações analisam autores e obras que tratam sobre mitos. Entretanto, esses estudos têm como enfoque analisar as obras e dar significados as narrativas encontradas.

Além dos trabalhos situados nos campos da Antropologia e das Letras, encontramos também algumas obras no campo da História. Essa nova curiosidade desse campo reflete o intenso debate recente da memória e do mito como fenômenos para compreender a história de lugares e acontecimentos. Como já apontamos, esta foi uma intensa discussão realizada pelos historiadores.

Há ainda trabalhos nos campos da Biologia, Artes, Filosofia, Comunicação, Administração, Direito, Turismo Geografia e Psicologia, evidenciando a interdisciplinaridade dos conceitos de “mito” e “memória”.

Esta busca nos facultou encontrar algumas contribuições fundamentais para a nossa pesquisa, motivo pelo qual optamos por selecionar aquelas que tivessem mais proximidade com o nosso tema, sobretudo aquelas referentes às teses e às dissertações que tratam da natureza do processo de mitificação de algum personagem histórico.

Na tese de doutorado de Rosilene Dias Montenegro (2001), intitulada “Juscelino Kubitschek: mitos e mitologia política do Brasil moderno”, a autora analisa a construção do mito político de Juscelino Kubitschek (JK) por meio de diferentes atores que o instituíram (biógrafos, camadas populares, adversários, etc.).

Montenegro detecta três possíveis versões para a construção desse mito. A primeira versão trata o *mito como uma história sagrada*, e nele o discurso político organizado em uma narrativa mítica que conta a sua transformação em uma das figuras mais importantes do país. Esta versão foi feita por biógrafos e pelo próprio Juscelino.

A segunda versão seria o *mito como ilusão* construída por seus adversários que tentam desconstruir sua imagem de mito. Essa interpretação tenta negar a função que JK desempenhou nas mudanças históricas daquele período da história brasileira.

A terceira seria do *mito como força criadora*, na qual nota-se que a criação do mito atende às demandas de um mundo melhor, de um sonho coletivo muito identificado, segundo a autora, com as camadas populares. A autora afirma:

(...) essa vertente interpretativa, o mito JK mobilizava o que Girardet chamou a de as potências oníricas secretas, ou seja, todo um universo imaginário e subjetivo dos anseios, dos sonhos, das esperanças e sobretudo das crenças. Crença no político, crença no futuro, crença no destino da grande nação. (MONTENEGRO, 2001, p. 427).

Nesta tese está presente a ideia do mito como força construída e mobilizada. A crença no político transformador e salvador foi criada principalmente pelo próprio Juscelino, ao mesmo tempo em que foi criada as imagens como chefe salvador. Essas imagens incitavam a força dos sonhos, da esperança e do otimismo. E essa mobilização faz com que ele permaneça na memória coletiva. O mito construído e divulgado

Na mesma linha temos a dissertação de Camila Cremonese-Adamo (2010), “Fronteira, mitos e heróis: a criação e a apropriação da figura do Tenente Antônio João Ribeiro no antigo sul de Mato Grosso”. Cremonese-Adamo faz uma análise de como a figura do Tenente João Ribeiro foi apropriada pelo exército e pela elite de Mato Grosso para ajudar na construção de uma identidade mato-grossense. Valores como sacrifício, heroísmo, coragem estão presentes na história do Tenente que morreu em combate na Guerra do Paraguai. Monumentos, praças e ruas recebem o nome do Tenente que até o começo do século era desconhecido.

Nessa dissertação também está presente a ideia do mito construído e mobilizado, ou seja, a ideia em torno da imagem do Tenente foi escolhida para ressaltar valores que a elite do Mato Grosso queria como representações de sua própria imagem.

Em "Camisa de Couro" e a densa trama das relações de poder que envolvem a criação de suas imagens na cidade de Três Lagoas, MS, 1959 - 1962, Beatriz de Castro Santos Araújo (2008) discute a mitificação de um pistoleiro na cidade de Três Lagoas. Araújo faz uma discussão sobre a criação do mito como forma de poder. Em sua tese, ela tenta demonstrar o poder de atuação da memória na constituição da cultura como um campo de luta, como passado vivo e ativo e também como prática política. Ela traz a ideia de várias memórias por diversos atores na disputa pelo poder da história.

Já a autora Geralda de Oliveira Santos Lima (2008) em sua tese “O rei do cangaço, o governador do sertão; o bandido ousado do sertão, o cangaceiro malvado: processos referenciais na construção da memória discursiva sobre Lampião”, faz uma interface entre Sociologia e a Linguística. Lima desenvolve uma análise de como por meio das expressões se construiu o mito de Lampião. Tais expressões revelam as contradições de pontos de vistas sobre o personagem Lampião, que ora é bandido e ora é herói. Para a autora, as diferentes expressões sobre Lampião possibilitaram a

construção e reconstrução da memória discursiva social. Seu objetivo foi mostrar como o mito é construído e reconstruído discursivamente por uso de cadeias referenciais e articuladas a diferentes pontos de vistas. Dessa forma, a autora traz contribuições do campo da lingüística como forma de construção dos mitos.

Portanto, o objetivo de nosso trabalho será o de identificar como se constituiu a memória coletiva sobre “Osvaldão” e compreender os elementos míticos presentes nessa memória.

o baiano, o piauiense, o cearense, o maranhense e o paraense se mesclam com descendentes de negros das minerações e principalmente de índios” (1963, p.105).

Sobre este aspecto da mistura de povos que caracteriza o povoamento da região amazônica, incluído o Bico do Papagaio, Fraxe; Witkoski; Miguez,(2009) comentam:

Caboclos, ribeirinhos, caboclo-ribeirinhos, seringueiros. O homem amazônico é fruto da confluência de sujeitos sociais distintos — ameríndios da várzea e/ou terra firme, negros, nordestinos e europeus de diversas nacionalidades (portugueses, espanhóis, holandeses, franceses, etc.) — que inauguram novas e singulares formas de organização social nos trópicos amazônicos. Diferenciada em suas matrizes geracionais, marcada por dinamismos e sincretismos singulares, a formação social amazônica foi fundamentada historicamente em tipos variados de escravismo e servidão. (FRAXE,WITKOSKI, MIGUEZ, 2009, p. 1).

O início do povoamento ocorreu por volta da década de 1920, quando os trabalhadores, migrantes de estados do Nordeste, forçados por diversos fatores, entre eles, falta de terras e de trabalho, e atraídos, notadamente, pela possibilidade de ocupar um pedaço de terra, abandonaram seus locais de origem, venderam suas casas e lotes e se dirigiram para a Amazônia. A grande maioria dos migrantes procura nas regiões de destinos uma alternativa de vida melhor.

Apesar do início do povoamento, a região do Bico do Papagaio foi relegada a segundo plano até década de 1960, possuindo ainda como base uma economia pré-capitalista, na medida em que, entre outras razões, o Brasil no pós-segunda guerra mundial priorizou seus investimentos em grandes centros urbanos. De um lado, as regiões centro e sul do país concentravam todas as políticas de desenvolvimento, enquanto que as regiões norte e nordeste permaneciam sob o domínio dos coronéis, com a concentração de terras na mão de poucos (CAMPOS FILHO, 2012).

A construção de diversas rodovias na década de 1950 como a Belém-Brasília e depois a Transamazônica incorporaram a região do Bico do Papagaio ao cenário político, econômico e social do país. Essas rodovias facilitaram o acesso à região, promovendo a chegada de novos fluxos migratórios vindos de diversos estados.

Apesar dessas alterações e incorporação da região do Araguaia ao cenário político brasileiro, as políticas públicas realizadas pelos governos central e locais se apresentaram como insuficientes, pois não tinham como objetivo o desenvolvimento da

região e a diminuição das desigualdades regionais. Procurou-se apenas um lugar para acolher os nordestinos que fugiam da seca (CAMPOS FILHO, 2012 p 102)

A criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) instaurou novos mecanismos de intervenção do Estado com incentivos fiscais para o estabelecimento de empresas agropecuárias. Os fortes incentivos fiscais ajudaram na inauguração da prática de derrubadas de árvores para as pastagens, viabilizando a instalação de grandes projetos de pecuária extensiva.

Ou seja, de um lado, lavas de nordestinos penetravam na região e se estabeleciam em áreas de posses, em terras sem qualquer tipo de documentação, incentivados pelo governo federal. De outro, as grandes empresas agropecuárias que ali se instalavam encontravam formas eficazes de expandir suas propriedades, através da grilagem, falsificando documentos com a conveniência de autoridades ou da violência, expulsão com a utilização de jagunços e com a ajuda da própria polícia militar, situação conflituosa que se estende até os dias atuais (CAMPOS FILHO, 2012, p.103).

O Estado, por meio das concessões, beneficiou uma minoria de pessoas, a burguesia regional, possibilitando e promovendo uma grande concentração de dinheiro e terras em mãos de alguns poucos empresários, contribuindo para o aumento da desigualdade social. Com isso a insatisfação popular cresceu, pois as concessões não atingiram apenas as terras livres, mas, também as terras ocupadas pelos pequenos agricultores de famílias camponesas que não possuíam o título da terra, porém praticavam uma agricultura de subsistência. Essa grande desigualdade é que explica a existência de conflitos até o dia de hoje.

2.2 O camponês e a terra

Bosi (1987), em sua definição sobre cultura, afirma que esta é o conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que devem ser transmitidos às novas gerações de maneira garantir a convivência social. Para ele, a cultura popular é um jogo indefinido e às vezes muito daquilo que parece alienação, atraso ou ignorância na verdade é uma crença na própria cultura. Nesse contexto, a população rural por vezes é interpretada como atrasada ou apolítica.

Tentaremos demonstrar que ao longo de sua história os camponeses residentes na região do Bico do Papagaio desenvolveram estratégias de resistência, não se

configurando como sujeitos apolíticos. Para isso analisaremos o universo cotidiano e o ambiente em que esses sujeitos se constituíram. Isso nos ajudará a entender a relação que esse camponês teve com a realidade da Guerrilha e dos guerrilheiros.

Como relatado anteriormente, a maioria dos migrantes que povoaram a região do Bico do Papagaio vinham de estados do nordeste, o qual tinha como característica um modelo agrário concentrador. Esse fato demonstra que a migração já era em si mesma uma forma de resistência, pois essas constantes mudanças podem ser interpretadas como lutas e fugas devidas às expulsões.

Fruto de uma cultura particular, a relação desses homens e mulheres com a terra é carregada de valores e símbolos culturais. Esse movimento de lutas e fugas faz parte dessa relação, pois para eles o trabalho e a morada pertencem a uma unidade só (SADER, 1986).

Todavia, o trabalho não é simplesmente a plantação e a transformação da terra, mas é, antes disso, um modelo de produção que envolve laços subjetivos entre o que se planta e a trajetória de cada um na terra. Uma relação de entrega mútua que pode ser vista na reprodução da família e no número de filhos criados. Nesse caso, terra e luta são sinônimos, pois estar na terra é estar na luta.

Sader (1990) relata em sua pesquisa que entre os posseiros era muito comum ouvir o mito da terra liberta proferido pelo Padre Cícero, mito este que povoava o imaginário dos migrantes. Ele fazia parte das profecias do Padre Cícero que aconselha seus fiéis “a partirem em busca das Bandeiras Verdes quando ‘a situação estivesse ruim, e atravessar o grande rio’”. Perguntados sobre o que eram as Bandeiras Verdes, todas as respostas foram idênticas: “são as matas” (SADER, 1990, p. 121).

Foi nessa etapa de ocupação por nordestinos que fugiam da seca e da grilagem no nordeste que se percebe o início do processo emancipatório dos camponeses como um sujeito que busca sua própria liberdade. Nesse sentido, pode-se dizer que existe uma posição política nestas mudanças, tendo em vista que elas se configuram enquanto uma tentativa por estes nordestinos de realizar seus sonhos e de encontrar um lugar livre para criar seus filhos.

Oliveira (2010), ao analisar as falas de suas entrevistas com os moradores do Bico do Papagaio, diz:

Todavia, esse trabalho não é simples plantação e transformação da terra, é, antes disso, um modelo de produção que envolve laços

subjetivos entre o que se planta e trajetória de cada um na terra. Uma relação de entrega mútua que pode ser vista na reprodução da família e no número de filhos criados. Nesse caso terra e luta são sinônimos, pois estar na terra é estar na luta. (OLIVEIRA, 2010, p. 22).

Soares (2009), por sua vez, nos aponta a ideia de que a luta pela posse da terra é parte fundamental da construção das trajetórias de vida e da identidade desses moradores, porque a terra simboliza uma maior autonomia e liberdade em relação ao Estado, ao patrão e ao fazendeiro (SOARES, 2009, p. 63).

Oliveira (2010, p. 53) também defende a ideia de que a terra é “um centro organizador das relações sociais e se caracteriza como sinônimo de liberdade, algo que fortalece a identidade”, pois a luta pela terra estabelece sua relação com o mundo e com o sistema que o sujeito está inserido

Essa relação com o mundo se expressa na forma do uso dos recursos naturais, uma vez que o estabelecimento das famílias nas terras que tinham como fonte os produtos da floresta se dava a partir de diferentes estratégias no uso destes mesmos recursos naturais. De um lado, a caça, a pesca, extrativismo, garimpo, entre outras atividades, que de alguma forma preservavam e valorizavam a floresta, e de outro a pecuária que via a mata como um empecilho. Ainda sobre isso Soares afirma que:

(...) os conflitos que surgiriam no futuro, também têm raízes no choque ou encontro de duas estratégias divergentes de ocupação do território e de uso dos recursos naturais. Este aspecto se acirrava ainda mais pelo fato de que a pecuária era estimulada por um amplo conjunto de instrumentos de incentivos promovidos pela esfera estatal, numa região onde as bases legais, relacionadas à regularização da posse da terra, eram e de certa forma ainda são completamente incipientes. (SOARES, 2009, p. 75).

O surgimento de pequenos centros e o desenvolvimento dessas formas de respeito ao uso dos recursos naturais pelos camponeses são dois dos principais fatores que propiciaram a construção local de relações menos hierarquizadas, dado que, por exemplo, as normas de condutas de exploração da natureza são decididas em ambientes de debate e construção coletiva.

E é nesse ambiente de luta que se desenvolve um sentimento de solidariedade entre os camponeses, uma vez que eles não podiam contar com outro tipo de defesa a não ser dos próprios vizinhos, parentes ou amigos, pois viviam em moradias

relativamente isoladas e não existia nenhum órgão de segurança atuante na região. Sader comenta:

São as tarefas nos campos, feitas em conjunto, a ida em grupos, para o trabalho diário, o hábito de ao final da tarde colocar os bancos nas portas das casas, o vai e vem dos vizinhos para uma conversa em comum, são as solidariedades obrigatórias de uma vida e uma história partilhada, os comentários sobre suas vidas, suas lutas, é que constroem, além das formas e estruturas espaciais, todo o edifício de solidariedades camponesas. (SADER, 1986, p.55).

Ainda, Sader (1986) acredita que o povoado pode ser a materialização de espaços que comportam “relações solidárias”. Essas relações seriam determinantes para definir as relações do camponês com outros agentes como o Estado e o mercado.

Sobre essa questão Almeida aponta:

Esses fatores se caracterizavam pela coesão do grupo no âmbito de uma identificação, pois todos ao se encontrarem diante da necessidade de lutar e o único mecanismo de união era a realidade singular, a maneira de trabalhar do grupo, o modo como entendiam o que era trabalhar na terra, suas trajetórias e história de vida semelhante. Assim, pude ver que se por um lado crescia essa identificação por outro era fortalecido o sentimento de estranhamento com relação ao grileiro, fazendeiros e por vezes até o estado, vistos como inimigos que desejavam tirar de todos aquilo que era central no entendimento do grupo: a terra. (ALMEIDA, 2010, p. 23).

2.3 Os mitos amazônicos

Além de sua profunda relação com a terra, os moradores do Amazonas estão inseridos em uma região que tem como marca a tradição oral e uma cultura povoada de mitos e lendas.

Para alguns estudiosos, essa junção de raças e etnias na história do povoamento da Amazônia resultou em uma chamada mentalidade do homem amazônico, povoada de mitos e lendas.

O imaginário dos povos primitivos somados às características vivazes da floresta amazônica contribuíram para a criação de lendas que foram absorvidas pelo povo amazônico. Foi por meio deste legado que se adquiriu respeito e conhecimento pela natureza, como em relação ao uso de determinadas plantas e ao tratamento de animais de origem lendária (BRITTO, 2007).

De origem indígena ou cabocla, as lendas amazônicas estão vivas e presentes na voz dos habitantes da região que buscam preservar as histórias. Elas oferecem uma visão ampla sobre o mundo e sobre como esse homem amazônico composto por variadas culturas enxerga seu próprio mundo (LIMA, 2002).

A identidade do homem amazônico é percebida por meio do mito: seja o ribeirinho, o caboclo, ou mesmo o índio que ao contarem ou lembrarem um mito revivem a sua origem em entes sobrenaturais, e que de alguma forma interferem na realidade presente influenciando o comportamento das pessoas (OLIVEIRA; LIMA, 2006).

Sobre a origem dessa cultura, desde o seu descobrimento, a região amazônica impressionava as outras civilizações. A imensidão de seus rios contribuiu para que essa imaginação se solidificasse e se firmasse, de forma que o universo mitológico achasse seu lugar. Assim, ideais do fantástico e de um lugar parecido com o paraíso habitou o imaginário dos descobridores.

Sobre o primeiro contato destes colonizadores com a América, Sérgio Buarque de Holanda comenta:

Não admira se, em contraste com o antigo cenário familiar de paisagens decrépitas e homens afanosos, sempre a debater-se contra uma áspera pobreza, a primavera incessante das terras recém-descobertas devesse surgir aos seus primeiros visitantes como uma cópia do Éden. Enquanto no velho Mundo a natureza avaramente regateava suas dádivas, repartindo-as por estações e só beneficiando os previdentes, os diligentes, os pacientes, no paraíso americano ela se entregava de imediato em sua plenitude, sem a dura necessidade - sinal de imperfeição de ter de apelar para o trabalho dos homens. Como nos primeiros dias da Criação, tudo aqui era Dom de Deus, não obra do arado, do ceifador ou do moleiro. (HOLANDA, 2002, p. 5).

Para Walcyr Monteiro (2012), considerado um dos grandes estudiosos da cultura amazônica, as lendas e os mitos tiveram sua origem principalmente nos índios, pois estes tinham histórias para explicar os fenômenos da natureza. Britto (2007), em seu livro “Lendário Amazônico”, faz referência aos temas utilizados por Walcyr Monteiro em suas obras:

O escritor Walcyr Monteiro membro da Comissão Paraense de Folclore, autor de inúmeras obras sobre lendas e mitos da Amazônia, aborda mais os temas do mundo material afirmando que os indígenas tinham uma história para explicar a origem de cada animal, cada peixe, cada planta, cada acidente, cada acidente geográfico, cada

corpo celeste, cada fenômeno da natureza, enfim cada coisa que viam... Diz que, graças a isto herdamos um lendário tão rico e interessante quanto a mitologia grega. (BRITTO, 2007, p. 13).

Para Silva (2005), é a partir dessa grande mescla de crenças indígenas, europeias e africanas que resulta o habitante da região que ainda crê que a natureza interfere e participa de modo efetivo no seu destino, através de sinais como o canto de determinados pássaros, a força dos ventos, animais que falam, pássaros encantados, entre outros. Para o autor, as florestas, águas e toda a fauna são detentoras de pensamento, possuem pais e mães, etc.

Loureiro (1998) também nos fala sobre uma “teogonia” cotidiana onde se converte a realidade em signos como: diálogo com as marés, o companheirismo das estrelas, a solidariedade dos ventos e até a amizade dos rios.

Em seu texto chamado “O Amazonas e o Imaginário das Águas”, a autora Marilina Pinto (2008) relata sua experiência como moradora da Amazônia:

Nascemos às margens do rio negro ouvindo rumores da existência de seres encantados que habitam os rios da Amazônia, sobretudo, nas muitas noites sem energia elétrica, quando as famílias se reuniam em rodas animadas de conversa. Desde a infância ouvimos os relatos dos mais velhos sobre os animais da floresta que servem de motivo para inúmeras narrações pitorescas: sobre a inteligência do jabuti, a ignorância da onça, o canto mágico do uirapuru, as peripécias do boto, a maldade da cobra-grande, seres que criam o reino deslumbrante do folclore amazônico. (PINTO, 2008, p. 8).

Ao conhecermos esse “caldo cultural” que constitui a identidade do homem amazônico, buscamos demonstrar a proximidade desta identidade com o personagem “Osvaldão”.

Assim, tanto o camponês como os guerrilheiros eram migrantes ou refugiados de algum lugar, e acabaram por estabelecer uma relação de luta e intervenção na realidade social. Sobre este aspecto, Sader comenta que “é inegável a simpatia, ou empatia, pelos que tinham que fugir, como fugiram os que foram expulsos de suas terras, pelos que morriam como morreram familiares seus na luta pela posse da terra nessa área de fronteira” (1990, p. 123).

Além disso, a importância de conhecer o aspecto cultural do Araguaia é fundamental para entender as memórias “míticas” construídas em torno de “Osvaldão” e sua semelhança com o universo simbólico em que os moradores estão inseridos.

3 A GUERRILHA DO ARAGUAIA E A TRAJETÓRIA DE “OSVALDÃO”

Recorrendo aos livros escritos sobre a Guerrilha do Araguaia, percebemos em um primeiro momento que há poucas informações sobre “Osvaldão”. Nossa opção foi de, ao fazer esse capítulo, nos concentrar nas seguintes fontes: o livro biográfico de “Osvaldão” escrito por Bernardo Joffily (2008); os depoimentos colhidos para a pesquisa intitulada “Guerrilha do Araguaia: à esquerda em armas” de Romualdo Campos Filho (2012); os diários de Glênio Sá, 2004 (participante da Guerrilha); e o relatório de Ângelo Arroyo (1996). Estes dois últimos documentos constituem uma fonte primária importante para qualquer estudioso da temática do Araguaia.

Nossa opção foi estabelecida ao percebermos que a maioria das informações sobre Osvaldo, em outros livros, vinha dessas três fontes. Além disso, com base nesta bibliografia e a partir dos depoimentos colhidos para a elaboração do documentário “Osvaldão”, utilizados na presente dissertação como fonte de nossa pesquisa, pretendemos construir a trajetória de “Osvaldão”

Em nossa pesquisa e particularmente neste capítulo, nos interessa levantar as seguintes indagações: (i) qual a importância histórica de “Osvaldão” na Guerrilha?; (ii) que elementos nesse contexto justificariam sua transformação em mito?

Para isso, reconstruiremos a história da guerrilha com o intuito de saber qual o contexto histórico em que nosso personagem viveu. Esse contexto deverá ser relatado a partir de informações que coletamos sobre a participação de “Osvaldão” na guerrilha.

Sobre sua vida antes da guerrilha encontramos algumas informações registradas em alguns livros e também nos depoimentos que gravamos para o documentário.

Osvaldo Orlando da Costa nasceu em 27 de abril de 1938, em Passa Quatro no Estado de Minas Gerais. Seu pai, que foi filho de escravos, já nasceu liberto graças à lei do Ventre Livre⁹ e se tornou padeiro e confeitoiro. Sua mãe cuidava das coisas da casa e ajudava na padaria que seu pai montara. A mãe morreu quando Osvaldo era mais novo e por isso ele foi criado por seus onze irmãos, especialmente a irmã mais velha Irene, a quem chamava de mãe.

⁹A Lei do Ventre Livre, também conhecida como “Lei Rio Branco” foi uma lei abolicionista, promulgada em 28 de setembro de 1871 (assinada pela Princesa Isabel). Esta lei considerava livre todos os filhos de mulher escravas nascidos a partir da data da lei.

Em 1950 chegou ao Rio de Janeiro para estudar na Escola Técnica Nacional, na qual participou ativamente do movimento estudantil presidindo a Associação de Estudantes. Neste ponto é importante destacarmos que a maioria das fontes destaca ser neste período em que ele inicia sua trajetória política. Sobre este momento, Wladimir Pomar e Eduardo Pomar, ambos amigos de Osvaldo, relatam em seus depoimentos para nosso documentário:

É o Osvaldo eu conheci... Nós nos conhecemos fazendo curso na escola técnica nacional, aqui no Rio de Janeiro. Logo depois que nos conhecemos, vi que o Osvaldo tinha um irmão que era do partido. Eu já era do partido, naquela ocasião. E nós então, começamos a trabalhar em conjunto. Tivemos não só uma boa amizade, muito consistente, mas também começamos a organizar o partido dentro da escola e participar do movimento estudantil daquela época. (POMAR, Wladimir, 2013).

O Osvaldo era estudioso, não só nas matérias que nós tínhamos na escola técnica. Mas era também um estudioso em geral. Ele lia muito. Não era uma formação dirigida. Nós não tínhamos escolas de formação política, mas nós tínhamos um grupo, que discutia muito política. (POMAR, Wladimir, 2013).

No último ano aqui, já era um líder dentro da escola. Chegamos a comandar uma greve nacional contra o diretor Francisco Montojos, do ensino industrial e que queria acabar com o ensino industrial no Brasil. (POMAR, Eduardo, 2013).

Em 1958 ele se formou como técnico de construção de máquinas e motores. Na mesma época passou um ano cursando o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), o que mais tarde irá ajudá-lo na guerrilha. Por sua grande aptidão física, tinha 1,98 de altura, começou a praticar boxe e se tornou campeão nesta modalidade pelo Vasco da Gama. Em 1961, ganhou uma bolsa para estudar na Tchecoslováquia, viajando com alguns amigos da Escola Nacional para o novo país.

Sobre sua filiação ao PCdoB - partido que organiza e dirige a Guerrilha do Araguaia- apesar de alguns relatos indicarem que sua filiação se deu ainda na Escola Nacional, a maioria das versões aponta para sua consolidação em Praga quando Pedro Pomar, na época um destacado dirigente comunista, visita “Osvaldão” e o convence a voltar para o Brasil.

Nesse período, o clima no Brasil era de grande agitação política. Associações de estudantes, camponeses e sindicalistas se mobilizavam por diversas bandeiras e

conquistas, as chamadas reformas de base, defendidas pelo então Presidente da República João Goulart.

Por outro lado, a direita brasileira com o apoio do capital estrangeiro se organizava na tentativa de evitar a “revolução socialista” que, para eles, estava prestes a acontecer. A hostilidade com os movimentos de esquerda foi crescendo, impulsionadas pela mídia, por parte do clero, militares e por dirigentes políticos da direita.

Mesmo antes do golpe militar de 1964, o PCdoB já vinha defendendo a luta armada e iniciava uma intensa discussão sobre qual tática adotar para o período.

Ao voltar ao Brasil, “Osvaldão” desembarcou na Chapada Diamantina, tendo como primeira “tarefa” a investigação de locais para acontecer a guerrilha. A Chapada é descartada como prioridade, pois apesar de ter boas condições de massas e belas serras de até dois mil metros, sua cobertura vegetal é “escassa” e a “guerrilha ficaria exposta” (JOFFILY, 2008). Sobre esse contexto, Wladimir Pomar, amigo de Osvaldo, em depoimento a nós concedido, aponta:

Aí, nós voltamos a nos encontrar e ele vai para chapada da Diamantina, já aí num contexto de preparação algum tipo de dispositivo o para luta armada, para conhecer a região, para ver se ali tinha condições de realizar a guerrilha rural ou não. Foi um momento muito rico, não só em movimentos sociais, mas em discussão política pública através dos jornais. Havia uma discussão muito grande E havia também uma conspiração muito aberta, não era uma conspiração fechada de setores militares com grandes empresários. Eles achavam do jeito que ia aquela movimentação social, aquilo tudo iria dar numa República Sindicalista ou numa República Comunista. (POMAR, Wladimir, 2013).

Em 1964 acontece o golpe militar. O isolamento do então presidente Jango causado por sua postura audaciosa (por conta das reformas), as divergências internas nas forças armadas causadas pela quebra da hierarquia, além da crise econômica, decorrente de uma alta taxa inflacionária, estagnação e recessão e da poderosa pressão de grupos estrangeiros descontentes com o governo - principalmente com a lei de remessa de lucros que impedia o envio imediato de capital oriundo de lucros por empresas multinacionais para suas matrizes - foram fatores cruciais para acontecimento do golpe.

Até então, a esquerda acreditava que as condições vivenciadas pelo Brasil à época levariam o país para o socialismo. A única divergência se situava na definição do caminho. Uma parte da esquerda acreditava que a transição se daria de forma pacífica,

representados pelo PCB, enquanto outra optava pela forma “revolucionária”, a exemplo de outros países defendidos pelo PCdoB e por vários grupos.

Além da discussão sobre qual melhor via a ser seguida, se a pacífica ou a revolucionária, existia ainda nessa época uma intensa discussão entre aqueles setores que defendiam a luta armada no Brasil como resistência à ditadura. Sobre este aspecto, Campos Filhos aponta:

Em primeiro lugar, era preciso definir o cenário da revolução: o local privilegiado para a deflagração da luta armada seria o campo ou as cidades. A resposta dependia da avaliação sobre onde se situava o elo mais fraco da sociedade, e sobre onde a ditadura militar encontraria mais dificuldades para debelar uma insurgência revolucionária. (CAMPOS FILHO, 2012, p. 69-70).

Para Gorender:

Estabelecido que o cenário principal da luta armada será o campo, segue-se a recomendação de deslocar o centro de gravidade para as regiões rurais e nelas concentrar o esforço de construção do partido. Recomendação repetida em documentos posteriores. Motivado pela imitação do PCCh e inspirado em Mao, o PC do B reduzirá sua atividade nos centros urbanos e se fará ausente nas aglomerações operárias. (GORENDER, 1987, p. 106).

A opção do PCdoB pelos pressupostos teóricos chineses foi amadurecendo ao longo de um intenso intercâmbio entre o PCdoB e o Partido Comunista Chinês. Desses contatos resultaram três missões de militantes brasileiros para treinamento político e militar na China, nas cidades de Pequim e Nanquim (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 682). Osvaldo esteve nessa primeira turma junto com outros 18 militantes. Passou seis meses em treinamento e voltou para o Brasil. Segundo Joffily, ao voltar da China, Osvaldo continuou a buscar possíveis lugares para a guerrilha:

Na certa ele volta já com a tarefa do partido de ser uma das pessoas que vai pesquisar essas áreas onde é possível fazer a guerrilha. E uma das pessoas que ajuda então escolher o Araguaia como o teatro onde as condições sociais, políticas e geográficas estão dadas para resistir a Ditadura Militar, que já estava implantada naquele tempo. Já que eles se instalaram pelas armas, já que eles governam pelas armas, já que eles nos tratam na ponta da baioneta, nós vamos reagir com as armas que nós tivermos. A guerrilha do Araguaia faz parte desta história. O Osvaldo chegou em 1966. A guerrilha estourou em 1972, ele era uma pessoa famosa naquela região toda. (JOFFILY, 2013).

No relatório de Ângelo Arroyo, um dos documentos mais importantes sobre a guerrilha, ele relata o porquê da opção pelo Araguaia:

A região do Araguaia oferece condições propícias. É zona de mata e na mata o inimigo não pode usar tanques, artilharia, bombardeio aéreo de precisão, etc. Tem de estar a pé como um guerrilheiro. É uma zona de mata pobre e explorada (frente pioneira de penetração de massa camponesa sem terra), circundada por povoados e cidades pequenas e médias também de grande pobreza. Dispõe de caça abundante, castanha do Pará, babaçu e outros meios de alimentação. Possui vasta área, em extensão e profundidade, que serve de campo de manobra para os combatentes. (ARROYO, 1996, p.54).

Existem outros fatores que impulsionaram os militantes do PCdoB na escolha dessa região. Um deles está relacionado à própria condição de isolamento da área na década de 1960. Esse isolamento pode ser explicado pelas dificuldades de comunicação com o restante do país e a precariedade de transportes. Era, portanto, uma região que formava um “outro Brasil”, pouco conhecido nas regiões Centro-Sul. Era um local carente, onde a população sobrevivia sem nenhuma assistência do governo. A carência dos moradores se explicava pela falta de escolas, de postos de saúde, de habitações adequadas, de saneamento básico e até mesmo de alimentação.

O objetivo do PCdoB era a luta armada, estabelecendo a guerra popular prolongada como única maneira de construir um governo revolucionário, de tal modo que era de grande importância a participação da população local para êxito de seu projeto (GORENDER, 1987).

3.1 “Osvaldão” na Guerrilha do Araguaia

Para conceituar quais seriam os objetivos na luta no Araguaia, tomamos como referência o relatório de Ângelo Arroyo, um dos guerrilheiros, que afirma:

Em síntese, no Araguaia pretendia-se iniciar a luta armada no país, aplicar a linha de massa e revolucionária do partido. Segundo essa linha, a luta armada começara no interior, sob a forma de guerrilha e com ampla participação das massas, se transformara pouco a pouco, em guerra popular que será dura e prolongada. Nosso partido é da opinião que existem no Brasil condições objetivas favoráveis ao surgimento das ações armadas, que é ponderável o sentimento em favor da revolução e, que, sem esse tipo de luta jamais o povo alcançara a vitória. (ARROYO, 1996, p.54).

Na leitura biográfica todas as versões confirmam a informação de que o primeiro militante a se deslocar para a guerrilha é Osvaldo Orlando da Costa. Aos poucos outros militantes iriam chegar, totalizando 69.

Quando “Osvaldão” desembarcou, as maiores cidades da região ficavam na beira da rodovia Belém-Brasília: Imperatriz, com menos de 30 mil habitantes e Araguaína com 15 mil habitantes. Marabá tinha menos de 12 mil. Xambioá e Araguatins, dois mil cada. Fora dali havia vilas, povoados, fazendas e aldeias (JOFFILY, 2008).

É um mundo rural, com forte herança e parentesco indígena. Um mundo de roça caça e pesca, de muita pobreza e carências, explorações e injustiças. As casas são de taipa e terra batida, cobertas de palha de babaçu. Dorme-se na rede, exceto os casais. A luz vem de lamparina de querosene. (JOFFILY, 2008, p.36).

Neste começo, os guerrilheiros começaram a trabalhar e a conviver com os moradores da região em posses previamente adquiridas. Segundo Bertolino, “formaram lavouras, exploraram castanhais e montaram pequenos comércios” (2004, p.540).

Osvaldo se instalou primeiro em Araguatins, na margem goiana do Rio Araguaia, revendendo tecidos que comprava em Marabá e Xambioá. Logo começou a embrenhar-se pela mata como garimpeiro e mariscador – nome local de quem caça para vender a pele. Ele extraía ouro e diamantes nos garimpos Itamirim e Chiqueirão. Trabalhava com bateia, picareta também debaixo d’água e com equipamentos de mergulho.

Para Campos Filho, o objetivo inicial de “Osvaldão” era se estabelecer na região, adaptar-se a ela com vistas a

(...) ganhar as massas camponesas conquistando sua confiança através de uma relação de camaradagem. Tampouco pretendia de imediato realizar qualquer trabalho político, sob o argumento de que, dado o caráter extremamente repressor da ditadura, qualquer movimentação política na região atrairia a atenção das forças policiais e militares. (CAMPOS FILHO, 2012, p.115).

Em 1969, Osvaldo se instalou na posse da Gameleira situada nas cabeceiras do Rio Gameleira, que contorna a Serra das Andorinhas, banha o povoado de Santa Isabel e deságua no Araguaia. Os moradores locais apelidavam “os guerrilheiros” de paulistas

ou então o povo da mata, apelido que ganha força com a eclosão dos conflitos. Osvaldo era conhecido também como Mineirão.

Segundo Joffily (2008), a posse da Gameleira funcionava como Ponto de apoio (PA) do Destacamento B da guerrilha, que foi o primeiro a se constituir, de um total de três. O destacamento A se localizava na região do Apinajés e o C em Caiano, além de uma comissão militar.

Aos poucos outros integrantes foram chegando e se instalando nas redondezas. Quando a luta começou, o destacamento B tinha 21 combatentes. “Osvaldão” foi eleito comandante geral desse destacamento, cargo importantíssimo na hierarquia da Guerrilha.

Nesta época já era possível encontrar algumas histórias sobre Osvaldo, apontando que antes mesmo de eclodir a guerrilha os moradores do Araguaia já nutriam uma grande simpatia e admiração pelo “Mineirão”, conforme elucidam os relatos de Dona Maria, presente no livro de Joffily, de Domingas, retirado do livro de Campos Filho, além dos relatos de Seu Miguelão, de Maria, camponesa local, e de Baiano, fazendeiro da região, estes concedidos para a confecção de nosso documentário.

Certa vez (Osvaldo) passava por um barco pobre, num “centro” distante. Parou para beber água. A dona do casebre lhe falou agoniada sobre a filha pequena estava morrendo. Ela não tinha recursos. Se tivesse um dinheirinho salvaria a criança. - A única coisa que tenho é este cachorro. Não quer comprar? Osvaldo meteu a mão no bolso. Todo dinheiro que possuía entregou a mulher -”Bem, o cachorro é meu; mas a senhora fica tomando conta dele... (DONA MARIA apud JOFFILY, 2008, p. 44).

Todo mundo tinha ele assim como uma pessoa diferente. Isso era assim uma coisa... Porque é raro a gente ter uma pessoa do jeito do Osvaldão, né? Ele era um a pessoa assim, totalmente descontraída. Não era desconfiado, até falava com as crianças agora era uma lenda porque todo mundo, a gente era curiosa para ver o Osvaldão. (DOMINGAS apud CAMPOS FILHO, 2012, p. 109).

Naquela era de 68 por ali assim este pessoal começaram a aparecer por aí. Foi quando eu me encontrei no garimpo do Itamirim em 68 por ali, em 67 por ali, eu me encontro com o Osvaldão lá. Ele e o Gilberto e nós andamos ali, conversando e tudo, mas ele falava de mariscos e não nos falava assim de qualquer outro problema, né. (SEU MIGUELÃO, 2013).

E aí o caminho deles era lá em casa. Quando eles vinham da fazenda deles, passavam na minha casa ranchava. Zé fogo lá ranchava, que é o Zezinho. Que é meu companheiro também. Uma vez minha mulher

tava doente e eles aplicaram injeção nela, deram remédio; o Osvaldão mandou. (MARIA, camponesa, 2013).

Eu gostava dele, porque quando ele chegava lá em casa... o que nós esteja precisando assim, porque as vezes a gente estava precisando de um arroz, tava precisando de uma farinha, tava precisando de uma carne ou de um sabão. Tudo que ele... o que ele tinha ele ajudava para nós. Se nós tivéssemos precisando de alguma coisa ele estava pronto para ajudar. (MARIA, camponesa, 2013).

O Osvaldão ele morava na barra do Gamelera com o Gamelerinha. Esta fazenda era minha e do meu irmão, do pai até do Carlão, do Ulisses. Este Gameleira e Gamelerinha desce da Serra das Andorinhas e do outro lado eu não conheci, mas estava lá o Rancho do Osvaldão os pés de laranja e mexerica que ele plantava. Ele morava ali do outro lado da Barra. Então, ele trafegava de lá, para Palestina, para Brejo Grande e ele era o cara da região. Os nego respeitava ele. Tinham medo do rastro dele, da mão dele, do tamanho dele. (BAIANO, fazendeiro, 2013).

Outro tipo de depoimento muito encontrado foi sobre a importância de Osvaldo na preparação da Guerrilha, em que os relatos o apontam como o mais bem preparado para os treinamentos dos guerrilheiros.

Durante o inverno de 71, realizamos um treinamento que envolvia todo o nosso pessoal num total de 19 pessoas. (...) Osvaldão escolheu uma área de acesso difícil, devidos às enchentes dos rios e pouco frequentada pelos caçadores. Era necessário que não fôssemos observados. Utilizamos nossas picadas de emergência simulando uma retirada. Depois treinamos emboscada, uma tática muito usada na guerrilha, que visa surpreender o inimigo, destruir suas tropas, inquietá-los e pegar suas armas. Essa tática exige astúcia e um bom conhecimento sobre os deslocamentos das tropas inimigas. (SÁ, 2004, p.11).

Fomos vencendo os primeiros obstáculos. Até experimentar o que é dormir na selva, se afastar 200 metros e voltar para casa. Ficávamos completamente perdidos. O Osvaldo ia com a gente 200 metros longes de casa e perguntava; Como é que faz pra voltar? A gente não sabia... (NETO, 1996, p.36).

A gente acordava às 6 horas em ponto. Fazia ginástica de características militares, exercícios de enrijecer os músculos. Eram feita no terreno da casa, porque na área, das 7 às 7:30 não circula ninguém. Uma corrida, um pique, camuflagem, rastejamento; carregar peso, ficar com braço estirado para adquirir resistência no pulso carregar um companheiro imobilizado. Uma hora e meia de ginástica pesada. Era geralmente dirigido pelo Osvaldo, o comandante geral. (NETO, 1996, p.36)

As primeiras operações das Forças Armadas brasileiras na região que se tem datadas foram em 1969 com investigações de inteligência militar.

Para Campos Filho:

O Exército subestimando o preparo dos militantes, enviou inicialmente para a região tropas despreparadas, compostas por recrutas sem um mínimo de experiência em combate. Se por um lado os guerrilheiros foram surpreendidos com a descoberta de seus planos, por outro os militares não esperavam o grau de preparação e determinação que tiveram que enfrentar. Esse foi o quadro nas três primeiras campanhas. (CAMPOS FILHO, 2012, p. 133).

Sobre a descoberta da guerrilha pelo Exército há controvérsias e informações contraditórias. Dirigentes do Pcdob acreditam que a constatação pelos militares que o movimento no Araguaia se tratava da instalação de núcleos guerrilheiros só ocorreu em decorrência da prisão de alguns militantes que estiveram na área e que por diversos motivos desistiram da tarefa e voltaram para cidade, sendo presos (POMAR, 1980).

O Exército não acreditou nessa hipótese, pois achava que eles estavam fazendo treinamento na região do Araguaia por acreditarem que existia um foco guerrilheiro (PORTELA, 1979). Em meio a essa controvérsia, o único ponto pacífico é que os guerrilheiros foram pegos de surpresa e ainda não estavam preparados para o início das atividades armadas.

Em 1972 iniciou-se a primeira campanha, denominada Operação Manobra. O Exército posicionou-se em locais estratégicos e, tendo apoio da polícia, passou à ofensiva na tentativa de sufocar a guerrilha. Sobre essa campanha, Campos Filho ressalta:

Mas a inexperiência das tropas, o desconhecimento do inimigo e de reais objetivos e o preconceito contra o povo pobre da região surtiram um efeito negativo no meio da população. Toda aquela movimentação ostensiva, com acusações contra as pessoas que até então procuravam dar atenção e cuidar da população, foi recebida com desconfiança pelos moradores. Embora o trabalho político não tivesse sido feito, as relações de amizade cultivada em anos de convivência (1967 a 1972) falaram mais alto. (CAMPOS FILHO, 2012, p. 141).

Os moradores, em pouco tempo, passaram de desconfiados a uma sensação de medo e terror. Os agentes do governo visavam descobrir e punir colaboradores, de modo que tal punição pudesse servir de exemplo aos demais. Nesse sentido, todas as

casas foram vasculhadas, as estradas vigiadas e durante a noite a circulação de pessoas era proibida (CAMPOS FILHO, 2012 p.142).

“Osvaldão” toma parte no primeiro enfrentamento armado entre o Exército e os guerrilheiros em oito de maio de 1972. Neste embate, provavelmente, causa a primeira baixa fatal do conflito, ao abater com um tiro o cabo Odílio da Cruz Rosa. Como em muitos episódios, o tiroteio que matou o Cabo Rosa gerou relatos imprecisos e contraditórios.

A morte do cabo Rosa teria despertado uma lenda em torno de “Osvaldão”, que passou a ser temido pelas tropas do Exército. Em depoimento para nosso documentário, o soldado Fonseca relata como seus superiores falavam de “Osvaldão” nos treinamentos:

O Osvaldão era capitão do Exército. Ele fez curso de guerra na selva na China. Ele atira com as duas mãos. Ele é igual ao xerife, o Zorro, ele usa dois 38. Então você tem que ser esperto, porque se vocês vacilarem ele vai matar todos vocês. Toda a equipe. Viu, seus filhas da puta, você tem que aprender isso. (FONSECA, 2013).

Além disso, coletamos outros relatos que atestam o medo que os militares tinham de “Osvaldão”. Em ordem, os depoimentos para o documentário são de Seu Abelhinho, “mateiro” na região, Baiano, fazendeiro local, e Pedrita, uma camponesa da região.

E ele foi o autor da primeira morte da guerrilha. Nesta época o primeiro que morreu foi o Cabo Rosa aí intimidizou¹⁰. Cabo Rosa morreu primeiro. Intimidizou a área. (SEU ABELHINHO, 2013).

Então, ele fazia o terror psicológico. Então, todo mundo tinha medo, o Exército, como Aeronáutica, tantos os soldados como os oficiais, ele era o terror da história. (BAIANO, 2013).

Que o chefe lá do Rio de Janeiro, queria porque queria a cabeça ou orelha do Osvaldão, lá. Porque ele que era o poderoso mesmo, ele que comandava aqui. E o prêmio queria uma casa na capital e três mil, que a gente chama de três mil hoje, mas naquele tempo era milhão, para quem matasse ele. (PEDRITA, 2013).

As páginas do Relatório da Operação de informações realizado pelo Centro de Informações de Exército (CIE) no Sudeste do Pará – Operação Sucuri – reúne algumas informações sobre o destacamento B. O documento descreve as características de

¹⁰ Intimidizou: intimidou, causou medo.

“Osvaldão”: “(...) é preto, usa barba grande e tem dois metros de altura. Tem forte liderança sobre os componentes do destacamento e sobre a população local. Por seu porte atlético e exibições de capacidade física, tornou-se conhecidíssimo na região” (CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO, 1973, p. 7).

Uma segunda campanha do Exército, com efetivo estimado em cinco mil soldados, não alcançou melhor resultado durante o período de setembro a outubro de 1972. Apesar de retornarem a região com mais soldados, além de uma tática diferente para a conquista da população e apoio mais ostensivo da Força Aérea e a da Marinha, continuaram mandando recrutas para as matas. Esses homens não possuíam a menor experiência para aquele tipo de guerra.

Após a segunda campanha e em face da considerável perda em número de soldados, a tropa retirou-se da região. Os guerrilheiros voltaram ao povoado e iniciaram um trabalho político junto à população, criando a União pela Liberdade e pelos Direitos dos Povos (ULDP), cujo programa compreendia 27 pontos de reivindicações. De acordo com o documento:

A União pela Liberdade e pelo Direito dos povos, surgida para unir as amplas massas, crê que esses 27 pontos sintetizam as reivindicações mais sentidas e imediatas do homem desta região. Inclui tudo o que ele deseja e tem direito. Representam, contudo, o mínimo exigido por ele nas condições atuais. Por isso, a ULDP considera que este é um programa em defesa dos pobres e pelo progresso do interior. Em torno dele se unira o povo sofrido: os lavradores, os castanheiros, os vaqueiros, os garimpeiros, os peões, os barqueiros, os que trabalham na madeira e na quebra de babaçu, os pequenos e médios comerciantes, enfim, todos os que querem o progresso da região e a felicidade de seus habitantes. É hora da decisão de acabar para sempre com o abandono em que vive o interior e de por fim aos incontáveis sofrimentos de milhões de brasileiros abandonados, humilhados e explorados. A revolução abra o caminho para uma nova vida. (GUERRILHA DO ARAGUAIA, 1996, p. 90).

Para Ângelo Arroyo (1996), o objetivo era criar núcleos da ULDP para expandir o trabalho da guerrilha e recrutar a população. O núcleo da ULDP deveria ter: (i) de três a cinco membros; (ii) seus componentes não deveriam conhecer a organização de outros núcleos; (iii) as tarefas seriam a de colher informações, fazer propaganda da guerrilha e ajudar com a alimentação, defendendo os interesses da região.

Com essa ação o Destacamento B recrutou dois moradores locais, existindo ainda nesta época registro da participação de “Osvaldão” em uma reunião dos comandantes da guerrilha.

A terceira e última campanha iniciou-se em outubro de 1973, exatamente um ano após o final da segunda campanha. Desta vez, os erros cometidos na campanha anterior serviram de base para a construção de uma tática mais inteligente. A chamada Operação Sucuri, que inicialmente estava prevista para durar 60 dias, durou cinco meses até o total massacre dos guerrilheiros.

A nova tática consistia em infiltrar agentes especializados no local, disfarçados, para ganhar a confiança dos moradores, obterem informações e descobrirem as relações com os guerrilheiros (CAMPOS FILHO, 2012, p. 168).

Os guerrilheiros, por outro lado, apesar de estarem mais bem preparados e de iniciarem a campanha de recrutamento dos moradores, não imaginavam o tamanho da ofensiva que estava preparada. “O Exército queimou casas, prendeu quase todos os homens válidos da área. Deixaram na roça apenas mulheres e crianças. Dezenas de comerciantes foram para a cadeia. Alguns moradores ficaram loucos de tanto apanhar” (MORAIS; SILVA, 2005, p. 452).

Alguns integrantes da guerrilha se entregaram e não apareceram mais, enquanto outros foram degolados ou executados depois de torturas. Segundo Campos Filho, “a ordem de Brasília, de não deixar sobreviventes após a terceira campanha, vinha acompanhada de outra determinação, que não se deixassem vestígios de que o conflito no Araguaia algum dia tivesse existido” (2012, p. 191).

Para Campos (2014), a derrota dos guerrilheiros se deve há alguns fatores:

Os guerrilheiros tornaram-se vulneráveis às investidas inimigas por causa da insuficiência de armamentos, de munições, de treinamento militar e ainda faltava-lhes uma melhor integração com a população local. Além disso a ausência de um sistema de comunicação entre os destacamentos dos comunistas, a deficiência de equipamentos, a falta de tempo para preparar os militantes, a diferença numérica em relação as forças oficiais, foram aspectos que também contribuíram para o fracasso. (CAMPOS, 2014, p. 39).

A execução de Osvaldo está entre os fatos que contribuem para a sua lenda. As versões são inúmeras, desde a data até as circunstâncias da morte. A versão mais repetida em todas as fontes pesquisadas retrata que “Osvaldão” teria sido morto pelo “bate pau”¹¹ Arlindo Piauí, a mando do Exército.

Sobre o que foi feito com corpo, a versão mais encontrada aponta que ele foi embrulhado em um saco de lona verde e amarrado com uma corda em um helicóptero.

¹¹ Bate pau: homens contratados para matar.

Em seguida, o cadáver foi exibido ao povo em voos rasantes. “Eu vi essa cena. Um oficial gritava aos moradores; Cadê o homem imortal?”, conta a moradora Joaquina Pereira da Silva (JOFFILY, 2008, p.107).

Seguem alguns depoimentos colhidos sobre a morte de “Osvaldão” para o documentário e que, em ordem, são de Pedrita, camponesa da região, Seu Albertino, camponês local, Seu Abelhinho, “mateiro” na região, Jonas, camponês guerrilheiro, e Baiano, fazendeiro:

E eles passavam o dia todinho, passando por esta região de Brejo Grande e Palestina, pedindo para o Osvaldão se entregar. Passaram o dia todinho no avião, o Exército pedindo para ele se entregar e ele não se entregou. (PEDRITA, 2013).

E justamente que lutava demais, Foi tão tal que no tempo que mataram ele, eles botaram um aviãozinho para voar em todo o canto e falava Osvaldão se entrega que tu tá cercado. (SEU ALBERTINO, 2013).

Aí o içaram no helicóptero, no meio do mato. Ele ainda caiu, soltou o gancho. Ele caiu bateu nas árvores muito alta. Castanheira de 30, 50 metros de altura. O helicóptero tornou a pegar, subiu no bico e jogaram o helicóptero com ele para lá. (SEU ABELHINHO, 2013).

Passearam com ele por cima de Xambioá com ele pendurado no helicóptero, mostrando e aí ele foi sepultado em Xambioá, atrás da base. (JONAS, 2013).

Dentro deste Rio que atiraram nele. Inclusive dissera que só pegou um o tiro nele, porque diz que ele tinha ta é mandinga. Que ele era enfeitado. Só porque estava dentro d'água e dentro da água quebra os encantos, né. (BAIANO, 2013).

4 TRAUMA, MEMÓRIA E MITO

Neste capítulo, retomaremos o objetivo desta pesquisa - entender como o mito “Osvaldão” permanece na memória dos moradores do Araguaia - através dos nossos referenciais teóricos.

Para contextualizar a concepção de memória social e afetiva que foi construída pelos moradores do Araguaia sobre “Osvaldão” nos debruçaremos sobre o conceito de memória coletiva de Halbwachs (2004).

Para compreendermos o contexto social e histórico da formação da memória da guerrilha, que para grande parte dos moradores foi vivenciado como um período de guerra, nos apoiaremos em Martin-Baró (1988), que ao analisar os impactos da guerra em El Salvador, nos apresenta o conceito de trauma em sua dimensão psicossocial.

Como última contribuição, traremos também os autores Benjamin (1993; 2012) e Seligmann-Silva (2008), que discutem a importância da simbolização para a resistência e para a perpetuação da memória, além dos autores supracitados, para estabelecer um diálogo pelo qual pretendemos compreender como a figura “mítica” de “Osvaldão” permaneceu na memória do povo do Araguaia.

4.1 A memória coletiva

Maurice Halbwachs (1990; 2004) foi um dos primeiros a estudar o conceito de memória coletiva. Aqueles que o antecederam caracterizavam a memória como uma faculdade de retenção e registros de experiências vivenciadas no passado que poderiam ser evocadas, por vontade ou acaso.

De modo distinto, Halbwachs não vai estudar a memória como tal, mas sim adotará como foco os seus quadros sociais. O interesse do seu estudo desloca-se do anterior interesse restrito ao mundo das pessoas, e passa a considerar a memória na sua relação com o outro.

Influenciado e inspirado por Durkheim, a grande contribuição de Halbwachs (1990; 2004) se situa na ideia de que a memória não se restringe ao mundo do indivíduo, mas se configura na relação deste com o mundo. Ela se situa no mundo subjetivo e não pertence a nenhum indivíduo particularmente, mas sim à experiência desse mesmo indivíduo com o

mundo, de modo que a memória se estabelece sempre a partir de um processo que se ancora em estruturas coletivas.

Em outras palavras, Halbwachs (1990; 2004) questiona o conceito de memória individual que para ele não está inteiramente isolada ou fechada; ou seja, para invocar o seu passado, o indivíduo precisa recorrer às lembranças de outros semelhantes e se transportar a pontos de referência que existem fora de si e que são determinados pela sociedade.

Para o autor, a memória individual para confirmar algumas de suas lembranças pode se apoiar na memória coletiva, nela se deslocar e se confundir. Essa contribuição é assimilada e progressivamente incorporada a sua substância. Em contrapartida, a memória coletiva apesar de ser composta de memórias individuais, não se confunde com elas.

De acordo, então, com Halbwachs (1990; 2004), a memória social está ancorada em quadros sociais, de modo que tais quadros sociais são estruturas coletivas formadas por correntes de pensamento coletivo e servem como referência para a memória.

Outro aspecto também importante da memória é que ela tem um significado para cada integrante do grupo. Segundo o autor (2004), “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva e que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali ocupa e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (2004, p. 51). A partir deste posicionamento, portanto, podemos identificar que ambos tempo e espaço possuem destaque em sua teoria.

Nesse sentido, Halbwachs aponta que o tempo da memória não está necessariamente conectado a um tempo cronológico, mas sim ao tempo particular de cada grupo, o qual pode mudar conforme este mesmo grupo se transforma. Em suas palavras:

Certamente os limites até onde retrocedemos assim no passado são variáveis segundo os grupos e é o que explica porque os pensamentos individuais conforme os momentos – ou seja conforme o grau de participação nesse ou naquele pensamento coletivo, atingem lembranças mais ou menos remotas. (2004, p. 156).

Já sobre o espaço, Halbwachs afirma que não há uma memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. Para o autor, cada grupo recorta o espaço a sua maneira, mas sempre segundo as suas referências, de maneira a constituir um contexto fixo em que ele encontre suas lembranças.

Bosi, por sua vez, ao analisar as diferentes memórias sobre o mesmo acontecimento ressalta que “o que as recordações tinham em comum, ou em paralelo, é o que

esperávamos, mas o que nos chama a atenção são as diferenças de observações sobre o mesmo fato” (BOSI, 1994, p. 413). A autora, portanto, dialoga com Halbwachs ao salientar que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2004, p. 51).

Dessa forma, podemos concordar com a afirmação de Ansara (2000) de que em uma perspectiva psicossocial a memória coletiva aparece como um “mosaico”. A autora, ainda, complementa:

O significado que cada um atribui ao mesmo evento tem uma relação íntima com a identificação social, onde: o comportamento inter-grupal implica num sentimento de pertença ao grupo; e o processo grupal constitui um elemento que favorece a representação do passado, pois se trata daquilo que o grupo constrói em comum, daquilo que o grupo produziu coletivamente. (ANSARA, 2000, p. 61).

Uma das contribuições de Halbwachs para a discussão sobre a memória e, talvez a mais importante para o nosso estudo, é a relevância do grupo. Segundo Ansara (2008), uma das premissas de sua teoria é que o grupo é condição essencial para a memória. Ou seja, só nos lembramos de algo se nos colocamos no ponto de vista de um ou muitos grupos e se nos situarmos nas correntes do pensamento coletivo. Quanto maior for grau de pertencimento do meu grupo, do qual me coloco no ponto de vista, maior será a memória.

Bosi discute também a importância do grupo, recorrendo a Bartlett:

O que Bartlett admite, de um modo bastante compreensivo, é a existência de um ‘contínuo’ que vai da simples assimilação, por transplante, até a criação social de novos símbolos, a partir do recebimento de formas extragrupoais. A memória das pessoas também dependeria desse longo e amplo processo, pelo qual sempre ‘fica’ o que significa. E fica não do mesmo modo: às vezes quase intacto, às vezes profundamente alterado. A transformação seria tanto mais radical quanto mais operasse sobre a matéria recebida a mão-de-obra do grupo receptor. Assim, novos significados alteram o conteúdo e o valor da situação de base evocada. No outro extremo, se a vida social ou individual estagnou, ou reproduziu-se quase que só fisiologicamente, é provável que os fatos lembrados tendam a conservar o significado que tinham para os sujeitos no momento em que os viveram. (BOSI, 1994, p. 66).

Esses grupos chamados por Halbwachs como “grupos de referências” são aqueles dos quais o indivíduo fez parte, nos quais estabeleceu pontos de contato e/ou pensamentos, e com os quais se confundem no passado. É na possibilidade que o indivíduo tem de

retomar os pensamentos e as experiências conjuntas, e não na presença física dos membros, que está a força do grupo. A lembrança, portanto, é sempre coletiva porque necessita de uma comunidade afetiva.

Para Ansara (2000), as comunidades afetivas são os vínculos que se estabelecem entre as pessoas e as experiências comuns compartilhadas dentro de um mesmo horizonte de preocupações. (2000, p. 54). Esse compartilhamento é característico das relações nos grupos de referência.

Além disso, a comunidade afetiva é o que permite, no momento de lembrar, atualizarmos a identificação com a mentalidade do grupo no passado e retomarmos o pensar como membro do grupo. Para Halbwachs, a noção de reconhecimento – o sentimento do já visto – é central:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída [...]. (HALBWACHS, 1990, p. 34).

Sobre o reconhecimento, Bosi também aponta que “somos, de nossas recordações, apenas uma testemunha, que às vezes não crê em seus próprios olhos e faz apelo constante ao outro para que confirme nossa visão: ‘Aí está alguém que não me deixa mentir’” (BOSI, 1994, p. 406).

A memória é este trabalho de reconhecimento e reconstrução que atualiza os "quadros sociais" nos quais as lembranças podem permanecer e, então, articularem-se entre si. Assim, compreende-se a concepção da importância da natureza coletiva e afetiva que Halbwachs atribui a memória.

Bosi nos fala também sobre a importância do intenso trabalho em conjunto de um grupo que pode gerar esquemas coerentes de narrações sobre a interpretação dos fatos, “universos de significado”, ou seja, uma versão consagrada de acontecimentos. Dessa forma, “o ponto de vista do grupo constrói e procura fixar sua imagem para a história (BOSI, 1994, p. 66-67).

Em nosso caso, a superação do trauma provocado pela guerrilha também se dá pelo dia a dia, pela memória de um refazer constante, pela convivência diária, constituindo pouco a pouco uma nova vida. Sobre este aspecto, Bosi ressalta:

As lembranças grupais se apoiam umas nas outras formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal. [...] é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência. [...]. Temos que penetrar nas noções que as orientavam, fazer um reconhecimento de suas necessidades, ouvir o que já não é audível. (BOSI, 1994, p. 414).

Para este estudo da memória dos moradores do Araguaia sobre “Osvaldão”, objetivamos destacar três contribuições de Halbwachs; Ansara que irão nos ajudar no entendimento dos significados que os moradores atribuíram a “Osvaldão” e a Guerrilha e o porquê de sua permanência em suas memória. As contribuições são:

- 1) A memória é coletiva na medida em que ela existe sempre em relação ao outro;
- 2) O grupo é condição essencial para a memória e esta necessita de uma comunidade afetiva. Portanto, quanto maior o meu sentimento de pertencimento ao grupo mais a minha memória será favorecida (ANSARA, 2000);
- 3) O significado que cada um atribui ao mesmo evento (que pode variar) é definido pela maneira como o vivido afeta as pessoas e os significados que atribuem ao mesmo.

4.2 Os Traumas da Guerra

Pretendemos nessa parte abordar a noção de trauma anunciada por Martin-Baró (1988; 1990; 1997) quando este analisou o desenvolvimento das pessoas no contexto de guerra civil em El Salvador, nos anos 1980. A opção por esse autor deu-se pelo entendimento de que o conceito de trauma é central para compreendermos a memória dos moradores que passaram ou “vivenciaram por tabela” uma guerra.

O enfoque dado pelas correntes psicanalíticas sobre trauma estava centrado no indivíduo como agente principal e ainda reforçava as consequências negativas dele. Freud, por exemplo, estabelece sua noção de trauma como “qualquer acontecimento que provoque os efeitos penosos do medo, da angústia, da vergonha ou dor psíquica” (1980, p. 12).

.Martin-Baró (1988; 1990; 1997) nos apresenta, e aqui reside o ineditismo do seu trabalho, uma nova concepção sobre o trauma: o trauma psicossocial. A dimensão psicossocial está na crítica das visões ora individual do trauma e, portanto, passíveis de cura, e ora como um fenômeno determinado socialmente. Para ele, os indivíduos ou grupos podem ser afetados pela guerra ou por alguma situação traumática de maneiras e níveis diferenciados.

4.2.1 As dimensões da guerra

Para definir o conceito de trauma Martin-Baró (1988; 1990; 1997) inicia sua reflexão apresentando sua visão sobre a guerra e suas dimensões. Estas reflexões são importantes no sentido de entender os motivos que originam os traumas psicossociais.

As correntes hegemônicas na Psicologia contribuíram para a pesquisa sobre a Guerra em apenas duas áreas: a primeira se dedicava aos estudos sobre a organização do exército para aumento de sua eficácia, e a segunda, concentrava-se na recuperação de sequelas psicológicas dos soldados que voltavam da guerra

Para o autor, a guerra é definida como uma forma de resolver um conflito entre grupos que se caracterizam pelo uso da violência e o desejo do total aniquilamento do rival. Martin-Baró refere-se à guerra em três dimensões, expostas a seguir: a polarização social, a mentira institucionalizada e a violência.

- 1) A polarização social: trata-se de causar o alinhamento com os outros ou com eles por meio do deslocamento dos grupos a opostos extremos tendo como consequência a pressão sobre várias instâncias sociais e o endurecimento das respectivas ideologias;
- 2) A mentira institucionalizada: que tem a finalidade de ocultar a ideologia da realidade social. A mentira institucionalizada é um mecanismo utilizado como forma de forjar sentido histórico para explicar como verdade oficial uma versão que não retrata a realidade. Para isso, são vários os seus mecanismos tais como:
 - a) ignorar fatos, distorcer aspectos, inventar dados e eventos;
 - b) quando fatos surgem divergindo da versão oficial, a tática é criar um cordão solitário de isolamento e silêncio;
 - c) são consideradas atividades subversivas qualquer tipo de expressão pública da realidade, denúncia da violação dos direitos humanos,

o desmascaramento da história oficial e da mentira institucionalizada e, portanto, passíveis de punição pela justiça.

- 3) Violência: a violência é o recurso mais utilizado por ambas as partes da guerra ou conflito para a aniquilação total do rival. Ele apresenta duas vertentes: a primeira é a empregada em confrontos abertos, sem dissimulações. A segunda seria uma violência encoberta geralmente sobre os grupos e setores que simpatizam ou apoiam os insurgentes.

Comparando com o contexto da Guerrilha do Araguaia, já apresentado em capítulo anterior, conseguimos reconhecer as três dimensões analisadas por Martín-Baró (1988; 1990; 1997). Esse reconhecimento ocorre: (i) pela intensa violência promovida pelo exército expressa pelo grande número de mortes e torturas dos guerrilheiros (violência aberta) e dos moradores (violência encoberta); (ii) pelo grande antagonismo manifestado por guerrilheiros e soldados que possuíam visões diferenciadas sobre os acontecimentos; (iii) e pela construção de uma versão oficial do Estado com o ocultamento de provas e cordão de silêncio sobre as atrocidades cometidas.

Para Moraes e Silva (2005), a guerrilha do Araguaia impressiona pelos números e pelos dramas vividos por guerrilheiros, militares, moradores e parentes envolvidos. Concordando com Martín-Baró, podemos caracterizar a brutalidade cometida com os camponeses como uma violência encoberta, já que não havia um discurso aberto de guerra contra eles.

Sobre o antagonismo das forças do exército com os guerrilheiros, o que nos interessa é estudar a batalha a partir das versões sobre os acontecimentos. Tais batalhas ou “disputas” se refletem na memória.

Pollack (1989) nos traz o conceito de “disputa da memória”. Se por um lado existiria a memória oficial – a forma mais cristalizada da memória coletiva –, por outro, existiriam as memórias subterrâneas que “prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (POLLACK, 1989, p. 2).

O conceito de “memória subterrânea” enfatiza a perspectiva dos grupos marginalizados e minorias na construção de memórias coletivas e suas estratégias de sobrevivência. Nesta perspectiva, emerge como elemento fundamental a construção de identidades coletivas e individuais. O autor enfatiza que as transmissões dessas memórias

subterrâneas acontecem geralmente pela oralidade – a despeito da doutrinação ideológica - que passam despercebidas pela sociedade (POLLACK, 1989, p. 2).

Pollack (1989), ao analisar o contexto do Holocausto, estabelece a noção de “memória enquadrada” que significa a construção de memórias sociais por agentes diversos, atentando para o trabalho de fabricação e de controle sobre essas memórias.

Segundo um dos membros¹² das Forças Armadas, Pedro Correa Cabral, no Araguaia, realizou-se uma operação montada com o objetivo de não deixar vestígios do conflito – a “operação limpeza”. Nessa operação teriam sido queimados todos os documentos relacionados à guerra e também os corpos dos guerrilheiros.

Seligmann-Silva (2008) refere-se a esta tentativa de aniquilamento das provas como o “negacionismo” que se constitui como a modalidade mais radical do gesto genocida. Nas palavras do autor:

O genocida sempre visa a total eliminação do grupo inimigo para impedir as narrativas de terror e qualquer possibilidade de vingança. Os algozes sempre buscaram também apagar as marcas do seu crime. Está é uma questão central que assombra o testemunho do sobrevivente em mais de um sentido. (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 75).

4.2.2 O trauma psicossocial

Para além do estudo da dinâmica da guerra, Martin-Baró (1988; 1990; 1997) debruçou-se sobre os impactos da guerra na vida dos homens. Esses impactos são concretos e se caracterizam como trauma psicossocial.

Segundo o autor, geralmente nas correntes dominantes da Psicologia usa-se o termo trauma para referenciar experiências de vida que são profundas e marcam negativamente este ou aquele episódio no indivíduo. Essas concepções podem nos levar a interpretar o trauma como o adoecimento interno e particular e que deve ser individualmente tratado. Porém, às vezes, o termo trauma é utilizado para referir-se a um processo histórico que afeta todo um grupo de indivíduos de maneira igual.

Ainda, para Martin-Baró, o trauma poderá ser vivenciado de maneiras distintas por cada indivíduo porque ele depende das circunstâncias em que os sujeitos históricos respondem as situações produzidas socialmente.

¹² Segundo o coronel da Aeronáutica Pedro Corrêa Cabral, os corpos de vários guerrilheiros teriam sido jogados e queimados na Serra das Andorinhas – PA (GAMA, 1993).

A diferenciação na concepção de trauma para Martín-Baró está, assim, na caracterização dialética do trauma. Em suas palavras:

Aquí se utiliza el termino nada usual de trauma psicosocial para enfatizar el carácter esencialmente dialéctico de la herida causada por la vivencia prolongada de una guerra como la que se da en El Salvador. Con ello no se quiere decir que se produzca algún efecto uniforme o común a toda población o que de la experiencia de la guerra pueda presumir se algún impacto mecánico en las personas: precisamente si se habla del carácter dialéctico del trauma psicosocial es para subrayar que la herida o afectación dependerá de la peculiar vivencia de cada individuo, vivencia condicionada por su extracción social, por su grado de participación en el conflicto así como por otras características de su personalidad y experiencia. (MARTÍN-BARÓ, 1988. p. 75).

Martín-Baró (1988; 1990; 1997) faz, portanto, oposição a uma visão mecanicista sobre os processos históricos. Compreende que os impactos da guerra serão vivenciados de maneiras diferentes de acordo com variadas condições do sujeito: sua classe social, o seu grau de envolvimento com conflito e sua personalidade e experiências de vida. Com isso, demonstra sua visão materialista e dialética da realidade, compreendendo a guerra sob o ponto de vista das conformações e divisões de classe.

Outro aspecto ressaltado pelo autor sobre sua concepção de trauma psicossocial é a ideia de que a ferida deixada nas pessoas quando enfrentam situações violentas são produzidas socialmente e não estão nos indivíduos, mas sim nas relações que estes constroem com o mundo.

Moreira e Guzzo (2015), ao analisar o conceito de trauma psicossocial de Martín-Baró (1988; 1990; 1996), ressaltam o seguinte aspecto:

Como uma dimensão dialética, o trauma não define um sujeito doente, ao contrário, define a especificidade de uma relação entre a sociedade e seus indivíduos, para além de parâmetros de normalidade e anormalidade tão caros à tradição da ciência psicológica. Nesse sentido, o adoecimento pode significar, uma resposta esperada, uma reação normal frente a uma situação anormal. Para Martín-Baró (1990a), o trauma psicossocial reflete as características de desumanização que a ordem de exploração e acumulação evidenciam em uma de suas formas mais aviltantes: a guerra. (MOREIRA; GUZZO, 2015, p. 575).

O conceito de trauma psicossocial desenvolvido até agora nos ajudará na compreensão de como a violência empregada pelo exército brasileiro na guerrilha do Araguaia impactou a vida dos moradores. Esse impacto não é somente individual, mas também coletivo e em diversos níveis, os quais variam de acordo com as condições

históricas de cada sujeito. A relação do trauma com o surgimento do “mito” “Osvaldão” e do trauma com a memória será abordada no tópico no qual discutiremos a relação entre “mito” e memória.

4.3 Trauma, Memória e Mito

Nosso objetivo nesse tópico é o de relacionar os conceitos de trauma, memória e mito. Para isso utilizaremos as contribuições de Seligmann-Silva que faz uma discussão sobre as memórias traumáticas de sobreviventes do que denomina de catástrofes históricas. Além disso, utilizaremos também conceitos de trauma psicossocial, de Martín-Baró (1988; 1990; 1997), e de memória coletiva, de Maurice Halbwachs, anteriormente apresentados.

Seligmann-Silva (2008) inicia seu texto “Narrar o trauma: a questão dos testemunhos das catástrofes históricas” analisando a extrema necessidade de se narrar o trauma como condição de sobrevivência para aqueles indivíduos que passaram por situações de violência. Há, na perspectiva do autor, uma carência de narrar os eventos traumáticos.

Para ilustrar esta necessidade, Seligmann-Silva (2008) nos mostra o testemunho de um sobrevivente do holocausto, chamado Primo Levi¹³, sobre como “a necessidade de contar ‘aos outros’, de tornar ‘os outros’ participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares” (Levi, 1988 apud Seligmann-Silva, 2008. p.7).

Com esse relato, Seligmann-Silva (2008) quer demonstrar dois dados fundamentais acerca da memória do trauma. O primeiro dado, para o autor, é a capacidade de “dialogicidade” ou o ato de dialogar, como condição para o testemunho. O segundo, como consequência do primeiro, é a importância dos “outros”, ou seja, dos ouvintes.

O autor prossegue a análise do trecho da narrativa de Primo Levi e explica que, ao colocar aspas nas palavras “os outros”, Levi evidencia a existência de uma barreira entre aqueles que sobreviveram e os demais - os “outros”. Esta barreira demonstra a extrema dificuldade na tarefa de narrar um trauma.

Mesmo acentuando as dificuldades e impossibilidades de narrar o trauma, Seligmann-Silva (2008) afirma que somente através do testemunho é que conseguimos estabelecer uma ponte entre o narrador e os ouvintes. Em outras palavras, quando

¹³ Primo Levi foi um sobrevivente dos campos de concentração promovidos pelo Nazismo.

narramos, nos religamos com o mundo e reconstruímos nossas casas, de modo que “narrar o trauma, portanto, tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo de renascer” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 66).

Como consequência desta ideia de o ato de narrar como sendo um elo entre o eu e os ouvintes, o autor compreende que ao narrarmos estamos sempre buscando um compromisso entre o trabalho da memória individual e a sociedade. Essa dimensão particular e social, bem como seus determinantes precisam ser considerados mesmo quando nosso objeto de análise se concentra em histórias particulares.

É nesse mesmo sentido que Halbwachs (1990; 2004) acentua o caráter social da memória. A memória, manifestada através da narrativa, é um processo que permite ao indivíduo se situar na sociedade e no seu meio social cotidiano. Ela é, portanto, uma ligação fundamental do indivíduo com a sociedade em que está inserido.

Nas memórias traumáticas vive-se o impasse entre a memória e o esquecimento. Seligmann-Silva nos aponta a impossibilidade entre aqueles que participaram efetivamente do ocorrido em estabelecer narrativas sobre seus fatos traumáticos, e, em contrapartida, da capacidade de narrar daqueles que mantiveram um certo distanciamento e não foram tão mobilizados pelo fato vivido.

Para o autor, a crise tem várias origens como: (i) a incapacidade de testemunhar; (ii) a própria incapacidade de imaginar o lugar do ocorrido; (iii) a inverossimilhança dos fatos; (iv) e a necessidade de narrar.

Essa dificuldade em narrar o inenarrável faz com que a narrativa sobre o trauma dos sobreviventes nos pareça (os outros) irreal. Este dado é característico da percepção das memórias traumáticas. No entanto, para os sobreviventes, o uso desse recurso de encobertar os fatos por meio de construções irreais é justamente o que lhes garante a própria sobrevivência. Dessa forma, ao simbolizar o fato vivido, agregamos a nossa memória outras dimensões.

A linearidade da narrativa, suas repetições, a construção de metáforas, tudo trabalha no sentido de dar esta nova dimensão aos fatos antes enterrados. Conquistar esta nova dimensão equivale a conseguir sair da posição do sobrevivente para voltar à vida. Significa ir dar sobrevida à vida. (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 69).

A partir do excerto acima, Seligmann-Silva (2008) nos aponta a importância da imaginação para enfrentar a crise do testemunho. A literalidade da cena traumática – o achatamento de suas imagens - impede a simbolização. Neste processo, “a imaginação é

chamada como arma que deve vir em auxílio do simbólico para enfrentar o buraco negro do real do trauma. O trauma encontra na imaginação um meio para sua narração”, de maneira que, para o autor, essa passagem do real ao imaginário é desejável e pode inclusive ter efeito terapêutico. A imaginação surge então como estratégia da própria sobrevivência.

A criação destas estratégias de sobrevivência por aqueles que participaram de eventos violentos também é objeto de estudo de Martín-Baró (1988; 1990; 1997). Apesar de não ter como foco a memória, Martín-Baró nos apresenta um conceito bastante interessante para pensarmos nas possibilidades de quem sofre os impactos da guerra: o seu conceito de *situación limite*. Nas palavras de Moreira e Guzzo (2015, p. 575)

Assim, para explicar a constituição do trauma psicossocial enfatizando sua posição de não associá-lo a uma consequência fatal, com o adoecimento irrefutável de índole negativa e patológica, Martín-Baró (1990) explica sua noção de situação-limite. Segundo sua perspectiva, as situações-limite são aquelas situações cotidianas que desvelam o contraponto da relação entre o sujeito e a sociedade, revelam a constituição da subjetividade a partir de circunstâncias objetivas e anunciam as máximas possibilidades singulares constituídas pelo coletivo. A situação da guerra revela os limites da resistência, do confronto, da organização e do desenvolvimento que não está fadado à doença mental. (MOREIRA; GUZZO, 2015, p. 575).

Martín-Baró (1988; 1990; 1996) aponta que, além dos efeitos negativos do trauma, indivíduos em situações limites também são capazes de desenvolver sentimentos nobres como altruísmo, caridade e outras virtudes solidárias.

Esta perspectiva não fatalista e dialética do trauma de Martín-Baró guarda muitas semelhanças com o pensamento de Halbwachs, o qual aponta que as diferentes vivências e significados que cada indivíduo atribui ao mesmo acontecimento resultam em diferentes memórias sobre ele. Essas diferenças nos revelam o grau de pertencimento ao grupo de referência, as chamadas comunidades afetivas.

Ao estabelecermos uma relação entre os pensamentos de Seligmann-Silva (2008), Martín-Baró (1988; 1990; 1996) e Halbwachs (1990; 2004) com o nosso objeto de estudo, podemos pensar que o contexto de violência vivenciado pelos moradores na guerrilha do Araguaia resultou em diferentes estratégias da memória para garantir a própria sobrevivência de quem lembra. A simbolização e a criação do mito surgem, então, como resistência e como necessidade para conseguir dar sentido onde não se tem. Essa possibilidade de criação simbólica, de resistência e também o intenso sentimento de

solidariedade entre os moradores e “Osvaldão” funcionam, portanto, como referências da memória.

4.4 Os Narradores do Araguaia

Nesta seção buscaremos compreender os motivos da permanência da memória mítica de “Osvaldão” na região do Araguaia. Tendo por fim este objetivo, teremos por base um clássico de Benjamim (1993; 2012), “O Narrador”.

A história da guerra do Araguaia e do próprio “Osvaldão” só existe até hoje devido a memória oral que é passada e repassada de geração em geração por meio dos narradores da região. Para Benjamim, a transmissão oral é a arte de intercambiar experiências.

Apesar de o autor reconhecer o valor da narrativa, Benjamim nos alerta que esta é uma faculdade que está sendo perdida na contemporaneidade e que as ações da experiência (que dão origem as narrativas) estão em baixa. O pessimismo do autor em relação a narrativa é ocasionado pela modernidade e suas facilitações por meio de sínteses cada vez mais concisas

É no advento da imprensa que reside seu pessimismo, pois a narrativa perdeu espaço para a informação, que é mais rápida e sintética, uma vez que atualmente o tempo na vida das pessoas não é mais o mesmo de quando a oralidade era o principal meio de tecer histórias, transmitir conselhos e ensinamentos. O tempo está cada vez mais escasso e mais curto. Assim, a oralidade que requer o desligamento de si próprio para melhor absorvê-la, ser capaz de memorizá-la e depois disseminá-la, dando continuidade a narrativa, vai perdendo cada vez mais sua força e alcance na contemporaneidade.

Benjamim (1993; 2012) analisa todo esse processo no qual revela que a narrativa está a cada dia caindo mais em vias de extinção. Ele ressalta que o papel do marinheiro que vinha de longas viagens pelo mar, trazendo consigo infindas histórias e as disseminava por meio da narrativa oral já não se comunica mais. Ou seja, perdeu sua narrativa, sua oralidade. Assim como o camponês que nunca deixou seu vilarejo, mas detém todas as histórias de um povoado, retendo, assim, toda a memória oral daquele lugar.

O narrador é um homem que sabe dar conselhos, mas não há mais ouvintes, porque a experiência perdeu o seu valor. O aconselhamento do narrador é menos responder a uma pergunta e mais uma sugestão de uma história que possui tramas e desenvolvimentos por meio dos quais se ensina e aprende. O ato de narrar aproxima-se cada vez mais de sua extinção uma vez que a sabedoria, assim como a experiência, são hoje subestimadas. A

experiência é o aporte de algo vivido e, portanto, material ao qual todos os narradores recorrem para seu repertório oral.

Segundo Benjamin (1993; 2012), é possível manter a memória oral viva, já que é na origem da narrativa que se encontra a autoridade. A narrativa não necessita de comprovação nem validação de qualquer tipo. Ela se mistura ao fabuloso, ao mágico, ao lendário e ao miraculoso e é através desses requisitos que obtém sua validade inexorável.

A narrativa vem sendo substituída pela exegese (comentário ou dissertação que tem por objetivo esclarecer ou interpretar minuciosamente um texto ou uma palavra), a qual não se preocupa com o encadeamento exato de fatos determinados, mas com a maneira de sua inserção no fluxo insondável das coisas.

A notícia, atualmente, ganha cada vez mais espaço no dia a dia das pessoas porque não requer grandes elaborações; ela é, em contrapartida, recebida e absorvida imediatamente, sem que o indivíduo necessite lançar-se em maiores reflexões para compreendê-la e/ou aprender através de suas palavras.

Porém, é evidente que a maior contribuição da obra de Benjamin (1993; 2012) para a compreensão do percurso e validação da narrativa está justamente quando o autor trata do fator que constrói a potência da narrativa e explica como é através dela que a história permanece e se perpetua na oralidade. Benjamin ressalta que quanto menos elaborações psicológicas e mais miraculosidade, espetacularidade e criatividade estiverem inseridas na narrativa, mais fixação ela ganha na memória dos ouvintes e também garante sua reprodução e disseminação de geração em geração, mantendo vivos, assim, tais relatos e memórias; ou seja, mantém viva, em essência, a oralidade.

5 METODOLOGIA

Na escolha da metodologia devemos considerar a complexidade dos fenômenos pesquisados, de maneira que se torna essencial pensarmos na vinculação dos referenciais teóricos abordados e o método adotado. Em nossa pesquisa, procuramos analisar a memória coletiva com vistas a realizarmos uma análise consistente do nosso objeto de análise.

Neste trabalho, a partir da pesquisa bibliográfica, procuramos compreender o que foi a Guerrilha do Araguaia, suas consequências e, principalmente, identificar qual a participação de “Osvaldão” neste momento histórico. Nesse sentido, outras questões sobre a história de vida dos moradores do Bico do Papagaio também foram fundamentais para entendermos o contexto de criação de suas memórias.

A seguir apontamos nossas opções metodológicas na constituição do *corpus* documental desta pesquisa.

5.1 Memória e História Oral: marco teórico da pesquisa

O foco de nossa análise reside na memória coletiva. Aliás, a escolha desse termo já pressupõe um ponto de partida específico para nossa análise.

Maurice Halbwachs, em sua construção do conceito de memória, ressalta a importância da dimensão social em sua formação. Para ele, o conceito de memória coletiva não é resultado de um processo individual, mas sim de um fenômeno social que deve ser compreendido como um processo de reconstrução do passado (HALBWACHS, 1990). Para o autor:

(...) se a memória individual pode, para confirmar algumas de suas lembranças, para precisá-las, e mesmo para cobrir algumas de suas lacunas, apoiar-se sobre a memória coletiva, deslocar-se nela, confundir-se momentaneamente com ela, nem por isto deixa de seguir seu próprio caminho, e todo esse aporte exterior é assimilado e incorporado progressivamente à sua substância. (HALBWACHS, 1990, p. 53).

Partindo desse suporte teórico, consideramos indispensável a necessidade de sempre analisarmos a memória coletiva dos moradores da região do Araguaia relacionando-as com os aspectos mais gerais do contexto da Guerrilha, e não apenas como simples lembranças individuais. Nesse sentido, entendemos que é o suporte metodológico

da história oral que nos ajudará a compreender a transformação de “Osvaldão” em um herói e seu desdobramento na memória dos moradores. Ao analisar a relação entre memória e história oral Delgado (2003) comenta:

As narrativas são traduções dos registros das experiências retidas, contêm a força da tradição e muitas vezes relatam o poder das transformações. História e narrativa, tal qual História e memória, se alimentam. Narrativa, sujeitos, memórias, histórias e identidades. São a humanidade em movimento. São olhares que permeiam tempos heterogêneos. São a História em construção. São memórias que falam. (DELGADO, 2003, p. 23).

Nesse sentido, este trabalho assenta-se na consideração de que a metodologia da História Oral é o pilar da memória. A História Oral, por estimular a memória em seus processos de compreensão, fixação e aprendizado, diferencia-se de outros métodos e técnicas de pesquisa e nos possibilita uma interpretação completa das memórias construídas em torno da figura de “Osvaldão”.

5.2 História Oral

Existem muitas abordagens que se baseiam na História Oral; entretanto, o que é comum a todas é o uso de fontes orais coletadas por meio de entrevistas gravadas, em diferentes modalidades. Ela passa a ser utilizada a partir dos anos 1950 com a invenção e difusão do gravador a fita na Europa, América do Norte e América Central. No Brasil, embora a introdução da história oral date dos anos 1970 foi somente no início dos anos 1990 que ela teve uma expansão mais significativa.

De acordo com Thomson (1994), o renascimento da história oral nos anos 1970 na Grã-Bretanha e na Austrália foi profundamente influenciado pelas críticas dos historiadores documentalistas tradicionais. Tais críticas tinham como alvo a compreensão de que a memória não seria confiável como fonte histórica. Esses críticos, segundo Thomson (1994), apontavam alguns motivos como: a memória seria distorcida pela deterioração física e pela nostalgia da velhice; por preconceitos dos entrevistados e do entrevistador; e pela influência de versões coletivas e retrospectivas do passado.

Thomson (1994) complementa:

Por trás dessas críticas estava a preocupação de que a democratização do ofício do historiador fosse facilitada pelos grupos de história oral, além do menosprezo pela aparente discriminação da história oral em favor das mulheres, dos trabalhadores e das comunidades minoritárias. (THOMSON, 1994, p. 33).

Em nossa pesquisa não temos como foco a “verdade”. Sobre isso, Thompson (1998, p. 137) afirma que “a evidencia oral, transforma os “objetos” de estudo em “sujeitos”, contribui para uma história que não é só mais rica, mais viva, mais comovente mas também mais verdadeira”. Nesta mesma perspectiva tomamos como fundamento a assertiva de Bosi (1994, p. 37), na qual comenta que “a verdade do narrador não nos preocupou: com certeza seus lapsos e erros são menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial”.

Para realizar esses objetivos, Correr (2014) destaca:

A história oral utiliza diversas técnicas tais como: depoimentos, testemunhos e interpretações sobre os fatos históricos passados observados sob o olhar do presente, principalmente sobre a história recente. Desse modo a história oral não se constitui como a história em si, mas em um depoimento sobre a história de vida. (CORRER, 2014, p. 27).

Além disso, a história oral tem por objetivo gerar modos diversos de registrar a vida social e de desvelar aspectos não aparentes e não conscientes para os atores envolvidos (CARDOSO, 1986, p. 102-103).

5.3 Documentário como fonte

A região do Araguaia se situa na intersecção entre os Estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Apesar de ter dez cidades que fazem parte dessa região, a equipe de produção do filme visitou apenas seis. A equipe (Vandré Fernandes, Fabio Bardella, André Michilles e Renata Petta) era composta por 4 pessoas vindas de São Paulo (2 pessoas que captavam imagem e som, o diretor e eu como produtora). Em Marabá juntou-se a nós o pesquisador Paulo Fonteles, membro da Comissão da Verdade do Estado do Pará. Paulo é um conhecedor da região e por isso foi um mediador entre nossa equipe e os moradores.

Já na chegada em Marabá fizemos uma pequena reunião da equipe para decidirmos conjuntamente o perfil de nossos entrevistados. Em um primeiro momento pedimos para Paulo relacionar pessoas que conheceram “Osvaldão”. Paulo então indicou algumas

pessoas, mas nos disse que havia outro grupo de entrevistados que não conheceu diretamente o guerrilheiro, embora tivessem vivido intensamente a guerrilha.

Nesse momento optamos por ampliar a lista, pois já sabíamos que nosso projeto não era uma busca pela reconstrução histórica e fiel da presença de “Osvaldão” na região, mas sim da memória deixada por ele nos moradores; portanto, não era o propósito da equipe entrevistar apenas quem o conheceu, mas também ter acesso às memórias construídas pelos moradores na maior parte do território onde houve a guerrilha.

Diferente do senso comum que acredita que o documentário filma o “real”, acreditamos na impossibilidade de uma suposta neutralidade para captar e apreender a realidade. O cineasta Eduardo Coutinho reflete sobre essa impossibilidade quando comenta que “frente a esse “real”, todo documentário no fundo é precário, é incompleto, é imperfeito e é justamente dessa imperfeição que nasce sua perfeição. O documentário é uma visão subjetiva sempre” (COUTINHO apud FIGUERÔA; BEZERRA; FECHINE, 2003, p. 215).

Outra decisão tomada nesse momento e que também teve implicações grandes para a produção do filme foi a diversidade de pessoas que iríamos entrevistar. Nessa reunião Paulo nos constou sobre o momento político da Comissão da Verdade no Pará.

A Comissão Nacional da Verdade iniciou, no ano de 2002, um processo de busca de reparação política por parte do Estado aos casos de violência sofrida pelos moradores do Araguaia que tiveram perdas financeiras e que sofreram tortura e perseguição dos militares durante a Guerrilha. Após muitos depoimentos, os camponeses que sofreram perseguições e torturas foram anistiados. A anistia consiste no perdão do Estado em conjunto com a garantia de uma quantia monetária simbólica para reparar os prejuízos causados pelo governo central brasileiro durante a ditadura militar. Após o processo de anistia dos moradores, mateiros e soldados da região montaram uma comissão para alegar que haviam sido forçados a ajudar o exército durante o período militar e, por isso, também reivindicam para si a anistia.

Chegamos no Araguaia em meio a este momento reivindicatório, e, portanto, alguns personagens estavam dispostos a falar como uma maneira de documentar e mostrar suas histórias. Nesse sentido, vários deles nos relataram que o objetivo de narrar suas histórias seria justamente de conseguirem anexar suas narrativas aos processos que estavam sendo feitos para a obtenção da anistia.

Nesse momento algumas questões surgiram em meio à equipe: conceder ou não projeção a pessoas que são acusadas de terem ajudado os militares para perseguir e até

matar moradores e guerrilheiros?; como lidar com a imagem do entrevistado quando ele não compartilha nossa visão do mundo?

Estaríamos então entre duas situações que queríamos evitar: a primeira, em relação à cumplicidade entre a equipe e o entrevistado que partilham visões de mundo muito diferentes; e a segunda sobre o desrespeito a quem convidamos para entrevistar. Sobre este aspecto Coutinho afirma: “trata-se de uma possibilidade de se colocar no lugar do outro em pensamento, sem anular a diferença entre os que estão dos dois lados da câmera” (COUTINHO apud LINS, 2004, p. 23).

Ainda preocupados, decidimos que iríamos entrevistá-los pois entendemos que essa multiplicidade de olhares nos ajudaria a enriquecer o documentário. Além disso, aproveitaríamos essa oportunidade para conhecer histórias não reveladas até hoje, deixando e incentivando os entrevistados a falarem mais tranquilamente e abertamente, sem demonstrar repressão ou desabono; dessa forma, faríamos com que a narrativa surgisse mais livremente. Percebemos mais tarde, na montagem do documentário, que a revelação dessas confissões em contraste com as narrativas de moradores e guerrilheiros deram mais força para a figura de “Osvaldão” e dos demais guerrilheiros.

Partimos então para filmagem. Como tínhamos apenas 15 dias para realizar as entrevistas, trabalhamos, então, de manhã e de noite para aproveitar ao máximo os dias, porque sabíamos, pelo baixo orçamento do filme, que não teríamos a possibilidade de voltar. Foram dias longos e emocionalmente intensos pela ansiedade de conseguir boas entrevistas para o documentário.

Nosso modo de trabalho foi estabelecido da seguinte forma: chegar à cidade e ligar ou ir à casa dos entrevistados que moravam ali. Às vezes marcávamos no mesmo dia e às vezes no dia anterior. Em muitos casos conseguíamos pelos próprios entrevistados indicações para entrevistas que não estavam nas nossas listas.

Durante os dias nosso rendimento era irregular. Mesmo com agendamento prévio, em algumas situações não encontrávamos as pessoas em suas casas. Quando acontecia este ou outro imprevisto montamos um dispositivo chamado “Fala Povo” que consistia em sairmos pelas ruas da cidade, geralmente a praça principal, perguntando sobre a guerrilha e sobre “Osvaldão”.

O interessante nesse dispositivo – diferente das entrevistas previamente marcadas – foi notar o medo ainda presente nas pessoas da região. Muitas delas quando abordadas diziam que não podiam falar, enquanto outras se escondiam entrando em suas casas. A equipe nesses momentos ficou bastante emocionada e apreensiva.

Além do medo gerado pela repressão feita pelos militares e o trauma gerado na região, é importante explicarmos que a realização de entrevistas com a câmera e todo seu aparato de filmagem (luz, gravador de áudio e etc.) torna o processo de convencimento para a cessão da entrevista um pouco penoso. Muitas pessoas, por exemplo, sentiram-se envergonhadas. Percebemos, no entanto, que essa vergonha foi se dissipando ao longo da gravação.

Pollak (1989), no texto “Memória, esquecimento, silêncio” discorre sobre os processos de criação das diferentes versões sobre os mesmos acontecimentos e nos aponta a construção de “memórias subterrâneas”, marcadas pelo silêncio, pelo não dito, pelo ressentimento. São lembranças “proibidas”, “indizíveis” ou “vergonhosas” que se opõem a uma memória oficial.

Para Coutinho, o essencial em uma entrevista é o encontro entre o entrevistado e o entrevistador, o qual deve ter a arte de “provocar a fala”. Lins (2004) denomina esta arte de “escuta ativa”, na qual não há uma relação passiva de perguntas e respostas e sim um encontro ativo e dinâmico entre ambos.

Ainda, para Coutinho (apud LINS, 2004), este encontro é único e intransferível. É único porque, por mais que as pessoas já tenham dito a mesma coisa, por mais que venham a dizer, elas nunca terão *ipsis litteris* a mesma fala, uma vez que a forma como algo é dito depende também da própria intervenção do entrevistador.

Portanto, a entrevista é um ato compartilhado em que o falar e ouvir não são atividades independentes e integrais, mas concomitantes. Coutinho, sobre este ponto, afirma que “não há como dar voz ao outro, porque a palavra não é essencialmente do outro. O documentário é no mínimo um ato bilateral, em que a palavra é determinada por quem emite, mas também a quem é destinada” (COUTINHO apud LINS, 2004, p. 108). Em outras palavras, o entrevistado capta o ponto de vista das pessoas com as quais conversa, mas esse ponto de vista emerge necessariamente da interação com o outro.

As entrevistas eram formadas por um roteiro previamente elaborado pela equipe, ainda que era de comum acordo entre os integrantes que tal roteiro poderia sofrer alterações diante das respostas colhidas; ou seja, em algumas entrevistas o roteiro preestabelecido era usado praticamente na íntegra, pois a narrativa não fluía naturalmente, deixando de trazer elementos que realmente fossem relevantes para o projeto, mas, em outros casos, o roteiro era completamente alterado de acordo com a narrativa do entrevistado que, por vezes, conduzia a narração quase que por si só.

Outro conceito colocado por Coutinho é a entrevista como uma negociação implícita de desejos entre quem entrevista e quem é entrevistado. Em suas palavras:

O entrevistado tem desejo de contar coisas que, eventualmente, podem não lhe interessar, e você não pode ter uma atitude paternalista demonstrando que tudo o que ele disser é interessante. Você ouve com respeito, mas tenta encaminhar a conversa para o que lhe interessa. De repente, há pontos de encontro entre o desejo dele e o seu, e então é a glória: você consegue que a pessoa fale quatro minutos sem que você tenha de cortar nada depois. Num documentário, um personagem se torna grande na medida em que a linha pela qual o documentarista está seguindo se cruza com o entrevistado. (COUTINHO apud FIGUERÔA; BEZERRA; FECHINE, 2003, p. 220).

Apesar de sabermos que por conta da Comissão da Verdade algumas narrativas poderiam ganhar um tom superlativo, até mesmo pela crença do entrevistado de que o documentário poderia ser um instrumento a mais no processo de reparação política do Estado em relação às suas perdas financeiras e sofrimentos psicológicos sofridos pela repressão dos militares, isso pouco importava para o nosso projeto, pois, assim como para Coutinho, não nos interessava tanto o conteúdo do que era dito, mas sim a forma como era narrada a história pelos moradores. Assim, “no momento da filmagem nos importa a forma e nem tanto o conteúdo. O ato verbal é extraordinário e é nessa interação que nasce o personagem” (COUTINHO apud FIGUERÔA; BEZERRA; FECHINE, 2003, p. 217).

Outra questão importante de ser considerada refere-se ao constante esforço de reflexão por parte da equipe em questionar-se caso, de alguma maneira, havia induzido algumas respostas. Percebemos que o pouco tempo e a ansiedade de jovens cineastas ao longo do processo pode ter nos levado a uma indução no sentido de alcançarmos o propósito esperado para aquela entrevista. Sobre esta questão, Coutinho aponta:

Essa pessoa que aparentemente não sabe de nada tem uma extraordinária intuição do que você quer. Se o entrevistador quiser respostas de protesto, de esquerda, ele vai ter; se quiser ao contrário, vai ter também. Essa é uma das coisas mais importantes a se quebrar, não sugerir ao outro o que você quer ouvir. O que quer dizer respeitar uma pessoa? É respeitar sua singularidade, seja ela uma escrava que ama a servidão, seja uma escrava que odeia a servidão... (COUTINHO apud LINS, 2004, p. 147).

5.3.1 Surge o mito

Quando fomos ao Araguaia a equipe toda já sabia das histórias míticas sobre “Osvaldão” e queríamos ouvi-las para fazer parte do documentário. Nos primeiros sete dias de filmagem fomos tomados por um certo pessimismo, pois a todos que perguntávamos histórias míticas de “Osvaldão”, respondiam não saber. Fazíamos toda noite reuniões para planejar o outro dia e esse tema sempre surgia com um tom de tristeza para todos. No entanto, a partir do oitavo dia começamos a ouvir muitas histórias sobre o mito “Osvaldão”. Era de contentamento geral para a equipe quando conseguíamos ouvir essas histórias, pois sabíamos que seus registros seriam de suma importância para a confecção do documentário

Sobre essa relação da pretensa relação entre a realidade e o fictício, Coutinho (apud LINS, 2004) nos lembra que:

Se me contam uma história extraordinária e com força, para mim é verdade. O que lhe interessa é a construção imaginária das pessoas a partir do real, cujos aspectos ficcionais são muitos mais reveladores do personagem do que uma pretensa adequação ao que a pessoa é de verdade no cotidiano. (COUTINHO, apud LINS, 2004, p. 113).

Ao final dos 15 dias deixamos a região com os sentimentos de realização e felicidade, conscientes sobre a dimensão do desafio de contar uma história tão importante como aquela.

É fundamental observarmos que todos os participantes assinaram um documento de autorização de uso de imagem e áudio para o filme, bem como para qualquer outra modalidade de utilização das informações coletadas, como a confecção de um livro ou derivados.

Apesar de não termos realizado um roteiro fechado e definido, com o rigor que usualmente empregamos em entrevistas acadêmicas, segue o conjunto de perguntas que se tornaram mais frequentes.

- Você conheceu “Osvaldão”?
- Como ele era?
- O que falam dele?
- O que você sabe da Guerrilha do Araguaia?
- Que lembrança você tem dessa época?
- O que falam da época da Guerrilha?
- Você já ouviu falar das histórias míticas sobre ele?
- O exército tinha medo dele?

- Se você encontrasse “Osvaldão” hoje o que diria para ele?

5.3.2 Pós-filmagem

Apesar de nossa pesquisa ter nascido antes mesmo do ingresso formalizado no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, como relatamos na introdução desta dissertação, o material colhido para a produção do filme sobre “Osvaldão”, que pertence ao nosso acervo pessoal de entrevistas, está sendo utilizado nesta pesquisa como fonte documental.

Desse modo, a escolha do corpus documental para essa pesquisa foi baseada na análise do material bruto do documentário. Optamos por utilizar o material bruto (não o editado) como fonte de dados para a nossa análise. Tal decisão deve-se ao fato de acreditarmos que a edição do material feita para o documentário já traz em si uma escolha que atende ao ponto vista dos diretores do filme e não aos objetivos de uma pesquisa acadêmica como esta.

Após transcrevermos todas as entrevistas, nossa análise transcorreu a partir da leitura e releitura de todas as entrevistas e a criação de algumas categorias. Ao elaborar as categorias procuramos estabelecer núcleos de sentido, além de selecionarmos para a pesquisa as falas que ilustravam melhor cada sentido. Procuramos também selecionar diferentes entrevistados com grau e nível de participação distintos na Guerrilha, bem como aqueles que, embora não participando da guerrilha, também foram escolhidos para a realização de entrevistas, uma vez que nosso objeto de análise é a memória. No capítulo seguinte apresentaremos as categorias e análise realizada.

6 A MEMÓRIA COLETIVA DOS MORADORES DO ARAGUAIA: DISCUSSÃO DOS RELATOS

A partir deste capítulo abordaremos a seção desta dissertação dedicada à análise das entrevistas. Se em um primeiro momento este material foi direcionado para a confecção do documentário “Osvaldão”, agora ele será redirecionado para compor a presente pesquisa. De acordo com o que explicitamos, o nosso estudo tem por objetivo analisar a memória de “Osvaldão” entre os moradores do Araguaia a partir de seus relatos orais, sobretudo porquanto não encontramos em nossa pesquisa nenhum estudo específico que verse sobre sua memória.

Dessa forma, o material bruto por nós utilizado será tanto os discursos dos entrevistados, quanto principalmente suas expressões ao longo destas narrativas, com as quais buscaremos entender os múltiplos significados que cada morador construiu sobre o mesmo acontecimento e que estão expressos em sua memória. Nesse sentido, tais memórias não estão circunscritas a um tempo cronológico - fechado, linear e estático -, mas sim a um tempo que é acima de tudo dinâmico, pois se assenta na construção e reprodução de um “tempo vivido”.

De acordo com Halbwachs (1990), o tempo da memória é essencialmente o tempo vivido; por isso, nossa preocupação é menos com a “verdade dos fatos”, do ponto de vista da acuidade histórica, e mais com as experiências significativas que os indivíduos e seu grupo vivenciaram. Nossa atenção, portanto, será direcionada para as falas dos sujeitos entrevistados, de maneira entendermos como se deram os processos de construção de sua memória.

Para tanto, partimos do pressuposto de que as memórias construídas pelos moradores ocorreram e ainda ocorrem por meio da oralidade; deste modo, sua marca fundamental reside justamente no emprego recorrente da memória social e coletiva, em um processo perene de construção e reconstrução. Pelo seu caráter de maior transversalidade e fluidez ao longo do tempo, essas memórias diferenciam-se das memórias reconhecidas como oficiais.

Como modelo de análise, partimos de uma avaliação qualitativa das entrevistas. Em um primeiro momento realizamos a leitura dos discursos, para então extrairmos deles dois eixos principais, sendo estes, por sua vez, subdivididos em algumas categorias.

No primeiro eixo procuramos analisar a memória dos camponeses e seus significados sobre os acontecimentos da Guerrilha. Ele será dividido em: (6.1.1) os moradores: lembranças da pré-guerrilha; (6.1.2) a aproximação com os guerrilheiros; (6.1.3) a memória traumática da “guerra”. No segundo eixo, então, procuramos estabelecer categorias que representariam as relações dos moradores com “Osvaldão”, objetivando dessa forma apresentar os componentes do processo de sua mitificação. Este eixo será subdividido em três partes, a saber: (6.2.1) a importância de “Osvaldão” para a guerrilha: o afeto dos moradores; (6.2.2) cuidado com “Osvaldão”!; e (6.2.3) a construção do mito “Osvaldão”; o qual será seccionado em três outros subitens - (6.2.3.1) a força física; (6.2.3.2) conhecedor da mata; (6.2.3.3) os mitos amazônicos.

6.1 Os moradores e a memória sobre a Guerrilha

Nesta seção, analisaremos a memória dos moradores sobre a Guerrilha e procuraremos mostrar os elementos e acontecimentos mais importantes que marcaram a vida dos entrevistados e de seu grupo.

6.1.1 Os moradores: lembranças da pré-Guerrilha

Os moradores do Bico do Papagaio têm em um comum uma trajetória de migração em busca de melhores condições de vida. Em sua maioria, esses moradores vinham em busca de novas terras, fugidos da seca dos estados nordestinos. Sobre esse aspecto, Adalberto relata:

Tô aqui contemplando a maravilha do Araguaia com o Tocantins, me lembrando aqui quando minha mãe mais meu pai desceram de balsa da cidade de Carolina do Maranhão em 1945, quando o meu pai veio trabalhar como soldado da borracha no Pará, recém-casado com a minha mãe em Carolina do Maranhão e desceram de balsa, um transporte que tinha antigamente que trazia animais, mercadoria do Maranhão pra vender aqui no Marabá, no Pará, aqui mesmo em São João do Araguaia, era uma das cidades mais antigas da região e aí nesse rio maravilhoso descia os barco, as balsa, aquele povo, minha mãe com meu pai, a família da minha mãe desceram para trabalhar no extrativismo da borracha, aí meu pai deixou minha mãe na cidade de Marabá e se embrenhou no Rio Vermelho. (ADALBERTO FONSECA, 2013).

A maioria dos moradores do Araguaia, além de possuir origens parecidas, permanece no mesmo local e desenvolve uma relação profunda com a terra, gerando e criando seus filhos.

Halbwachs (1990) nos mostra a importância do espaço para a nossa memória. Para ele não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. Para lembrar precisamos voltar a atenção ao nosso espaço – aqueles lugares que passamos e temos acessos- e é nele que precisamos fixar nosso pensamento para que as lembranças reapareçam.

Descobrimos nas entrevistas as dificuldades enfrentadas por eles e seus parentes para se adaptarem a “nova terra”, o meio de sobrevivência comum a todos e os problemas sociais da região, como relatados por Adalberto e João de Deus; em suas palavras:

Aqui era muito dispendioso, não tinha transporte, não tinha um meio de vida para os camponeses viver melhor. Tudo era na costa de animal, era na costa que gente carregava mantimento. Era carregando peso nestas zona rural, né. Aqui era muito dispendioso. (JOÃO DE DEUS, 2013).

Rio Vermelho, os grandes igarapés e rios que tinha aí pra cima onde trabalhavam cortando a seringueira, pra tirar borracha, pra tirar o calxo para tirar o leite da borracha pra fazer exportação e, minha mãe ficou trabalhando nas cozinhas alheias pra tirar o sustento e meu pai ficou um ano e pouco sem aparecer em casa, minha mãe ficou juntamente com minha avó, a mãe dela, fazendo aquele trabalho pra tirar o sustento até que meu pai chegou, voltou, aí começou a trabalhar com o senhor Plínio Pinheiro, um homem que era muito rico, família muito rica, família Pinheiro que era daqui do estado de Goiás, tinha muito castanhal, muitos seringais na região e era pessoa muito boa, agradava seus trabalhadores e meu pai foi trabalhar com ele, no inverno época do chuvoso cortava castanha, castanheiro, no verão ia mariscar, mariscar que eu falo não é mariscar peixe, era uma função que tinha aqui na região, mariscador de gato, matá o gato maracajá, a onça pintada pra tirar a pele pra vender pra tirar o sustento da família durante a época do verão que é igual a essa época que o rio tá seco, porque quando era época de chuva trabalhava na castanha e na colheita da borracha, balata, vários nomes que tem a borracha, balata, seringa, seringueira, então meu pai trabalhou muito (ADALBERTO FONSECA, 2013).

Já Sonia, ao contrário, relata um sentimento de nostalgia do passado pré-guerrilha, descrevendo esse passado idealizado como um lugar alegre e feliz.

A gente vivia alegre, vivendo uma alegria, a gente brincava, a gente vivia, meu pai plantava cana, tinha o canavial, era a sobrevivência da gente, fazia rapadura, puxava boi, fazia rapadura, o mel, o açúcar, essa

era a nossa vivencia e caça e pescar, e ainda fazia cachaça pra alegrar o povo da beira do Araguaia. (SONIA, 2013).

Esse mundo de alegria descrito por Sônia contrasta claramente com os depoimentos de Adalberto e João de Deus. Esses diferentes significados explícitos em suas memórias e atribuídos a região do Araguaia se deve às diferentes histórias e participações que cada indivíduo teve na história e sua relação com o espaço.

De acordo com Ansara, (2009), os significados que atribuímos a um determinado evento variam em função de algumas variáveis, a saber: (i) da identificação social; (ii) da participação política; (iii) da percepção de antagonismos de classe; (iv) e dos sentimentos de justiça e injustiça particulares a um indivíduo (ANSARA, 2009, p. 197).

Sônia nos mostra as mudanças entre o antes e o depois da Guerrilha, marcando assim em seu discurso a crueldade da violência empregada pelos militares.

6.1.2 A aproximação com os guerrilheiros

Como relatado anteriormente, a região na fase pré-guerrilha correspondia perfeitamente às características assinaladas pelos dirigentes políticos para a deflagração da Guerrilha. Como aponta Campos (2014, p.95), “tanto geograficamente, pelas dimensões territoriais, florestas e serras, quanto em relação às disparidades regionais, avaliou-se que as condições eram propícias para a deflagração de movimentos guerrilheiros”.

Apesar das diferenças físicas e culturais, os guerrilheiros conseguiram se adaptar às novas terras. Os chamados “incentivos governamentais” para a ocupação do território propiciava uma intensa circulação de pessoas naquela região, e, por isso, a chegada dos “paulistas” não foi vista com desconfiança

A disparidade regional marcada pela total ausência do Estado propiciou a aproximação entre os “paulistas” (como os guerrilheiros eram chamados) e os camponeses. Adalberto, Valério e João de Deus, em suas palavras, nos trazem lembranças sobre esse período:

Eu já fiquei com os 20 anos de idade, já ajudava no convívio da família com meus outros irmãos, aí tive um bom relacionamento com esse pessoal, os paulista, eu conheci quase todos eles, nessa época mesmo que eu trabalhava como senhor Osório Pinheiro que eu aprendi a... Pois é como a gente tava falando com os paulista, eu tive muito conhecimento com eles, 1967, quando eu tava pilotando motor com o senhor Osório Pinheiro que era meu patrão, no inverno a gente ficava aqui na região,

quando era nessa época, do verão em junho, a gente subia para o Angical, lá era o estaleiro que arrumava os barcos para trabalhar no inverno, no Angical, no Pará, em frente o Goiás, que é ali na região do município de Cogila, que é Palestina, naquele tempo era tudo município de São João do Araguaia porque São João do Araguaia dividia com o Conceição lá no sul, então a gente no verão a gente ia pro Angical pra levar pra levar o motor pra arrumar e ali eu conheci muitos paulistas. (ADALBERTO FONSECA, 2013).

História deles, o que eles passaram pra gente, desconhecimento, boas pessoa foram, isso daí não tem nada que dizer, ajudou muito a gente aqui na beira do Araguaia principalmente na saúde, e o mantimento que vinha da rua que era mais perto ele fazia troca do sal, do açúcar, do medicamento com o coco babaçu, com o azeite, até a caça pra se alimentar, trocava, a custo de um botequim, que hoje é mercearia essas coisa, antigamente era o botequim, quitanda, né? Eles tinha lá esse mantimento que ajudou muita gente, gente boa eles foram a gente não tem nada que dizer. (VALÉRIO, 2013).

Com os paulistas... nosso contato com ele... nós já era morador. Que morava na região, né. E quando eles chegaram também, nós conhecia eles como nós, posseiro...lavrador... que trabalhava na terra, que eram as pessoas simples igual nós, né. Que fazia um trabalho...que a gente... camponês. Nós que vivia da lavoura, né. Então eles chegaram na região, como a gente, comprando aqueles direitos de algum posseiro. E fazendo também um trabalho de lavoura. Plantando...colhendo...e fazendo algum plantio de capim, mas mais era mantimento mesmo. E eu conheci eles porque eu fui trabalhar para eles com pinhão...tinha... morava, mas eu não tinha uma condição própria. Então, eles chegaram e tinham uma condição melhor do que eu e então, a gente fomos (incompreensível) o que podia para eles e eles me deram diária, o que puderam pagar...tudo. Então pagava direitinho e eu fazia meu rancho levava para casa e neste tempo eu era casado de novo. Dois anos de casado, né. E minha mulher nova. E aí nós tinha este contato em consideração, mas eles não explicavam para gente o que é que veio fazer na região. Que nós conhecia como posseiro igual nós. E depois a gente caia doente e o médico que atendia na região, na nossa região. Neste tempo que aqui não existia médico. Só era mata virgem e trabalhador de castanha... que cortava castanha, outros eram madeireiro que comprava mogno... vendia mogno. Que vivia disso aí. outros trabalhava e tinha roça também. E aí depois disso é que a gente pegou um conhecimento e quando a gente adoecia da família ou um filho levavam pra ele. Tina a Dina, o Paulo... o Tuca... tinha a Áurea, Daniel... Jorge... são as pessoas que entendiam sobre medicina, né. E a gente corria pra eles e era servido. Eu mesmo... minha ex-mulher, depois que nós estávamos mornado lá. Aí minha mulher caiu doente de hemorragia e eu fui chamar e eles vieram em minha casa e aplicaram uns medicamentos na minha mulher e ficou boa. Depois disso, que ela ganhou neném que deu hemorragia e a meninazinha com um ano e pouco aí deu infecção intestinal. Aí levou para casa do Paulo. La passou uma semana em tratamento. Eles trataram minha filha, depois veio embora para casa, né. E aí nós tinha este conhecimento. Mas nunca eles davam saber o que que tratavam na região, né. (JOÃO DE DEUS, 2013).

Na memória dos três entrevistados percebe-se a grande afetuosidade dos camponeses em relação aos guerrilheiros. Essa aproximação possibilitou a construção de vínculos fortes, baseados em solidariedade e ajuda. Essas relações eram muito comuns no meio rural.

Notamos também nas lembranças de uns dos poucos guerrilheiros vivos, Zezinho do Araguaia, a ênfase na boa relação com os moradores. Para ele, essa relação era essencialmente de troca e ensinamento mútuo.

Foi exatamente no Maranhão, quando eu cheguei da China, aquele trabalho que a gente fazia com os camponeses...Veja...é mais sem detalhe, que no maranhão se colhia o arroz cachinho por cachinho. Nós colhíamos cachinho por cachinho de arroz, mas também cortávamos pelo pé uma outra...de meio dia para tarde a gente cortava o arroz pelo pé e batia, porque o serviço rendia mais e isso talvez tenha sido a atração. Como é que eles plantavam o arroz? Com o facão. Pegava o facão enfiava aqui no chão, abria a cova e enfiava o arroz. Já nós levamos a máquina de plantar. Quer dizer...esta coisa também... essa coisa foi que atraía... e que eles nos ensinavam e ao mesmo tempo nós aprendíamos com eles. Então, era uma troca constante, de manhã e a tarde nós estávamos na roça, à noite a gente estava na escolinha ensinando eles, as crianças deles (ZEZINHO DO ARAGUAIA, 2013).

Analisando a memória de João de Deus, Valério e Zezinho (guerrilheiro), podemos notar em suas lembranças diversos “pontos de contato”, na medida em que eles lembram do convívio no contexto pré-guerrilha de uma forma afetuosa. Nesse aspecto, vale destacar, ancorados nas contribuições de Halbwachs (1990), que esta relação de afetuosidade funcionou como pontos de referência da memória. Podemos considerar, assim, que João de Deus, Valério e Zezinho pertencem a mesma comunidade afetiva.

Conforme planejado pelos líderes da guerrilha, esse primeiro momento tinha como objetivo a aproximação e a conquista da confiança dos moradores. Na entrevista de Francisco fica claro o desconhecimento dos camponeses sobre os objetivos da guerrilha.

Nós se deu como companheiro conversando, mas ele nunca deu sentido o que que era a missão deles. Aí nós ficava por aqui, ele vinha comprava as coisas, ele comprava até camisa de vestir. Ele tratou de um irmão meu, que estava muito doente de malária. Ele veio e foi quem fez o remédio aplicou em riba e ele ficou bom da malária. Um irmão meu, que por sinal já é falecido. Aí ele foi e ficou neste meio. (FRANCISCO, 2013).

Portela (1979), por sua vez, nos relata que os camponeses possuíam uma vida dupla:

“Os 63 do Araguaia conseguiram, por força de suas convicções, levar uma vida dupla de guerrilheiros em preparação e posseiros pacíficos, ou comerciantes, ou profissionais liberais. Uma vida que desgastaria fisicamente a maioria das pessoas. Ao mesmo tempo que preparavam a guerra, eles se misturavam ao povo, cada vez mais cativado, e, por ecletismo ideológico, iam às missas e terecôs (candomblé local), participavam de forrós, sempre mantendo uma postura de monges, pessoas de comportamento moral irrepreensível, tanto os solteiros quanto os casados. (PORTELA, 1979, p. 36).

Em consonância com o discurso de Francisco, Sonia, em suas lembranças, ressalta que eles nunca foram avisados pelos guerrilheiros sobre os reais motivos de sua permanência no Araguaia.

Eles nunca abriram espaço pra mim nesta área de dizer.... Eles conversavam assim naquela vida mesmo assim, de social, que a gente conversava qualquer uma história, contava uma coisa ou outra, mas eu não guardava nada daquilo. Como que fosse uma coisa para o futuro, né. É aquelas conversa comuns mesmo, que a gente conversa palestra e tal. Não era. Ele nunca se abriu e disse assim: Olha, nós vivemos aqui por isso, isso e isso, nós somos isso e isso, nunca declarou nada. É o que eu digo, que a questão complicada foi esta, porque eles guardaram um segredo para sociedade onde eles estavam no meio deles e eles podiam declarar. Nós estamos assim, assim, assim. Fomos perseguidos por isso, isso. Por isso, não. Mas eles não se abriram. (SONIA, 2013).

Apesar da maioria dos relatos apontar para essa lembrança de convívio solidário e fraterno entre eles, encontramos alguns que procuram diferenciar ou fazer distinções entre os moradores e os guerrilheiros. Esse processo de diferenciação pode ser identificado quando os entrevistados denominam os guerrilheiros como os “paulistas” ou o “povo da mata”, estabelecendo, assim, um afastamento semântico entre estes e os moradores da região.

A partir da memória de Pedro podemos identificar a lembrança de um bom convívio dos moradores com os guerrilheiros de maneira que, apesar de suas diferenças, possuíam uma relação de respeito e amizade:

A nossa região? (É). A nossa região é atrasada demais, naquele tempo. Eu conheci pouco ele...o Osvaldão. Eu conheci estes daqui que era o Paulo, o Juca, a Dina. Esse pessoal nós conhecemos e era vizinho nosso. De viajar no barco mais nós. E até no tempo que ele foi embora e que sumiu daqui, era para vir naquele tempo que sumiu de lá...era para vir mais nós no barco para cá. E viveu muito tempo aqui mais nós. Mas para nós aqui era gente muito boa, né. Para nós era gente muito boa, eles. Nós

não tinha o que falar deles, não. Companheiro. Porque...nós não tinha nada e eles eram ricos. Pessoal que é rico com pobre é difícil dar certo. Mas era pessoa boa. Negócio dele era tudo direito. Aqui com nós, né. Com os outros eu não sei. Pois é. (PEDRO, 2013).

Sader (1990) nos aponta um outro olhar sobre essas relações e, usando a referência de Stomma, pondera que a questão chave nesses processos de diferenciação reside na ambivalência simbólica do estrangeiro: para melhor ou para pior, eles se caracterizam por traços extraordinários e é preciso que sejam diferentes. Nas palavras da autora, “o estrangeiro não é como eu, como nós, como o conjunto do meu grupo”; entretanto, como Sader (1990) ainda destaca, para que a comparação entre o “nós” e o “estrangeiro” seja possível é preciso que exista algum traço em comum.

No relato de Pedro (2013) essa dicotomia fica evidente. Os guerrilheiros, apesar de serem “gente boa”, assim como os camponeses, e de viajar no mesmo barco que eles, eram “ricos” e mesmo “rico com pobre não dando certo, nesse caso dava”. Ou seja, apesar de serem diferentes, algo os unia.

6.1.3 A memória traumática da “guerra”

Os primeiros impactos na vida dos moradores da guerrilha ocorreram quando as Forças Armadas descobriram o movimento guerrilheiro no sul do Pará e aportaram no Rio Araguaia. Nesse momento, ainda que prematuramente, a guerrilha do Araguaia começa. Em todos os depoimentos por nós coletados existe claramente um choque dos moradores locais quando percebem que estão em meio a uma “guerra” (como a Guerrilha é por eles denominada).

Como nessa fase já havia uma relação de amizade com os guerrilheiros, as falas abaixo mostram como os camponeses estranharam a versão feita pelo exército de que “seus companheiros de roça” eram “terroristas”. Valério e Abelhinho lembram de como ficaram “admirados” com a novidade:

Como eu falei para o próprio exército. Digo estes homens aqui não demonstrou esta qualidade que o senhor fala, não. Então, nós ficamos aqui tendo este conhecimento com ele, depois que entrou a Transamazônica, aí foi que apareceu...veio a clareza para o pessoal aqui. Que eles declaravam que eles eram terrorista. E então com isso a gente ficava preocupado, porque a gente nunca viu ato terrorista deles. E ficava sem saber o que era e o que podia ser aquilo. Mas a pessoa que às vezes

tem experiência na vida... eu pelo menos vi. Que aquilo ali era um despeito político, uma paixão política. (VALÉRIO, 2013).

Aí quando nós demos fé, os zeliscóptero zoando ao redor, por cima. Não... estão caçando terrorista. E aí que eles foram, chegaram aí foram amostrar os retratos das pessoas e nós ficamos admirados, porque nós não conhecia eles como terrorista, né. (SEU ABELINHO, 2013).

Essas memórias nos mostram o profundo respeito que os moradores possuíam pelos guerrilheiros, e ao mesmo tempo nos evidenciam o choque que eles sofreram com a chegada das forças armadas. Em alguns depoimentos pudemos perceber o medo que ainda hoje existe em narrar o que foi vivido durante a Guerrilha, como fica evidente nesses relatos de Valério e Sonia:

Da época? Da época que eu lembro da história de 72...Tinha muito polícia, como eu já falei...muito exército, que eu via muito na cidade era isso. Mais eu não sei...O que que era...o pessoal...O que a gente sabia é que o pessoal era terrorista, que eles falavam, né. Mas eu não sei se era ou não era. (VALÉRIO, 2013).

Por que já andava quase nu e descalço? Porque justamente, foi o que acabei de contar ainda agora, eles não tiveram apoio da comunidade, porque não deu tempo justamente deles conquistar o povo, então na hora que aparecesse um ali, o pessoal já corria amedrontado e avisava o exército com medo, então por isso que ninguém dava comida com medo, amedrontado, ninguém dava comida pra eles, o povo pensava que realmente era terrorista e quem não tem medo de terrorista, ne? Ainda mais naquele tempo que todo mundo era leigo, ninguém tinha estudo, (nem documento ninguém tinha), aí quando dizia apareceram aqui os terrorista, o exército já sabia lá. (SONIA, 2014).

Percebemos nos relatos acima o intenso trabalho do Exército em desconstruir a imagem dos guerrilheiros para a população local chamando-os de “terrorista”. Martín-Baró (1988; 1990; 1996) nos traz a ideia de que em regimes ditatoriais a violência precisa ser legitimada e justificada e, para isto, é preciso criar inimigos ao Estado legítimo. Ele complementa afirmando que as instituições sociais para se justificarem e legitimarem suas ações devem esconder seu verdadeiro interesse de classe, criando, assim, um discurso de preocupação com o bem-estar de todos. Através desses dispositivos que propagam o que o autor chama de mentira institucionalizada.

Apesar dessa tentativa do exército, notamos em suas memórias a resistência dos moradores em acreditar na versão propagandeada pelos militares. João de Deus acrescenta ainda que, assim como os guerrilheiros, os camponeses também foram chamados de

terroristas; dessa forma, a saída seria a união de todos - guerrilheiros e moradores - pois naquele tempo não havia “justiça para os trabalhadores”.

Depois nós fomos pensar que quem chamava de terrorista, não eram o que chamavam, de comparação os trabalhadores também estavam subjugado de terrorista também. Então, nós achamos que por bem nós se unir para rebater a pressão que tinha da ditadura. Mesmo, nós humilhados do jeito que era, a força da união, daquele tempo porque não tinha a justiça que apoiava os trabalhadores na região. (JOÃO DE DEUS, 2013).

Vários relatos apontam, também, o clima de terror vivido pelos moradores. O depoimento dado a Portela retrata o clima na época:

O pessoal especializado chutava as pessoas, dava socos, choques elétricos nos pés, testículos, ouvidos. Viajantes, hippies, vendedores, comerciantes, todos gritavam por inocência, nem mesmo entendiam o que estava acontecendo, e muitos não queriam acreditar que os paulistas, que eles conheciam tão bem e de quem eram tão amigos, fossem tudo aquilo que o pessoal especializado dizia, ao mesmo tempo em que perguntava onde eles estavam e batia, e dava choques: que eram terroristas, assaltantes de banco no sul e, eram também defloradores de moças, uns eram amulherados e todas as mulheres prostitutas em São Paulo. Todo mundo apanhou mas ninguém acreditou. (PORTELA, 1979, p. 47)

Vale destacar que no relatório da Comissão da Verdade conclui-se que as práticas de tortura empregadas pelo exército na região do Araguaia fizeram parte do cerne de uma doutrina cuidadosamente planejada, e não simplesmente fatos ou eventos isolados como propagados por parte do exército de modo a justificar torturas e perseguições.

Maria, ao relatar a prisão de seu companheiro, lembra o quanto foi sofrida a vivência nesse período:

Como assim? A vida lá na roça era mexer com roça, sabe. nós botava a roça, nós plantava roça, nós colhia a roça. Aqui inclusive, quando ele foi pego na roça, tava numa batção de arroz. Ele foi pedo. E aí lá ficou tudo e isso foi tudo... cabou tudo e foi tudo de água abaixo. Eu tava com nove meis de grávida para ganhar neném e ai ele me tirou de lá da mata. E trouxe aqui para Transamazônica. E ai pra cá eu fiquei. Quando eu vim vê ele. Tinha 90 dias. Já tinha ganhado neném. Sofri muito. Muito. Muito mesmo. Que eu não gosto nem tanto de lembrar do que eu passei nesta época. Foi muito dolorido. Ele sofria hérnia. E judiarão muito com ele. Bateram nele. E quando ele chegou, ele chegou com a cinta. Foi tão forte que passaram uma cinta nele para ele poder se equilibrar. (MARIA, 2013).

Eduardo, um dos anistiados pelo estado Brasileiro, lembra do modo como o exército o abordava:

Rapaz eles perguntavam a vida desse pessoal, dos guerrilheiro, eles queria que eu soubesse da idade, do jeito, caminhar, a coisa, eles queriam que eu soubesse de tudo, eu dizia rapaz eu não sei que eu não conheço esse povo, conheço eles de vista, não sei que idade eles têm, como era o nome deles eu não sei, eles falavam esse nome aí, só eu sei esse nome que eles falaram, não sabia o nome deles que eles nunca falaram o nome dele pra nós e quando gente aqui de fora, eles iam lá comigo, levavam lá com aquela pessoa, quando chegava gente preso, era pra mim saber se eu conhecia aquela pessoa, aí eu falava que nunca vi a pessoa, eles só o que eles pediam pra mim eu ia pra lá pra ver quem que era, e eu não sabia, mas a história deles comigo era essa. (EDUARDO, 2014).

Sonia, em seu depoimento, nos traz a recordação de quando seu pai Eduardo foi preso e as consequências para a vida da sua família:

E bateram, muita gente foi torturado na região do Araguaia, muita gente que não tinha nada haver na história, entendeu, não tinha nada a ver, por que morreu soldado do exército? Porque quando eles via a folha mexer, eles não ia justificar quem era e metia bala, chegava lá era o próprio companheiro deles, porque surgiu e disse que era uma guerra, o quartel todo reuniu todos os seus soldados, soldados que nunca tinha entrado na mata, jovem, inexperiente, aí quando via um galho balançar eles diziam que eram os homem e eles passavam fogo e matavam os próprio companheiro, aí eles diziam que eram os camponeses, realmente se eles mataram do exército também, isso não é do nosso conhecimento, mas se mataram exército com exército, soldado com soldado se mataram porque eles eram pessoas que não tinham costume, tinha medo, tinha medo de entrar na mata, aqueles todos que entraram no quartel logo foram chamado pra mata, só que eles tinham o guia, que nem o Curió que era o comandante da tropa do exército, ele conhece essa região todinha do Araguaia, é por isso que causou, quem causou essa guerrilha mesmo pra mim foi o exército, na minha opinião, foi todo o exército, porque eles estavam quieto, vieram fazer o estudo, eles vieram trazer coisas boas pra nós, pros ribeirinho pras terra do Araguaia, mas como não deu tempo... Fazer o que? Morreu todos e também amedrontaram todos, ave Maria, até em 80 agora em 80 e pouco o povo tinha medo tinha medo de falar da guerrilha, quando começava a falar se lembrava da guerrilha, as pessoas falavam “nem me fala, Deus me livre!”, as veia tudinho dessa região arrancaram o couro do joelho de reza, pra guerra acalmar, ninguém abria as porta de Marabá, ninguém abria não, deu 6 horas todo mundo já tava... abalou mesmo o estado do Pará aquela guerrilha, foi uma tortura muito grande do exército fez, e aquilo ali pra mim não é coisa que se faça não, a maioria temeram mesmo que não voltaram pras suas terras, não voltaram com medo, e horrível e jamais meu Deus do céu, eu era pequena mas Deus me livre, vi minha mãe chorar demais e meu pai quando ele foi preso, meu Deus foi um pavor dentro de casa, “ô meus filho e agora

como eu vou viver? como eu vou criar vocês se é o pai de vocês que sustenta nois, que trabalha pra dar comida pra nois? como é meus filho?” e a gente pedia “mãe calma”, nois chorando ao redor dela, aquele monte de menino, porque na época não tinha mesmo televisão, né? rss... Aí o pai ó? Menino, menino, todo ano era um, rss... Eu tô falando sério, é o da minha recordação. (SONIA, 2014).

O medo sentido pela mãe de Sonia é umas das consequências de quem sofre a violência de uma guerra. Podemos fazer um paralelo com as autoras Lyra e Castilho que ao analisar as memórias traumáticas da ditadura militar chilena destacam que uma das consequências da vivência de uma guerra seriam relações sociais atravessadas pelo medo e pela desconfiança. De acordo com as autoras:

en síntesis, las violaciones de derechos humanos generaron una amenaza política percibida como una amenaza de aniquilación dirigida a la existencia de los sujetos en su condición de seres vivientes y de seres sociales. Este tipo de violencia se constituyó como una amenaza política. (LIRA; CASTILLO, 1993, p. 107).

Para as autoras, o medo é a primeira marca que encontramos como resposta à ameaça de aniquilamento entre os sujeitos que vivem uma ditadura. Esse medo se manifesta nas desconfianças nas relações e estruturas sociais que já não são capazes de garantir o cuidado de sus próprias vidas e o seu desenvolvimento como ser humano (LIRA; CASTILLO, 1993).

Nos relatos de Pedrita e Mangulano encontramos exemplos de como o medo se mantem até os dias de hoje:

Então foi essa que quando veio a causa que quando veio a causa das Forças Armadas combater os guerrilheiros do Araguaia entrou muito pai de família inocente na bala do fal, morreu muito gente inocente, conheço todos os trabalhadores da região e sei que até hoje tem gente que tem medo de dizer que perdeu um familiar na Guerrilha do Araguaia, porque a taca foi feia, a taca não foi do povo não, naquela época eu não era militar ainda, eu tinha feito só meu alistamento em São João do Araguaia, mas eu via que não podia três homens tá conversando na esquina que chegava um cabelo, um barbudo, e dizia “o que vocês tao fazendo aí, o que vocês tão conversando, sobre o que aí?”, muitas vez, eles apanhavam, ou mandava embora pra casa, tinha ordem de recolher, 10 horas da noite, as luz da nossa cidade era movido a grupo gerador naquele tempo, antes de ter a barragem, era grupo gerador da Celpa, então as luz nós acendia 6:30, 18:30, quando era, onze hora no meio de semana apagava tudo, quando era final de semana as vez tinha festa nos clube, tinha pouco clube, tinha o Alavan, que é o clube que o exército se acampou a primeira vez que chegou aqui, que não tinha quartel, então ficava até duas horas da manhã o motor da Celpa pra fornecer energia, então tinha o toco de

recolher pro pessoal da cidade, 10 horas da noite, quando começou a revolução não ficava ninguém na rua, quem fosse pego era preso e apanhava muito e ia lá pro Presídio São Luís, um presidio veio que tem lá na beira do Itacaiuna, na beira do rio, igualmente aqui, e a coisa foi assim. (PEDRITA, 2013).

Medo aqui nós tinha demais. De qualquer coisa, né. Não era só deles pegar o Zezinho, como de fazer com nós o que fizeram com muita gente. Não, medo nós tinha. Ainda têm. Não acabou, não. Até hoje tem medo das cosas. De dar uma revira e mexe e de novo e dar a mesma coisa. Mas hoje a gente está mais confiado, já tá mais desenvolvido. E naquele tempo vê lá, a gente tinha medo demais. (MANGULANO, 2013).

Os depoimentos acima revelam o medo de narrar o acontecido. Lira e Castillo (1993), ao desenvolver suas ideias em relação a memória da ditadura chilena, afirmam que lembrar o passado traumático é como reabrir feridas não cicatrizadas e, de alguma maneira, reviver a situação.

Así bajo la epidermis de una sociedad que afronta el próximo siglo están las huellas de lo que aún no ha cicatrizado, de lo que no es posible cerrar si no se logra hablar de ello colectivamente. Pero recordar lo traumático parece ser que ha sido experimentado como 'vivirlo otra vez'. El recuerdo doloroso de las rupturas, de la presencia de la muerte y el miedo en las relaciones colectivas es aún amenazante. Hay un sinnúmero de muertos y desaparecidos que no descansan en paz... y está el deseo de olvidar y dar vuelta a la página de unos y otros para seguir viviendo. Este dilema no es abstracto. (LIRA; CASTILLO, 1993, p. 113).

Apesar das dificuldades de narrar o traumático, as autoras terminam seu estudo defendendo o enfrentamento desse passado e, principalmente, a elaboração dessa subjetividade como forma de garantir a identidade pessoal, bem como a identidade coletiva de um país (LIRA; CASTILLO, 1993, p. 113) .

Além das pessoas que vivenciaram a violência, ou seja, que são testemunhas vivas deste período, entrevistamos também pessoas que possuem lembranças construídas a partir de experiências contadas. Josinete, 17 anos, nos fala da sua lembrança sobre o que contam no Araguaia:

Eu já. A guerrilha. O meu pai disse que o meu tio...não! Vô da minha avó participou deste negócio aí, que matava gente, que ficou preso numa cadeira, que levou choque... Estes negócio aí Era um homem mais forte, dava choque no meu tio, até que as mão dele é toda pipocada. E molhava ele e botava a cabeça dele assim, tipo numa piscinona, e pegava a cabeça dele assim e jogava e ele tinha que dizer onde os amigos dele estavam escondidos, era assim. Todo mundo já ouviu falar um pouco da Guerrilha do Araguaia, né. Na escola assim, os professores passam para a gente

estudar muito sobre isso. Eu sei que Xambioá está marcado por causa da guerrilha, que houve muitas mortes...só sei isso mesmo. (JOSINETE, 2013).

Importante destacarmos neste momento que, mesmo para as novas gerações, a memória da guerrilha ainda está presente. No caso supracitado, a história da Guerrilha do Araguaia foi transmitida pela família e pela escola. Sobre este fato, Ansara (2009, p.271) nos aponta que os grupos que não viveram os fatos diretamente recordam a partir de suas identificações com aquilo que lhes é contado por outras gerações.

Os filhos e netos dos camponeses do Araguaia, mesmo não tendo vivenciado diretamente os eventos, veem suas vidas afetadas pelos acontecimentos pois hoje participam do mesmo grupo de referência daqueles que foram atingidos pela violência da guerra. Isso possibilita o compartilhamento dessa memória através de laços familiares e da escola.

6.2 Os moradores e a memória sobre “Osvaldão”

6.2.1 A importância de “Osvaldão” para a guerrilha: o afeto dos moradores

Na seção anterior, destacamos duas ideias principais: a primeira se refere a intensa relação de afeto e amizade entre os moradores e os guerrilheiros, enquanto que a segunda ideia reside na sensação de medo e no trauma deixado na região devido à violência do Exército Brasileiro durante a Guerrilha do Araguaia.

Na presente seção procuraremos demonstrar como essa relação dos moradores com “Osvaldão” foi estabelecida. Vários trechos demonstram sua importância na Guerrilha. Seu Abelhinho, por exemplo, destaca “Osvaldão” e sua autoridade entre os outros guerrilheiros, inclusive em comparação com Dina, uma das guerrilheiras mais destacadas da guerrilha e populares na região Araguaia:

Osvaldão foi uma figura dentro da Guerrilha. O povo fala da Dina, mas a Dina não teve... o passado dele não foi assim que nem o povo falava. O passado dela era diferente, da Dina. Ela não teve quase nada...Ela fazia o que o Osvaldão mandava. Não fazia mais do que ele mandava, não. (SEU ABELINHO, 2013).

Osvaldão foi o símbolo do ensinamento às pessoas da região que não tinham oportunidade pra sair pras capital, ele trouxe assim como é que um grande líder, pai de família, pode governar sua família ou até mesmo

um político, um caráter, um pudor, um homem que brigou por essa democracia que esse povo morreu eles tavam brigando por essa democracia que nois tem hoje que só veio em 85, se viu que entrou o Tancredo Neves naquelas Diretas Já e graças a Deus hoje nós podemos votar no nosso presidente, então o Osvaldão eu creio que ele foi um grande líder, ele tinha na cabeça que ia fazer essa defesa, entendeu? (ADALBERTO FONSECA, 2013).

Quando chegou aqui, o nome que eles trouxeram de frente, como chefe da turma era o Osvaldão, o chefe. (FRANCISCO, 2013).

Além da sua importância, encontramos também nas entrevistas o afeto demonstrado pela população em relação a “Osvaldão”. Em suas lembranças, Mangulano destaca “Osvaldão” como um amigo do povo e ressalta sua popularidade na região do Araguaia.

Uma época eu vinha vindo mais o Zé Grande lá do boqueirão, ele vinha com um Caititu, aí ele vinha mais na frente de mim e eu vinha mais atrás e ele sobiando e eu não sabia quem era, se era o Zé Grande que tava assobiando, né. Eu chamei: O que é que tu me assobiou, filho de uma égua. E aí quando apareceu foi ele, o Osvaldão, né. Tava armado com cordão de São Francisco na cintura e aí batemos um papo, lá. Aí ele precurou se eu tinha mandioca, eu disse que tinha mais era verde, precurou se eu tinha farinha, coisa e tal. Aí eu disse que eu não tinha porque a mandioca ainda estava verde. Aí depois de um tempo ele chegou em casa e aí, quando era uma meia noite lá, com uma turma lá. Aí um vizinho meu estava fazendo uma farinha com a mandioca minha, né. E aí ele atrás de farinha e eu: Não, mas eu não tenho farinha. E ele disse: tem porque eu botei um pessoal aí para olhar e você tem farinha. Eu tenho numa farinha aí, que é do Pedro Preto. Aí ele pegou a farinha e pagou. porque o rapaz estava fazendo a farinha, porque a mulher estava de resguardo para cuidar da mulher, né. Aí eu falei: Não, você tem que pagar a farinha e aí pagou-se. Levou 5 paneiro e foi 50 cruzeiros naquele tempo e pagou tudo direitinho. E aí depois nós se vimos nas estradas, né. Lá no garimpo da Matrinxã, né...era muito cristal. E lá a gente se via ele, conversava, ele era muito amigo de todo mundo, né. Todo mundo gostava dele. Que ele era muito popular. (MANGULANO, 2013).

Em outros trechos, Mangulano nos traz os significados de sua lembrança de “Osvaldão” como uma pessoa alegre e generosa:

Conversadô, alegre, bom pro povo. O pessoal fala que o que precisasse dele, e ele pudesse ele servia todo mundo. Gente muito boa, ele. Pois é, o que eu tenho que declarar é só isso mesmo que eu sei. (MANGULANO, 2013).

Não, assustava não. Chamava atenção, o pessoal gostava dele. Todo mundo gostava dele ele não era má pessoa, não. É que teve aquela

história, mas a gente não pode falar o que não é. tem que falar o que é. Ele era gente muito boa. A população gostava muito dele, só falava dele. Quem dizer que ele foi mal pessoa é porque maltratou ele, né. (MANGULANO, 2013).

Zézinho barqueiro também destaca o companheirismo de “Osvaldão”:

Só viajando, assim. Ele era um bom companheiro com a gente, né. Ele fazia tudo. Ele fazia a comida. Ele mesmo comprava a comida e ele mesmo fazia...no barco. Eu tinha um barco... tinha cozinha e tinha tudo...e ele fazia. Dormia só em riba do toldo do motor. Que o motor tinha toldo e ele dormia em cima do toldo. Nós andava em Marabá, Imperatriz...nós fomo diversas vez. Ele ia comigo. (ZÉ BARQUEIRO, 2013).

Já Zezinho do Araguaia nos traz em suas lembranças um “Osvaldão” forte e brincalhão:

Um cara que não perdia uma festa. Era um cara divertido como ninguém. Era um cara que ele chegava num bar, pedia uma pinguinha, pagava para todo mundo e tal. Era um cara que...as crianças pegava... 3...4 crianças. Ele é muito fortão e era um cara que divertia todo mundo. Muito brincalhão e todo mundo gostava. (ZEZINHO DO ARAGUAIA, 2013).

Procuramos demonstrar nos relatos acima os vários significados atribuídos a “Osvaldão” presentes nas memórias dos moradores do Araguaia. Apesar dos diferentes significados atribuídos a “Osvaldão”, existe em comum nos relatos a ideia dele como alguém com grande capacidade de liderança, bom lutador e, ainda, alguém que prezava pelo afeto e pela amizade construídos entre os camponeses e os guerrilheiros.

Halbwachs (1990) nos apresenta a ideia de que todas as nossas lembranças estão sempre ligadas aos pensamentos dos grupos que nos cercam. Nas palavras do autor:

(...) para melhor me recordar eu me volto para eles, adoto momentaneamente seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois sofro ainda o seu impulso e encontro em mim muito das ideias e modos de pensar a que não teria chegado sozinho, e através dos quais permaneço com eles. (HALBWACHS, 1990, p. 33).

Podemos considerar que os camponeses constituem uma comunidade afetiva e partilharam de ideias e sentimentos comuns. Esses moradores vivenciaram o convívio afetivo e também os horrores e preocupações de participarem de uma guerra. Halbwachs afirma, sobre este aspecto, que “não nos lembraremos deles senão na medida que suas

peessoas estivessem compreendidas no contexto de nossas preocupações” (1990, p. 41). Apesar de hoje os moradores participarem de grupos diferenciados (igreja, associações, etc.), ainda partilham de um mesmo universo de preocupações por terem vivenciado a Guerrilha.

O convívio afetoso com “Osvaldão” é descrito e foi vivenciado pelos entrevistados como uma experiência significativa em suas vidas. Halbwachs (1990) destaca a força do amor para aquele que lembra. Às vezes, destaca o autor, aquele que ama lembra de coisas insignificantes mas que para ele possui um importância enorme.

Nas memórias acima, os camponeses nos contam detalhes de sua aproximação com “Osvaldão” como em “levou 5 paneiro e foi 50 cruzeiros naquele tempo e pagou tudo direitinho” (MANGULANO, 2013), ou quando Zé Barqueiro (2013) afirma que “que o motor tinha toldo e ele dormia em cima do toldo” ou mesmo ainda quando Zezinho do Araguaia (2013) ressalta a relação de “Osvaldão” com as crianças em “era um cara que...as crianças pegava... 3...4 crianças”.

6.2.2 Cuidado com “Osvaldão”!

Em relação ao clima de terror feito pelo exército, notamos que havia uma especial atenção ao “Osvaldão”. Um dos nossos entrevistados pertencia ao exército na época dos acontecimentos e relata:

Botava a gente pra instrução em sala, mandava a gente ficava em posição de descansar, não podia nem piscar um olho, quando via ele vinha com um pau e batia nisso aqui da gente, “tá piscando soldado? Soldado não pisca! Soldado não pode piscar se não o guerrilheiro, a Dina pega vocês, atira em vocês, por debaixo, ela pega o 38, ela faz assim e vai na mosca! Osvaldão era capitão do exército, ele fez curso de guerra na selva na China, ele atira com as duas mão, ele atira igual xerife, igual ao Zorro, com dois 38, então vocês tem que ser esperto porque se vocês vacilar ele vai atirar em vocês, em toda equipe, viu seus filho da puta? Sim ou não? Sua mãe é rapariga ou não é?. (ADALBERTO FONSECA, 2013).

(...) o medo quem botou foi nossos comandantes, nossos instrutor, nossos oficiais, porque ele era muito bom de tiro e experiente na mata, porque ele era mesmo, porque ele era mariscador, Osvaldão era mariscador de gato, Osvaldão era garimpeiro, garimpo de cristal, eu conheço hoje nos Pacu, no Sororózinho, na Fortaleza, lugar que ele garimpou, nós tem amigo nosso que é daqui da Associação dos Torturados de São Domingos Araguaia que fazia canoa pro Osvaldão, fabricava canoa pra ele andar nos igarapés porque ele era muito trabalhador, um grande administrador, e não sei porque razão, acho que por conta do comando militar, da ditadura, o golpe de 64, trouxe essa coisa que ninguém podia matá-lo. (ADALBERTO FONSECA, 2013).

Além dos relatos de Adalberto Fonseca, encontramos vários outros depoimentos sobre o medo que o exército tinha de “Osvaldão”:

Depois quando a polícia chegou... a polícia não o Exército, o nome da história que eles queriam o cabeça de tudo aquilo era o Osvaldão. Era o influente da história de todo este povo. Aí foi que veio esta ocorrência. Então a minha ocorrência... nós nunca palestrou. (FRANCISCO, 2013).

Porque era brabão, atirava muito e tal. São as histórias que o pessoal falava, né. Pessoal falava, né. Agora, o que eu falei, o que eu conversei com ele é verdade. Agora, negócio que eu ouvi falar, eu não sei se é verdade ou se é história, né. O caso é este medo. (MANGULANO, 2013).

Várias pessoas já. Que o Exército tinha medo de enfrentá-lo. (Conta esta história) O Exército tinha medo de enfrentá-lo que eu sei, que mataram ele e jogaram o corpo dele na água no Rio. (CIUMAR, 2013).

As lendas do meu pai, contam muito que meu pai não brincava em serviço quando ele sabia que uma pessoa era mal, ele queria tirar ele do meio dos bons. (CIUMAR, 2013).

6.2.3 A construção do mito “Osvaldão”

6.2.3.1 A força física

Constatamos dois componentes na memória dos entrevistados sobre “Osvaldão”. O primeiro aspecto reside na memória afetiva descrita pelos moradores - o carinho, a proximidade, entre outros sentimentos. Esses laços de afeto construíram a ideia de um “Osvaldão” bondoso e amável, de modo que funcionaram como uma ponte de referência da memória, como discutido por Halbwachs no seu conceito de “comunidades afetivas”.

Outro aspecto por nós constatado foram os resquícios traumáticos do trabalho feito pela ditadura, uma vez que para conseguirem maiores informações dos moradores implementaram a cultura do medo. A partir desse elemento e da própria estratégia de “Osvaldão” em realizar o chamado “terror psicológico” como forma de se defender das tropas, construiu-se a memória de um “Osvaldão” forte, poderoso e por vezes cruel.

Esses dois componentes, o afeto e a violência empregada pela ditadura encontrados nos relatos dos moradores, funcionaram como referências da memória e propiciaram uma memória de um homem que continha traços extraordinários e em algumas situações até sobrenaturais.

Entre esses traços extraordinários, encontramos em muitas narrativas qualidades ligadas à força de “Osvaldão”:

Diz, que ele era um negão muito alto. Que ele fazia mesmo acontecer a guerra. (JOSINETE, 2013).

Ele foi autor da primeira morte da guerrilha e foi um dos que mais deu trabalho na época, porque ele era de uma estatura forte, bem negro e tinha uma resistência maior que a dos outros. (FAGNER, 2013).

O Exército tinha medo de enfrentá-lo que eu sei, que mataram ele e jogaram o corpo dele na água no Rio. Porque diz que ele é um cara muito alto, muito bom de tiro e muito ligeiro, muito rápido mesmo. (CIUMAR, 2013).

Porque hoje com as história do Osvaldão que a gente vê também fala com meu conhecimento foi pouco mais pra hoje, que ele o homem mais forte, ele era um dos, como que diz...(PEDRITA, 2013).

Então, aqueles ensinamentos que o Osvaldo passava, muitas vezes parecia que não tinha importância, na prática a gente tinha que usar. O Osvaldo tinha um pé, era 44, o sapato dele. Não encontrava em lugar nenhum. A gente andava com a forma para fazer o calçado dele. Lá em Xambioá, o homem que fazia calçado para ele ainda está lá. Ainda tem a sapatariazinha até hoje. Então, quando chegam para ele e perguntam do Osvaldo, ou como era o Osvaldo, eu sou suspeito de falar qualquer coisa, mas o povo...o povo pode falar (VALÉRIO,2013)

O que eu lembro do Osvaldo também é que ele deitou na cama e a cama quebrou, ele era muito grande, e a cama não parecia ser normal pra ele, aí quebrou a cama e vó mandou eu ir numa construção do lado pegar uns tijolo, eu peguei alguns tijolo e botei debaixo da cama dele, aí eu vi que ele deitou só que a cama não coube ficou parte dos pés fora da cama, porque ele era muito comprido e ficou parte dos pés dele fora da cama, é um lembrança muito rara que eu tenho que eu tinha base de uns 7 ou 8 anos e, a lembrança que eu tenho do Osvaldo, eu lembro muito também dele brincar muito com Rosa, ele era muito grande, Rosa eu não sei se vocês conhece, é uma bigozinha que ele fica na parede, e a noite a lâmpada ela vem muita mariposa, aquelas coisa e dava muito no hotel, não sei o que era aquilo, e dava muito de noite nas parede, era escurecer a luz, como fazia fundo no rio, vinha muita mariposa no reflexo da luz e dava muito assim mesmo, ele pegava, e não tinha medo, rss...família. (SÔNIA,2013).

6.2.3.2 O Conhecimento da mata

Outro aspecto levantado em torno da construção do mito sobre “Osvaldão” se deu em relação aos seus conhecimentos sobre a mata e à sua habilidade com a natureza.

Zezinho (2013) relata, sobre “Osvaldão”, sua experiência com o garimpo, suas táticas de guerra e sua relação harmônica com a natureza:

E uma outra coisa... a gente tava... assim, aí chegava um garimpeiro e dizia o Osvaldão, eu tenho aqui esta pedra...e aí ele olhava e fazia - baforada nas mãos- assoprava assim, e dizia: olha este aqui é diamante e este aqui...ele tem...dizia quantos quilates tinha o diamante, dizia o valor para aquele garimpeiro. O cara era especialista. Ele se especializou em minérios na Europa. Então, era um cara... falava e ia embora. O povo conhecia ele desta forma. Procurava o Osvaldo para saber das coisas. O Osvaldo era o cara que pegava o escafandro lá na beira do Tocantins, mergulhava com os garimpeiros, Eles ficavam bombando o ar quando mergulhava com o escafandro. Eu mergulhei com o Osvaldo, lá. A gente procurava os cascalhos, os diamantes. O Osvaldo era este cara. O Osvaldo é um cara que antes dele ir para lá ele esteve em Diamantina no garimpo de Diamante. Era um cara conhecido e nesta época eles cavavam as catas vertical. O Osvaldo introduziu o túnel lá na coisa... introduziu o túnel lá em Diamantina. Então, quando no Pará surgia alguma coisa de diamante... encontrava...era natura encontrar garimpeiro que vinha de Diamantina pra lá. Garimpeiro aonde surge um garimpo ele vai para lá. Então, se encontrava... o Osvaldo era este cara conhecido de todo mundo. (ZEZINHO DO ARAGUAIA, 2013).

Chamava atenção o seguinte, a mata... a mata... ela nos ensina como devemos nos comportar. Conviver com toda a diversidade. Na mata cada ser da natureza, ele convive com os outros em harmonia. E tudo que é produzido pela natureza é benéfico. Há outros seres e ele mostrava como um ser depende do outro. Uma das perguntas que ele fazia... Quando o homem...será que um dia o homem vai se equiparar com este conhecimento normal da natureza? Então, que a natureza convive com tudo, né. Os insetos, ele gostava de dar o exemplo dos insetos, porque os insetos se proliferam em grandes quantidades? Para alimentar os outros seres os insetos precisam de pouco para manter a sua espécie. Quando é que o homem vai ter esta capacidade? Então, o Osvaldo era este cara. Era assim que era ele. Então, quantas vezes... era um cara que dizia olha, não vamos fazer nenhuma caça ou animal correr, porque nós dependemos destes animais e insetos. E realmente, depois foi fácil de entender, porque quando nós fomos atacados pelos militares, que eles entravam as colunas na mata. (ZEZINHO DO ARAGUAIA, 2013).

Já Sonia e Pedrita ressaltam o conhecimento de “Osvaldão” sobre a mata e o medo gerado no exército por conta dessa sua habilidade:

Ainda mais naquele tempo que todo mundo era leigo, ninguém tinha estudo, nem documento ninguém tinha, aí quando dizia apareceram aqui os terrorista, o exército já sabia lá. O dominante, o líder da turma, ele tinha vários campamento ele comandava, ele tinha conhecimento da mata toda, ele tinha conhecimento da mata, ele que tinha toda estratégia do mapa para passar pra eles, diz que era ele, isso daí já não é história minha. A memória que o povo conta era essa, era o homem mais forte, o

mais valente, o mais temido, era o que o exército queria pega era ler, queria mostrar a cabeça dele como troféu, era a vitória da Guerra do Araguaia era pegar o Osvaldão, é essa história que a gente sabe de hoje, ele era um líder, era quem mandava, era quem tinha o mapa, era quem conhecia as mata, eles tinha medo porque ele tinha conhecimento que o exército não tinha, ele conhecia toda essa região aqui do Araguaia, Xambioá, Serra das Andorinhas, tudo diz que ele conhecia, então era pra ter medo dele. (SONIA, 2013).

Porque a gente vai crescendo, vai vivendo e vai ouvindo as coisas, é um chefão lá de cima do Rio de Janeiro, queria por que queria a cabeça e uma orelha do Osvaldão lá, ele que era o poderoso mesmo, ele que comandava aqui... E ele tinha medo mesmo, e não era só ele não os colono tudinho que era morador daqui da região tem medo dele, e ele era um homem muito, muito inteligente. (Ele era alto, negão, um negão bem alto, 1,92 por aí, essa estatura dele. Super inteligente. Por isso que ele foi temido pelo governo da ditadura militar, por isso que ele, eles queria era ele, se puxasse ele logo, aí as coisas teria sido diferente porque eles tinham pego mais o exército e não ia dispensar na época não, porque 78, 77, 76 porque o exército, a culpa dessa guerrilha todinha foi o exército, que o povo tinha medo, que ele era o - o mais poderoso -, o mais poderoso do grupo, ele que comandava todos os grupo dos acampamento, não é não? O grupamento A, B, C, tudo ele comandava, ele conhecia toda a área aqui do Araguaia, Xambioá, Serra das Andorinhas, Faveira, tudo isso era passado por ele, ele que comandava, mas isso aí já é mito que eu vejo família. (PEDRITA, 2013).

(...) Quando dizia “lá vem o Osvaldão” ‘nego’ corria e trancava as suas porta. Eles começaram a mudar aos poucos, tipo o sitio que eles tinha na mata. Aí quando teve a explosão do paulista aqui, aí que surgiu a história do Osvaldão na guerrilha pelo menos pro nosso conhecimento, era o terror, que ele que fornecia tudo, que ele era mandão, que era o chefe, que tinha que caçar a cabeça dele, que tinha que levar a cabeça dele como troféu, aí surgiu várias histórias, vários mito do Osvaldão. (PEDRITA, 2013).

6.2.3.3 Os mitos amazônicos

A violência empregada na guerrilha favoreceu a construção de personagens e histórias míticas. Entre essas histórias, o personagem construído em torno de “Osvaldão” sem dúvida foi o de maior destaque. O relato do jovem Fagner e de Josinete, são, nesse sentido, emblemáticos:

O povo falava que ele calçava 47 e tinha os pés trocados, que nem aquele...como era o nome...Curupira? (JOSINETE, 2013).

Sim. Já estudei algo sobre ele...aconteceu...fazia parte da Guerrilha do Araguaia. Era um major, que aconteceu em 1973, não sei ao certo no momento. Mas dizem os historiadores...dizem que ele era um...as pessoas das aldeias viam ele como mítico. Que ele conseguia se

esconder...dessas coisas... que não poderia ser atingido a balas, mas provaram o contrário, porque ele foi morto com três tiros e eu também não lembro do nome do rapaz que matou ele no momento. Mas dizem que ele era muito ruim. Ele não tinha só mesmo, matava e tudo e se escondia. E ele veio para esta base em Xambioá formalmente estabelecer mais poder ao grupo dele de... do exército que ele fazia parte. Da militância que ele fazia parte. Rezam várias lendas aí, que ele era um ser mítico, né. Se transformava em pedra... os aldeões falavam isso, os ribeirinhos também. Então, são várias lendas que rezam sobre o Osvaldão. (FAGNER, 2013).

A maioria das lendas sobre “Osvaldão” está constantemente assentada na ideia de uma figura encantada ou na construção da figura do homem enquanto ser imortal - “aquele que não morre”, se “encanta”.

Para Ferretti (2008), os “encantados” não podem ser definidos como santos, anjos, demônios e nem como espíritos dos mortos. Eles são definidos como seres invisíveis à maioria das pessoas ou algumas vezes visíveis a certo número delas; que habitam as encantarias ou “incantes”, situados “acima da Terra e abaixo do céu” (FERRETTI, 2008, p. 1), geralmente em lugares afastados das populações humanas; que tiveram vida terrena e desapareceram misteriosamente, “sem morrer”, ou que nunca tiveram matéria; que entram em contato com algumas pessoas em sonhos, fora de lugares públicos (na solidão do mar ou da mata, por exemplo) ou durante a realização de rituais mediúnicos em salões de curadores e pajés, barracões de mina, umbanda, terêco (religiões afro-brasileiras) e em outros locais onde são chamados. O terêco originário na cidade de Codó, teve grande aceitação na região do Araguaia, como podemos identificar a partir do relato abaixo:

Aí o povo dizia, que ele virava um toco, que ele virava um porco, o povo falava isso, só que acho que eu acho que era contrário. Não sei se era, mas como o povo diz. A voz do povo é a voz do povo é a voz de Deus, né. Então, a gente tem que acompanhar o que o povo fala. Que as vezes algum fala que viu algum jeito que virava. Agora, o sapato eu não vi isso não. Porque o sapato não dava mesmo para ele calçar, assim. Como é que a frente do pé vai o calcanhar e andar, não dá. Não dá para andar. Bota na cabeça da gente, não dá. (SEU ABELINHO, 2013).

Ferretti (2008) complementa, ainda, ao afirmar que vários encantados conhecidos são representados ou se encantam em forma de animais.

Essa transformação em animais as vezes aparece na mitologia como provocada por feiticeiros maus ou decorrente da ação de um pai

poderoso que não permite que as filhas tenham relacionamentos amorosos ou que não aceita a gravidez de uma filha que conseguiu burlar o seu controle. Outras vezes essa metamorfose em animal aparece como provocada pelo próprio encantado, como estratégia para vencer a morte ou proteger algum recurso natural ameaçado (como a lagoa onde vive a princesa Rosalina, encantada na Cobra Grande). (FERRETTI, 2008, p. 2).

Essas transformações ou a capacidade de sumir funcionam como estratégias para manter-se na luta e até “vencer a morte”, mesmo enfrentando condições desfavoráveis:

(...) é como os aldeões falavam que ele era um ser mítico que ele conseguia se transformar numa pedra numa árvore, se adaptar a qualquer ambiente, se esconder e também era um ser isolado da época. Ele se isolava do batalhão para reforçar... para dar um reforço extra para este batalhão. E conseguiu... E por esta razão eles criaram...rezaram esta lenda que ele é um ser mítico, porque ele conseguia se transformar em árvores, porque na verdade ele só fazia se esconder. Ele se escondia dos demais para que ele pudesse ter maior atributo para esta guerrilha. Para obter uma vitória. (FAGNER, 2013).

Tinha medo demais, medo, medo de subir, rss... Osvaldão eles faltavam subi na cainá e morre logo com medo.... Porque diz que o Osvaldão era o mais valente da turma, diz que era sabido ele, ninguém via ele, ele tava bem aí e ninguém via. (SONIA, 2013).

Mas outro mito da história do Osvaldão que quando dizia assim que um colono, dizia assim, “o Osvaldão passou aqui?”, o exército já sabia lá, o exército já jogava pra lá, guiado pelo Major Curió, aí já levava a tropa pra lá e meio mundo de tiroteio aí, aí nadinha, atirava só nos pau e nas folha, diz que ele desaparecia, agora se era verdade ninguém sabe, eu sei que bala aí o exército gastou demais nessas mata do Pará, se for juntar casca de bala dá é tonelada, rss... A gente que é mais novo a gente lembra. (PEDRITA, 2013).

E ainda tinha o mito que botava que ele desaparecia, virava um vulto, virava um jumento... (Conta essa história) Tem alguns mito. (ZEZINHO BARQUEIRO, 2013).

Eu não era nascida, mas eu ouço outras pessoa falando que realmente, que tava frente a frente com ele, quando atirava não tinha ninguém, virava jumento, passarinho, entoa já foi coisas que..., agora já! Até um tempo muita pessoa antiga vem dizer, mas é igual uma coisa que você tá dizendo, muitos não viam, ne? então só contava pra gente, então se tornou um mito do medo, o medo era tão grande, atirava e não via ele, tipo assombração uma coisa. Atirava nele e não pegava bala... (SONIA, 2013).

O Osvaldo era um negão alto, muito feio, um braço uma coisa absurda de grosso e só as veias do braço dele era mais grossa que o braço da gente. E carregavam um remanchinho desta altura, cheio de coisa. E me falaram que era o homem que tinha mais força. Agora, nós não conhecia como

terrorista, não. Conhecia como mineirão, mariscador. Falavam só que só tinha mais medo era do Osvaldão. Porque além dele ser valente, era invisível. Quando metia uma arma nele, não achava no ponto. A conversa que eles diziam era essa Sumia. Desaparecia da vista. E era o medo deles era este. (SEU ALBERTINO, 2013)

Nunca ouvi. Dizia dele unicamente que era sabido e que ele desaparecia de boca de arma e tudo. Isso é o que eles diziam. E isso eles diziam e para nós ver. E eles tinham um medo dele por isso, virava vulto. Desaparecia, não achavam ele na boca de uma arma. (SEU ALBERTINO, 2013).

De acordo com Sader (1990, p. 121), “o mito não busca dar conta da realidade empírica. O que ele busca é dar sentido a essa realidade”. Em um momento onde a violência e o medo estão por toda a parte e sem explicações nenhuma ou com explicações sem significados para os moradores (como nos relatos acima), o mito surge para dar sentido a realidade em que vivem. O mito se coloca, então, como uma fala velada e como uma simulação de consentimento aos militares, com o objetivo de resistir, proteger “Osvaldão” e proteger a si mesmo.

Maria nos relata uma situação na qual consente em ajudar os membros do exército falando sobre “Osvaldão”, mas, por fim, coloca medo neles:

Assim... que o pessoal falava que o povo temia ele? Pois é quando eles chegavam lá em casa eles me perguntavam pelo tamanho dele. E eu mostrava assim, o tamanho dele é este aí. Aí eles ficavam nervoso. Tinha tenente que pedia volta no mesmo segundo, para voltar para traz. Teve um tenente que foi lá um dia, que lá nós tínhamos as roças, tinha muita cana e quando ele chegou lá, nós mesmo moía a cana, neste dia mesmo nós pelejamos com ele para ele esperar pelo menos uma garrafa de cana tomar e não teve acordo. Só ele ouvir falar no tamanho do Osvaldão, no tipo que era o Osvaldão, ele se assombrou que ninguém segurou ele nesse dia. (MARIA, 2013).

Sóstenes nos conta como a “mitificação” de “Osvaldão” o ajudou a sobreviver da morte:

Diz que ele desaparecia, virava outra coisa, um bicho do mato, tinha muita história, e acabou isso, isso foi criando, um certo temor no exército, que o exército ficou muito temor do Osvaldão, quando falava a equipe que era pra combater com o Osvaldão era pouco soldado que tinha coragem pra ir, só iam mesmo comandados mesmo. (SÓSTENES, 2013).

Quando ocorreu a morte de “Osvaldão”, o Exército fez questão de passar em um avião por cima das cidades com o corpo dele suspenso no ar, permitindo assim que

“Osvaldão” fosse visto pela população, de modo que se findasse o mito criado em torno dele. “Osvaldão”, como as forças armadas queriam comprovar, não era imortal.

Mesmo com a notícia da morte, Baiano nos relata que o mito continuava:

Dentro deste Rio que atiraram nele. Inclusive dissera que só pegou um o tiro nele, porque diz que ele tinha ta é mandinga. Que ele era enfeitado. Só porque estava dentro d'água e dentro da água quebra os encantos, né. (BAIANO, 2013).

Para Sader (1990), os mitos são pontos de referência e servem como fixadores da história, de maneira que “os mitos, as lendas, os ritos, funcionam como referenciais da memória coletiva”. Assim, “uma vez que a memória humana registra por um tempo muito curto, é necessário apelar para os traços sobre os quais os seres humanos depositam sua história, pois é nessa história que estou interessada” (1990, p. 118).

Ao analisar as narrativas, notamos que os entrevistados constroem sua memória com os referenciais da memória coletiva. A Guerrilha ou a guerra, como a chamam, está bastante presente na memória tanto daqueles que vivenciaram a guerra como daqueles que escutaram histórias sobre ela.

A relação de afeto de “Osvaldão” com os moradores, além do medo e do trauma gerado pela violência, propiciaram uma memória que coloca “Osvaldão” como um sujeito contendo traços extraordinários e até mesmo sobrenaturais. A mitificação surge, então, como um instrumento para resistir à violência; esse instrumento, por sua vez, funciona como estratégia de proteção de “Osvaldão” e dos próprios moradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta parte, mais do que apresentar conclusões fechadas, nosso principal objetivo é o de refletir sobre as memórias que nos foram contadas nas entrevistas.

Ao longo dos quinze dias que estivemos no Araguaia, convivendo com a população e conversando sobre a Guerrilha, pudemos perceber o quanto foi significativo para aquela região ter vivenciado uma guerra. Os comportamentos dos camponeses durante o processo de rememoração evidenciavam feridas que não foram cicatrizadas. Abaixo, o entrevistado nos revela indícios sobre as consequências da guerra que perduram até os dias atuais:

Medo aqui nós tinha demais. De qualquer coisa, né. Não era só deles pegar o Zezinho, como de fazer com nós o que fizeram com muita gente. Não, medo nós tinha. Ainda têm. Não acabou, não. Até hoje tem medo das cosas. De dar uma revira e mexe e de novo e dar a mesma coisa. Mas hoje a gente está mais confiado, já tá mais desenvolvido. E naquele tempo vê lá, a gente tinha medo demais. (MANGULANO, 2013).

Para melhor compreendermos os impactos psicossociais dos participantes da guerrilha, utilizamos como base o aporte acadêmico de Martín-Baró (1988; 1990; 1996), o qual apontou três consequências dessa situação: (i) a polarização social; (ii) a mentira institucionalizada; (iii) e a violência. Esses desdobramentos foram facilmente percebidos em nossos estudos.

Identificamos também que mesmo os indivíduos que não presenciaram e nem sofreram diretamente as torturas e os métodos violentos usados pelos militares guardam na memória os relatos de seus pais e avós. A maioria desses relatos destaca, ainda, a violência empregada pelos militares, mostrando assim a crueldade dos acontecimentos.

Nas memórias daqueles que presenciaram a guerrilha e conviveram com os guerrilheiros fica evidente o grande afeto dos moradores por eles, além do fato de como os guerrilheiros conseguiram adentrar na vida dos moradores, de modo conseguirem fazer parte do mesmo grupo de “referência”. Nesse sentido, foi a partir das referências dessas “comunidades afetivas” que se consolidaram e se estabeleceram a permanência da memória.

“Osvaldão”, personagem central do documentário e da presente pesquisa, aparece tanto nas memórias dos que vivenciaram quanto daqueles que não estiveram presentes durante a Guerrilha como um homem bom, generoso e também por vezes cruel e perigoso.

Estes últimos atributos, a nosso ver, fariam parte de uma versão criada pelo exército, como os moradores gostam de esclarecer.

Essas diferentes histórias foram criando a memória de um “Osvaldão” como alguém com qualidades extraordinárias e por vezes até “míticas”, como, por exemplo, a sua capacidade de transformação em animais.

Aqui está, portanto, a grande contribuição de nossa pesquisa: sua capacidade de revelar a mitificação como uma estratégia da memória para a defesa de “Osvaldão” e para a resistência de quem lembra.

Dessa forma, utilizamos as contribuições de Martín-Baró (1988; 1990; 1996) e o seu conceito de situação problema. A partir de uma concepção dialética do trauma, o autor nos aponta as possibilidades de criação em situações traumáticas. Essas possibilidades não seriam únicas e fatalistas, mas sim construídas historicamente, de maneira que as criações simbólicas ou as mitificações se estabelecem como possíveis construções da memória. Nesse mesmo sentido, Seligmann-Silva (2008) nos aponta a impossibilidade da narração literal dos acontecimentos para os sobreviventes e a necessidade da criação para a resistência.

O trecho da entrevista de Dona Maria evidencia a mitificação como uma forma de despistar os federais com o objetivo de simular um consentimento diante da autoridade, procurando, assim, a sua própria resistência e a proteção de “Osvaldão”, por quem nutria grande afeto.

Assim... que o pessoal falava que o povo temia ele? Pois é quando eles chegavam lá em casa eles me perguntavam pelo tamanho dele. E eu mostrava assim, o tamanho dele é este aí. Aí eles ficavam nervoso. Tinha tenente que pedia volta no mesmo segundo, para voltar para traz. Teve um tenente que foi lá um dia, que lá nós tínhamos as roças, tinha muita cana e quando ele chegou lá, nós mesmo moía a cana, neste dia mesmo nós pelejamos com ele para ele esperar pelo menos uma garrafa de cana tomar e não teve acordo. Só ele ouvir falar no tamanho do Osvaldão, no tipo que era o Osvaldão, ele se assombrou que ninguém segurou ele nesse dia. (MARIA, 2013).

Desde o início tínhamos como objetivo descobrir como se constituiu a memória coletivas dos moradores do Araguaia sobre “Osvaldão”. Ao longo desta pesquisa pudemos perceber que essas memórias subterrâneas seriam mais do que uma outra versão dos acontecimentos, mas, principalmente, seriam um instrumento de luta contra as memórias oficiais.

Ainda, percebemos que os aspectos míticos da memória, quase sempre tratados de forma extremamente superficial em outros estudos, funcionaram e funcionam como um importante instrumento de resistência dos moradores do Araguaia. É justamente este aprofundamento a grande contribuição desta pesquisa: mais do que fechar esse debate, pretendemos contribuir com o início do que pode se tornar um frutífero caminho para outros estudos sobre memória coletiva da repressão e sua relação com o mito.

BIBLIOGRAFIA¹⁴

ADALBERTO FONSECA. Entrevista [abr. 2014]. Entrevistador: André Michiles, Fabio Bardella, Renata Lemos Petta, Vandr Fernandes. In: Documentrio "Osvaldo". Brasil, 2013. udio digital.

ALDIGHERI, Mrio. **Josimo, a Terra a Vida**. So Paulo: Edies Loyola, 1993.

ALMEIDA, Alfredo Berno de. **A Ideologia da Decadncia**: leitura antropolgica de uma histria da agricultura no Maranho. So Lus: IPES, 1983.

ALMEIDA, Rejane Cleide Medeiros. **Aes Coletivas, Cidadania e Cultura poltica**: um estudo com base na realidade do Tocants. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA: MUDANAS SOCIAIS E PERSPECTIVAS PARA O SCULO XXI, 2., 2010, Belm.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposio no Brasil (1964-1984)**. 5. ed. Petrpolis: Vozes, 1989.

ANSARA, Soraia. **Represso e Lutas Operrias na Memria Coletiva da Classe Trabalhadora em So Paulo**. 2000. Dissertao (Mestrado em Psicologia Social) - Programa de Ps-Graduao em Psicologia Social, Pontifcia Universidade Catlica de So Paulo, So Paulo, 2000.

_____. Memria poltica: construindo um novo referencial terico na Psicologia Poltica. **Revista Psicologia Poltica**, So Paulo, v. 8, n. 15, p. 31-56, 2008. Disponvel em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2008000100004>. Acesso em: 25 jun. 2016.

_____. **Memria poltica, represso e ditadura no Brasil**. Curitiba: Juru, 2009.

_____. Memria Coletiva: um estudo psicopoltico de uma luta operria em So Paulo. **Revista Psicologia Poltica**, So Paulo, v. 1, n. 2, p. 29-52, 2001. Disponvel em: <<http://each.uspnet.usp.br/rpp/index.php/RPPEACH/article/view/167/15>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

_____. **Memria poltica da ditadura militar e represso no Brasil**: uma abordagem psicopoltica. 2005. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Programa de Ps-Graduao em Psicologia Social, Pontifcia Universidade Catlica de So Paulo, So Paulo, 2005.

ARAJO, Beatriz de Castro Sanches Azevedo. **"Camisa de Couro" e a densa trama das relaes de poder que envolvem a criao de suas imagens na cidade de Trs Lagoas, MS, 1959 - 1962**. 2008. 202f. Dissertao (Mestrado em Histria Social) - Programa de Ps-Graduao em Histria, Pontifcia Universidade Catlica de So Paulo, So Paulo, 2008.

¹⁴ De acordo com a Associao Brasileira de Normas Tcnicas. NBR 6023 (2002).

ARROYO, Ângelo. Relatório sobre a luta no Araguaia. In: **Guerrilha do Araguaia**. 2. ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1996

AUDRIN, Frei José M. **Os sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1963.

AZEVEDO, Fabio Palacio. **Hugo Chavez – Como nascem os mitos**. São Paulo, 2013

BACHELARD, Gaston. **O ar e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação do movimento. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BACZCO, Bronislaw. A Imaginação Social, In: LEACH, Edmund et alii. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.

BAIANO. Entrevista [abr. 2014]. Entrevistador: André Michiles, Fabio Bardella, Renata Lemos Petta, Vandrê Fernandes. In: Documentário “Osvaldão”. Brasil, 2013. Áudio digital.

BANDEIRA, Luis Cláudio. **Rotas e raízes de ancestrais itinerantes**. 2013. 291 f. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1993. 1 v.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. 1 v.

BERTOLINO, Osvaldo. **Maurício Grabois**: uma vida de combates. Da batalha de ideias ao comando da Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2004.

BOSI, Alfredo. Cultura como tradição. In: _____ et al. (Org.). **Cultura Brasileira**: tradição/contradição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. p. 31-58.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRITTO, Apolonildo Senna. **Lendário Amazônico**. Manaus: Norte Editorial, 2007.

CABRAL, Pedro Corrêa. **Xambioá**: guerrilha no Araguaia. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CAMPOS, Rui Ribeiro. A Guerrilha do Araguaia. **Revista Sinpro Cultura**, Campinas, v. 18, n. 78, p. 34-48, 2014.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia**: a esquerda em armas. 2. ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2012.

CARDOSO, Francesca Danielly da Silva; MONTEIRO, Maria de Fatima Sousa. **O uso da lenda “A moça do taxi”, de Walcyr Monteiro, como estratégia de valorização da**

literatura Amazônica. 2013. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Curso de Licenciatura em Língua Portuguesa, Faculdades Integradas Ipiranga, Belém, 2013.

CARDOSO, Ruth Correa Leite. Aventuras dos Antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: _____ (Org.). **A aventura antropológica: Teoria e Pesquisa.** Rio de Janeiro, 1986. p.95-105.

CASTORIADIS, Cornélius. **A instituição imaginária da sociedade.** São Paulo, Paz e Terra, 1982.

_____. **As encruzilhadas do labirinto II- os domínios do homem.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A criação histórica.** Porto Alegre: Artes e Ofícios Editora, 1992b

_____. **As Encruzilhadas do Labirinto 5 – Feito e a Fazer.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO. Relatório da Operação Sucuri. Brasília, 1973. Disponível em: <<http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/relatorio-operacao-sucuri#pagina-1>>. Acesso em: 27 abril. 2014.

CIUMAR. Entrevista [abr. 2014]. Entrevistador: André Michiles, Fabio Bardella, Renata Lemos Petta, Vandrê Fernandes. In: Documentário “Osvaldão”. Brasil, 2013. Áudio digital.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade.** Brasília, 2014. 1 v.

CONTINI, Giovane. La memoria divisa: Osservazioni elledue memorie dela strage del 29 giugno 1944 a Civitella Val de Chiana. In: **In Memory: For an European Memory of Nazi Crimes After the End of the Cold War**, 1994, Arezzo.

CORRER, André Bortolazzo. **Identidade Tirolesa em Santa Olímpia (Piracicaba\SP): festas, tradições e memória.** 2014. 212 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2014.

CREMONESE-ADAMO, Camila. **Fronteira, mitos e herois: a criação e apropriação da figura do Tenente Antonio João Ribeiro no antigo sul de Mato Grosso.** 2010. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História oral**, v.6, p.9-25, 2003. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=62>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do Imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

EDUARDO. Entrevista [abr. 2014]. Entrevistador: André Michiles, Fabio Bardella, Renata Lemos Petta, Vandrê Fernandes. In: Documentário “Osvaldão”. Brasil, 2014. Áudio digital.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

_____. **Aspectos do mito**. Lisboa: Edições 70, 1989.

ENOTURNA. Entrevista [abr. 2014]. Entrevistador: André Michiles, Fabio Bardella, Renata Lemos Petta, Vandrê Fernandes. In: Documentário “Osvaldão”. Brasil, 2013. Áudio digital.

FAGNER. Entrevista [abr. 2014]. Entrevistador: André Michiles, Fabio Bardella, Renata Lemos Petta, Vandrê Fernandes. In: Documentário “Osvaldão”. Brasil, 2013. Áudio digital.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FERRETTI, Mundicarmo. Encantados e Encantarias no Folclore Brasileiro. In: VI SEMINÁRIO DE AÇÕES INTEGRADAS EM FOLCLORE, 6., 2008, São Paulo.

FERRETTI, Sérgio F (Org.). **Tambor de Crioula: ritual e espetáculo**. 3. ed. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2002.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

FIGUERÔA, Alexandre; BEZERRA, Claudio; FECHINE, Yvana. O documentário como encontro: entrevista com o cineasta Eduardo Coutinho. *Galáxia*, São Paulo, n. 6, p. 213-229, out. 2003. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/viewFile/1348/833>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

FINLEY, Moses I. Mito, memória e história. In: _____. **Uso e abuso da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 3-27.

FONSECA. Entrevista [abr. 2014]. Entrevistador: André Michiles, Fabio Bardella, Renata Lemos Petta, Vandrê Fernandes. In: Documentário “Osvaldão”. Brasil, 2013. Áudio digital

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Campinas: Loyola, 1998.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; MIGUEZ, Samia Feitosa. O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. **Ciência e Cultura**, Campinas, v. 61, n. 3, p. 30-32, 2009. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252009000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 out. 2014.

FRANCISCO. Entrevista [abr. 2014]. Entrevistador: André Michiles, Fabio Bardella, Renata Lemos Petta, Vandrê Fernandes. In: Documentário “Osvaldão”. Brasil, 2013. Áudio digital.

FREITAS, Sonia Maria de. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FREUD, Sigmund. **La Histeria**. Obras Completas. v. X. Ciudad de México: Iztacihuatl Editorial. 1980.

GAMA, Rinaldo. O fim da guerra no fim do mundo: Um coronel da Aeronáutica revela como foram terríveis e sangrentos os últimos dias da guerrilha do Araguaia. **Revista Veja**, São Paulo, 19 out. 1993. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/idade/em_dia_2001/reportagens/araguaia.html>. Acesso em: 22 fev. 2016.

GASPARI, Élio. **A ditadura escancarada**: as ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIRARDET, Roul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas - a esquerda brasileira**: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GROSSI, Yonne; FERREIRA, Amauri. Razão narrativa: significado e memória. **História oral**, v.4, p.25-38, 2001. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=33>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

GUERRILHA DO ARAGUAIA. Proclamação da União Pela Liberdade e Pelos Direitos do Povo. São Paulo: Editora Anita, 1996. p.90.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

JOÃO DE DEUS. Entrevista [abr. 2014]. Entrevistador: André Michiles, Fabio Bardella, Renata Lemos Petta, Vandrê Fernandes. In: Documentário “Osvaldão”. Brasil, 2013. Áudio digital.

JOFFILY, Bernardo. Entrevista [abr. 2014]. Entrevistador: André Michiles, Fabio Bardella, Renata Lemos Petta, Vandrê Fernandes. In: Documentário “Osvaldão”. Brasil, 2013. Áudio digital

_____. **Osvaldão e a saga do Araguaia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

JONAS. Entrevista [abr. 2014]. Entrevistador: André Michiles, Fabio Bardella, Renata Lemos Petta, Vandrê Fernandes. In: Documentário “Osvaldão”. Brasil, 2013. Áudio digital.

JOSINETE. Entrevista [abr. 2014]. Entrevistador: André Michiles, Fabio Bardella, Renata Lemos Petta, Vandrê Fernandes. In: Documentário “Osvaldão”. Brasil, 2013. Áudio digital.

LACAN, Jacques. Some reflections on the ego. **International Journal of Psychoanalysis**, Reino Unido, v.34, n. 23, p. 11-17, 1953. Disponível em: <<http://www.pepweb.org/toc.php?journal=ijp&volume=34&PHPSESSID=49d1ahilirjahvlshtl245c47#p0011>>. Acesso em: 27 dez. 2014.

_____. **O Seminário: os escritos técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979. 1v.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 3. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1994.

_____; NORA, Pierre (Orgs.). **História: novos objetos; novos problemas; novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. 3 v.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

_____. **Antropologia estrutural I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

_____. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

_____. **Mito e significado**. Lisboa: Edições 70, 1989.

_____. Como nasce um etnógrafo. In: **Tristes Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LIMA, Antonia Silva de. **A lenda da Vitória-Régia: dois olhares para um destino**. 2002. 190 f. Tese (Doutorado em Linguística e Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

LIMA, GERALDA. **O rei do cangaço, o governador do sertão, o bandido ousado do sertão, o cangaceiro malvado:** processos referenciais na construção da memória discursiva sobre Lampião. 2008. 304 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

LINS, Consuelo. **O Documentário de Eduardo Coutinho:** Televisão Cinema e Vídeo. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

LIRA, Elizabeth; CASTILLO, María Isabel. **Psicología de la amenaza política y del miedo.** Santiago: Instituto Latinoamericano de Salud Mental y Derechos Humanos, 1991.

_____. Trauma Político y Memoria Social. **Revista Psicología Política**, n. 6, p. 95-116, 1993. Disponível em: <<http://www.uv.es/garzon/psicologia%20politica/N6-5.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

LOBO, R. **Castoriadis, a reinvenção do sujeito.** 2011. 174 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura amazônica:** uma poética do imaginário. Belém: Obras reunidas, 1998. 3 e 4 v.

LOUREIRO, Violenta Refkalesfky. **Amazônia:** Estado-Homem-Natureza. Belém: CEJUP, 1992.

MALUF, Renato S. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 53-86, out. 2000. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1145/1145.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

_____. **A expansão do capitalismo no campo:** arroz no Maranhão. 1977. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Econômica) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1977.

MANGULANO. Entrevista [abr. 2014]. Entrevistador: André Michiles, Fabio Bardella, Renata Lemos Petta, Vandrê Fernandes. In: Documentário “Osvaldão”. Brasil, 2013. Áudio digital.

MANSAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS:** afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969). 2009. 320 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MAO, Tse-Tung. Problemas estratégicos da guerra revolucionária. In: SADER, Eder (Org.). **Mao Tse-Tung.** São Paulo: Ática, 1982

MARIA. Entrevista [abr. 2014]. Entrevistador: André Michiles, Fabio Bardella, Renata Lemos Petta, Vandrê Fernandes. In: Documentário “Osvaldão”. Brasil, 2013. Áudio digital

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. La violencia política y la guerra como causas en el país del trauma psicosocial en El Salvador. **Revista de Psicología de El Salvador**, El Salvador, p. 123-141, abr./jun. 1988. Disponível em: <<http://www.psicosocial.net/grupo-accion-comunitaria/centro-de-documentacion-gac/fundamentos-y-teoria-de-una-psicologia-liberadora/psicologia-y-violencia-politica/222-la-violencia-politica-y-la-guerra-como-causas-del-trauma-psicosocial-en-el-salvador/file>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

_____. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X1997000100002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 fev. 2016.

_____. **Psicología social de la guerra: trauma y terapia**. San Salvador: UCA Editores, 1990.

MCCLEARY, Leland. Historia Oral: Questões de língua e tecnologia. In: MAGALHÃES, Valéria Barbosa; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **Memória e diálogo: escutas da Zona Leste visões sobre a história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 93-123.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. 7. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

MONTEIRO, Adalberto (Org.). **Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade**. São Paulo: Editora Anita, 1996.

MONTEIRO, Walcyr. Entrevista [20 set. 2013]. Entrevistadores: Maria de Fátima de Sousa Monteiro e Francesca Danielly da Silva Cardoso. Belém, 2013. Áudio digital

_____. **Visagens e Assombrações de Belém**. 6. ed. Belém: Cromos, 2012.

MONTENEGRO, Rosilene Dias. **Juscelino Kubitschek: Mitos e mitologias políticas do Brasil Moderno**. 2001. 448 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MOREIRA, Ana Paula; GUZZO, Raquel. Do trauma psicossocial às situações-limite: compreensão de Ignacio Martín-Baró. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 32, n. 3, p. 569-577, jul./set. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v32n3/0103-166X-estpsi-32-03-00569.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Editora Petrópolis, 2000.

MOURA, Clóvis. **Diário da guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Alfa Ômega, 1979.

NETA. Entrevista [abr. 2014]. Entrevistador: André Michiles, Fabio Bardella, Renata Lemos Petta, Vandrê Fernandes. In: Documentário “Osvaldão”. Brasil, 2013. Áudio digital.

NETO, José Genoíno. Queríamos a Guerra Popular. In: DÓRIA, Palmério; CARELLI, Vincent; BUARQUER, Sérgio; SAUTCHUCK, Jaime. **A Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1978.

NOSSA, Leonencio. **Mata!:** O major Curió e as guerrilhas do Araguaia. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Gerson Alves de. **Os Posseiros e a luta pela terra na região do Bico do Papagaio 1964-1985:** Modernização e Tradição. 2010. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

OLIVEIRA, Sebastião Monteiro; LIMA, Antônia Silva. O Mito na formação da identidade. **Dialógica**, Manaus, v. 1, n. 1, p. 1-17, 2006. Disponível em: <http://dialogica.ufam.edu.br/PDF/no1/5mito_formacao.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2015.

PEDRO. Entrevista [abr. 2013]. Entrevistador: André Michiles, Fabio Bardella, Renata Lemos Petta, Vandrê Fernandes. In: Documentário “Osvaldão”. Brasil, 2013. Áudio digital

PEDRITA. Entrevista [abr. 2013]. Entrevistador: André Michiles, Fabio Bardella, Renata Lemos Petta, Vandrê Fernandes. In: Documentário “Osvaldão”. Brasil, 2013. Áudio digital

PINTO, Marilina C. Oliveira Bessa Serra. A Amazônia e o imaginário das águas. In: ENCONTRO DA REGIÃO NORTE DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 1., 2008, Manaus.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2016.

POMAR, Eduardo. Entrevista [abr. 2013]. Entrevistador: André Michiles, Fabio Bardella, Renata Lemos Petta, Vandrê Fernandes. In: Documentário “Osvaldão”. Brasil, 2014. Áudio digital

POMAR, Wladimir. Entrevista [abr. 2013]. Entrevistador: André Michiles, Fabio Bardella, Renata Lemos Petta, Vandrê Fernandes. In: Documentário “Osvaldão”. Brasil, 2014. Áudio digital

_____. **Araguaia:** o partido e a guerrilha. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980.

PORTELA, Fernando. **Guerra de guerrilhas no Brasil**. São Paulo: Global, 1979.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana: mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 103-130.

SÁ, Glênio. **Araguaia**: relato de um guerrilheiro. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2004.

SADER, Maria Regina da Cunha Toledo. **Espaço e Luta no Bico do Papagaio**. 1986. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

_____. Violência e Esperança no Bico do Papagaio. **Revista Desvios**, São Paulo, n. 5, mar. 1986.

SADER, Regina. Lutas e Imaginário Camponês. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 2, p.115-125, 1990. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701990000100115>. Acesso em: 22 fev. 2016.

SANTAELLA, Lúcia. As três categorias peircianas e os três registros lacanianos. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 10, n.2, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65641999000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 fev. 2015.

SANTOS, António Raimundo dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. Narrar o trauma - A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n1/05.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

SEU ABELHINHO. Entrevista [abr. 2013]. Entrevistador: André Michiles, Fabio Bardella, Renata Lemos Petta, Vandrê Fernandes. In: Documentário “Osvaldão”. Brasil, 2013. Áudio digital

SEU ALBERTINO. Entrevista [abr. 2014]. Entrevistador: André Michiles, Fabio Bardella, Renata Lemos Petta, Vandrê Fernandes. In: Documentário “Osvaldão”. Brasil, 2013. Áudio digital.

SEU MIGUELÃO. Entrevista [abr. 2013]. Entrevistador: Renata Lemos Petta. In: Documentário “Osvaldão”. Brasil, 201. Áudio digital

SILVA, Dácia Ibiapina da. **Memórias da Guerrilha do Araguaia**: relatos de moradores de Palestina do Pará. 2002. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, Maria Helena Rodrigues. **Boi-Bumbá de Parintins – arte e significação**. 2005. 176 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas. 2005.

SILVA, Wellington Sampaio da. **A Guerra Silenciada: memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia**. 2008. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Zaré Augusto Brum. **Agricultura Familiar, movimentos sociais e desenvolvimento rural na Região do Bico do Papagaio-Tocantins: um estudo sobre as relações entre sociedade civil e desenvolvimento**. 2009. 250 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009.

SONIA. Entrevista [abr. 2014]. Entrevistador: André Michiles, Fabio Bardella, Renata Lemos Petta, Vandrê Fernandes. In: Documentário “Osvaldão”. Brasil, 2013. Áudio digital.

SONIA. Entrevista [abr. 2014]. Entrevistador: André Michiles, Fabio Bardella, Renata Lemos Petta, Vandrê Fernandes. In: Documentário “Osvaldão”. Brasil, 2014. Áudio digital.

SÓSTENES. Entrevista [abr. 2014]. Entrevistador: André Michiles, Fabio Bardella, Renata Lemos Petta, Vandrê Fernandes. In: Documentário “Osvaldão”. Brasil, 2013. Áudio digital.

STUDART, Hugo. **A lei da selva: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais: estudos em psicologia social II**. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

TEVES, Nilda. Imaginário social, identidade e memória. In: Ferreira, Lucia; ORRICO, Evelyin; SANTOS, Afonso (Org.). **Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações**. Rio de Janeiro. DP&A, 2002.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 2. ed. Tradução de Lolio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. The Memory and history debates: some international perspectives. **Journal of Oral History**, v. 22, n. 2, p.33-43, aug. 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40179363?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 22 fev. 2015.

VALÉRIO. Entrevista [abr. 2014]. Entrevistador: André Michiles, Fabio Bardella, Renata Lemos Petta, Vandrê Fernandes. In: Documentário “Osvaldão”. Brasil, 2013. Áudio digital.

XAVIER, Libânia; PEREIRA, Bernadeth Maria. A História da Educação Conjugada à História Oral em Imagem Videográfica In: _____; TOMBARA, Elomar; PINHEIRO, Antônio Carlos F. **História da Educação no Brasil**: matrizes interpretativas, abordagens e fontes predominantes na primeira década do século XXI. Vitória: Edufes, 2011.

ZÉ BARQUEIRO. Entrevista [abr. 2014]. Entrevistador: André Michiles, Fabio Bardella, Renata Lemos Petta, Vandrê Fernandes. In: Documentário “Osvaldão”. Brasil, 2013. Áudio digital.

ZEZINHO DO ARAGUAIA. Entrevista [abr. 2014]. Entrevistador: André Michiles, Fabio Bardella, Renata Lemos Petta, Vandrê Fernandes. In: Documentário “Osvaldão”. Brasil, 2013. Áudio digital.